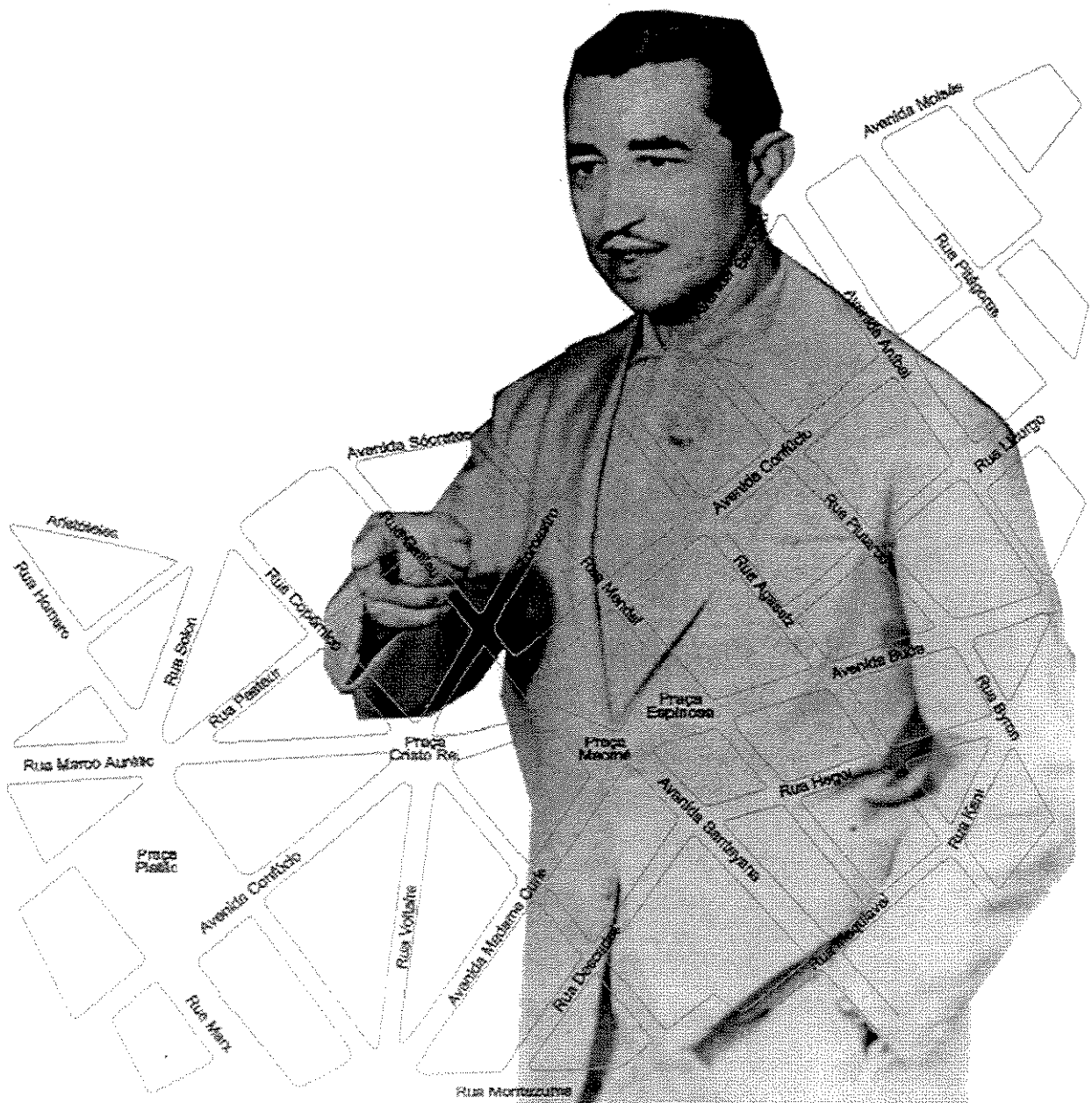


Loredana M. R. Ribeiro

O SALVADOR POLÍTICO E A CIDADE IDEAL

Mito e Utopia no Extremo Norte de Minas Gerais (1950 - 1980)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE <u>BC</u>	
N.º CHAMADA:	
<u>T/UNICAMP</u>	
<u>2.3544</u>	
V.	Ex.
TOMBO BC <u>45495</u>	
PROC. <u>16/392/2004</u>	
C ☐	D ☐
PREC. <u>1100</u>	
DATA <u>31/02/2004</u>	
N.º CPD	

CM00157735-0

Loredana M.R. Ribeiro

O SALVADOR POLÍTICO E A CIDADE IDEAL
MITO E UTOPIA NO EXTREMO NORTE DE MINAS GERAIS (1950-1980)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Italo Arnaldo Tronca

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 14/05/01.

BANCA


Prof. Dr. Italo Arnaldo Tronca (Orientador)


Prof. Dr. Edgar De Decca (membro)


Profa. Dra. Suely Kofes (membro)

Maio/2001

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

R 354 s Ribeiro, Loredana Marise Ricardo
O salvador político e a cidade ideal: mito e utopia no extremo
norte de Minas Gerais (1950-1980) / Loredana Marise Ricardo
Ribeiro. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Ítalo Arnaldo Tronca.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Imaginário. 2. Mito. 3. Coronelismo. 4. Utopias.
5. História social. I. Tronca, Ítalo Arnaldo. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

"... então fica batizado para sempre. Pode vir aqui, volta, remexe o mundo todo aí afora, um dia, pensa que não... tá chegando as pessoas que a gente nem pensava mais pela temporada que as vez abria fora daqui e nem notícia dava prá cá. Mas com o tempo torna voltá. Banhou no Cochá, volta sempre, tá batizado."

- João "Geólogo" Viera

A todos os João, ribeirinhos do Cochá, a todos os batizados.

AGRADECIMENTOS

À família de Montalvão, pela boa vontade sem a qual esse trabalho talvez não fosse. À Kátia e Zelito, pela paciência, os tantos incômodos, por colocarem o arquivo pessoal de seu pai a minha disposição. A Agostinho e Tânia pelo tratamento sempre de primeira.

Ao Sr. Raymundo Pastor pela hospitalidade, atenção e interesse.

Aos moradores de Manga e Montalvânia pelos relatos, por dividirem comigo suas lembranças.

Aos professores Regina Helena, Luis Arnault e Adriana Romeiro, pela interlocução durante a elaboração do projeto e Nilcéa Gomes, pelas leituras e discussões. Aos professores da banca de qualificação, Edgar, pela leitura e conselhos recebidos no exame, e Suely, pelas inspiradas e inspiradoras críticas. Ao professor Ítalo pela orientação e indicações de leitura.

Ao amigo de São Paulo, Rafael, pelas belíssimas fotografias de Montalvânia.

Aos amigos feitos em Campinas, Carlão, o homem certo na hora certa, pelos contatos; Almir e Jean, pelas cervejas, a prosa séria ou descontraída, o apoio e os ‘favores burocráticos’. Ao Wagner, pelas discussões virtuais e ao vivo, pelas leituras atentas, os comentários precisos, pelo carinho. Às queridas Ana Paula e Déborah, pela convivência, as longas conversas noturnas em casa, pela cumplicidade.

Aos amigos de Belo Horizonte, Marcos, pelo desenho da planta da cidade e André, por ter feito a fictícia matéria jornalística parecer tão ‘de verdade’.

Ao Victor, pela força, pelas revisões meticulosas, por tudo que compartilhamos.

Ao Andrei, precioso leitor, crítico e atento, sempre tão disposto e disponível. Por seu prazer em participar de todo o trabalho, em acompanhar meu percurso de dúvidas, entusiasmo, os meus momentos de pânico... por ser quem é, por fazer o que faz.

Ao Marcus, o melhor de todo o tempo que passei em Campinas, pela grande ajuda na organização do texto, pelos bons momentos.

Ao ‘seu’ Zé, pela corujice, confiança e incentivo e à dona Magna, que ficou encantada mas certamente sabe da minha gratidão ...

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1
1- A EXUMAÇÃO	9
2 - MANGA, A "CORÉIA DO SERTÃO"- A DISPUTA PELO CONTROLE POLÍTICO DO MUNICÍPIO	25
2.1 – O CENÁRIO E OS PROTAGONISTAS – AS FAMÍLIAS MONTALVÃO, PEREIRA E PASTOR E A COMPOSIÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS EM MANGA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	27
2.1.1 - A Ascensão dos Coronéis João e Bembém	37
2.1. 2 – Antônio Montalvão, a entrada em cena	35
2.2 - “MANGA SOLTA-SE DE SEUS GRILHÕES”- A QUERELA POLÍTICA NA DÉCADA DE 1950	41
2.2.1 - “Caciquismo versus Socialismo” – o deslocamento das forças políticas no poder local	44
O “Seqüestro” da Prefeitura de Manga	48
A Emancipação de Montalvânia	54
2.3 - O ULISSSES DO SERTÃO: CLIENTELISMO E PODER POLÍTICO LOCAL	59
3 - O SALVADOR DOS CAMPONESES – IMAGINÁRIO POLÍTICO E RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO EM MONTALVÂNIA	65
3.1 – A FORTALEZA IMAGINÁRIA: O “CORONEL” NO IMAGINÁRIO SOCIAL	67
3.2 – A CONSTRUÇÃO MÍTICA – MONTALVÃO E O IMAGINÁRIO REGIONAL	73
3.3 –O SALVADOR DOS CAMPONESES - ATUALIZAÇÃO DO MITO POLÍTICO	77
3.4 – “NA PENUMBRA DA REVOLUÇÃO” – O PERFIL DO POLÍTICO AUTORITÁRIO	83
3.4.1 - “Uma Miniatura da Revolução”- Montalvão e o Golpe de 1964	87
4 - “TRACEI MEUS PENSAMENTOS EM FORMA DE CIDADE” – A PROJEÇÃO ESPACIAL DO MITO POLÍTICO	93
4.1 – A CIDADE QUE “SURTIU POR ENCANTO”	95
4.2 –“MONTALVÂNIA/BRASÍLIA: UM PULO DE SAPO” – DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONTRA O ÊXODO PARA AS GRANDES CIDADES	100
4.3 –“TRACEI MEUS PENSAMENTOS EM FORMA DE CIDADE”– A PLANTA DE MONTALVÂNIA COMO TEXTO	104
Os Discursos e seus Enunciados	108
O Texto	115
4.4 – “TERTÚLIAS FILOSÓFICAS” – DISCURSO CIENTÍFICO E IMAGINÁRIO POLÍTICO	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
FONTES E BIBLIOGRAFIA	143

RESUMO

Este trabalho visa explorar as manifestações do imaginário político brasileiro a partir da reconstrução da trajetória de Antônio Lopo Montalvão. Filho ilegítimo de um grande proprietário de terras no extremo Norte de Minas Gerais, Montalvão teve uma carreira política, nas décadas de 1950 a 1970, marcada pelas características míticas e sobrenaturais que lhe eram atribuídas.

Ao mesmo tempo em que Montalvão se sobressaía local e regionalmente como oposição à tradicional política dos coronéis que há décadas controlavam o município, sua trajetória evidencia traços da permanência de ancestrais práticas de dominação. A continuidade e a ruptura, no seu fazer político, são intermediadas pela urdidura mítica que reveste sua imagem na comunidade. Acreditava-se que, apesar de autodidata, ele detinha uma vasta erudição e possuía dons sobrenaturais. Estes atributos lhe conferiam a capacidade de liderar a população e conduzi-la ao futuro desejado de paz social, condizente com os anseios e expectativas do grupo. Para acolher este futuro, negação da realidade experimentada, foi criada a cidade de Montalvânia, onde não haveria lugar para exploração, desigualdade ou miséria.

Estas são as três representações imaginárias discutidas na dissertação: a figura do Coronel, o mito político do Salvador e a utopia da Cidade Ideal.

Palavras chave: História Social, Imaginário Social, Mitologia Política, Mandonismo Local, Utopia.

ABSTRACT

This work aims at exploring the manifestations of the Brazilian political imaginary through the reconstruction of Antonio Lopo Montalvão's trajectory. Illegitimate child of a great land proprietor in the very North of Minas Gerais, Montalvão had a political career marked by the mythical and supernatural features that were attributed to him, from the 50's to the 70's.

Although Montalvão had a remarkable position as an opponent to the traditional colonel's policy of the region, his trajectory evidences strokes of the permanence of ancestral practices of domination. This continuity and rupture are intermediate by the mythical aspects that coats Montalvão's image in the community. It was a common belief that, although self-taught, he also withheld a vast knowledge and had supernatural gifts. These attributes enabled him to lead and guide the population in direction to this group desired future of social peace. In order to receive this future, a negation of the experimented reality, it was created the city of Montalvânia, where there would have no place for exploitation, inequity or misery.

These are the three imaginary representations discussed in this essay: the Colonel's image, the politic myth of the Savior and the utopia of the Ideal City.

Key works: Social History, Social Imaginary, Political Mythology, Utopia.

INTRODUÇÃO

“É evidente, portanto, que o mito fundador opera com uma contradição insolúvel: o país-jardim é sem violência e, pela história providencialista, rumo certo para seu grande futuro; em contrapartida, o país profético está mergulhado na injustiça, na violência e no inferno, à procura de seu próprio porvir, na batalha final em que vencerá o Anticristo. Entre ambos, cava fundo o humor das ruas: “Quem foi que descobriu o Brasil?/ Foi seu Cabral, foi seu Cabral/ No dia 22 de abril/ Dois meses depois do Carnaval!”.
- Marilena Chaui – O Mito Fundador do Brasil.
Folha de São Paulo, Mais!, 26/03/00

Foi como estagiária do Setor da Arqueologia da UFMG que pela primeira vez ouvi falar em Antônio Montalvão. Na década de 1970, o então prefeito de Montalvânia contatou diversos órgãos ligados ao patrimônio solicitando uma avaliação do acervo arqueológico do município. Seu interesse voltava-se para a preservação desse acervo e fomento do turismo cultural regional, idéias tão em voga atualmente. Entre 1974-77 foram realizados trabalhos de prospecção, levantamentos e escavações nos sítios pré-históricos da região pela Missão Franco-Brasileira de Pesquisas Arqueológicas. Alguns participantes da Missão viriam a compor, depois, o atual Setor de Arqueologia da UFMG. Os que naquele momento haviam tido oportunidade de conhecer Montalvão guardavam a lembrança de sua curiosidade intelectual e seu espírito empreendedor. Relatavam as visitas que haviam realizado aos sítios da área em companhia do prefeito, que lhes apresentara a arte rupestre local e suas próprias interpretações para o que tinha encontrado¹.

Em 1993, marcando a retomada dos estudos arqueológicos na região, uma nova equipe aportou em Montalvânia. Também faziam parte de sua bagagem as imagens do fundador da cidade, transmitidas pelos arqueólogos que o conheceram nos anos 70. Esta foi a minha primeira visita. O interesse e a curiosidade já semeados pelos relatos ouvidos anteriormente foram aguçados de imediato, nos primeiros dias na cidade. Parecia que cada um dos moradores tinha algo a dizer aos visitantes sobre o habitante mais polêmico de Montalvânia.

A partir daí foram inúmeras viagens à cidade e incontáveis conversas informais com seus moradores, de onde começava a delinear-se para mim tanto a trajetória de Montalvão, repleta de elementos dramáticos e não convencionais, quanto a controversa relação dos habitantes de Montalvânia com ele. A idéia de desenvolver uma pesquisa tendo sua trajetória como objeto surgiu aos poucos, insinuando-se nos meus silêncios de assimilação entre cada narrativa que ouvia, entre uma leitura e outra que fazia dos textos de Montalvão que ia ganhando, reproduzindo, compilando... Nos relatos iniciais que ouvia ele aparecia ora supervalorizado, ora no seu extremo oposto, quase execrado. Ali Montalvão não era considerado um homem comum, ficou claro desde logo.

¹ “Em 1976 o prefeito nos acompanhou no reconhecimento dos sítios e passei a usar os mesmos termos dele – afinal precisávamos de um vocabulário comum. Montalvão me perguntou então se isso significava que eu concordava com as interpretações dele e se, portanto, não era louco como diziam; bastante constrangido, respondi que nós não estávamos na fase de interpretação e que apenas usávamos as palavras dele para designar formas típicas, mas que seria em todo caso difícil sustentar suas interpretações. Ao que o prefeito respondeu: ‘bem, eu já contei minha história, agora vocês que contem a sua’”. Depoimento de André Prous In: SOLA, M.E.C. “Memória da Prospecção Arqueológica de 1977 na Região Cárstica de Montalvânia – MG”. *Arquivos do Museu de História Natural – Arqueologia do Alto-Médio São Francisco, Região de Montalvânia*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. XVII/XVIII, Tomo I, 1996.

O “ocaso” de Montalvão, seu distanciamento social e abandono por grande parte da população da cidade no final de sua vida, tão distante do sucesso e prestígio conquistados na década de 1950, incitava-me a buscar compreender esse percurso, investigar a atuação de Montalvão na região desde aquele período. A organização e funcionamento daquela sociedade sertaneja travejam toda a história de vida de Montalvão, nela deu-se a rede de relações sociais na qual ele se inseria, com seus diferenciados níveis emocionais. Reconstruir sua trajetória reconstruindo também o passado local pareceu-me o melhor modo de abordar a riqueza de questões incitadas pelas narrativas do próprio Montalvão e a seu respeito.

Desde então a via mais atraente e promissora pareceu ser explorar as manifestações do imaginário social na atuação de Montalvão e em suas relações sociais. A política é o referencial da análise, é a partir deste componente que busco encadear e compreender a paixão que animava os itinerários traçados por Montalvão e que aparece nos caminhos por ele trilhados - estes nem sempre coincidentes com seus objetivos... Se política e paixão podem ainda soar como mutuamente excludentes na história política, isto deve-se ao fato dos historiadores permanecem em grande parte restritos ao que Girardet definiu como “domínio exclusivo do pensamento organizado, racionalmente construído, logicamente conduzido”². Ainda segundo este autor, tudo aquilo que escapa às formulações demonstrativas, “tudo que brota das profundezas secretas das potências oníricas permanece, de fato, relegado a uma zona de sombra, na qual bem raros são aqueles que ousam penetrar”³.

Se o imaginário político brasileiro é o tema geral da pesquisa, minha atenção concentrou-se em três representações que mantêm-se produzindo significados e se desdobrando em atuações e posturas sociais cotidianas. A primeira delas é a figura do coronel, vértice do imaginário político brasileiro. Sustentação e alimento do mandonismo, a nossa mais tradicional instituição de dominação, a imagem do coronel vem sendo atualizada e rearticulada ao longo da história. A cena política na qual emerge Antônio Montalvão é caracterizada pelo mandonismo local. É em oposição aos tradicionais coronéis de sua cidade natal que ele iniciará sua vida política nos anos 50, mas sua prática política é, ela também, fundamentada no mandonismo. O percurso de Montalvão é marcado, ao mesmo tempo, pela tradição e pela ruptura: continuidade de velhas práticas políticas instituídas e inovação nas propostas e atenção a novas demandas sociais. O sucesso dessa união manifesta a força imaginária do personagem político autoritário e

² GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987:9.

paternalista, esse “casamento” é uma atualização dos elementos imaginários e simbólicos do coronel.

A permanência e a inovação, em Montalvão, são mediadas pela teia mítica que se constrói em torno dele. Ao passo em que se forja sua figura política como de oposição aos tradicionais coronéis da cidade, constrói-se a imagem de um homem com qualidades espetaculares e até sobrenaturais. O delineamento dessa elaboração mítica nos leva às duas outras representações ancoradas no imaginário político aqui discutidas: o Salvador político, aquele que, enfim, será capaz de livrar a população da insatisfação e da miséria, e a Cidade Ideal, reino da paz social almejada e para onde serão conduzidos seus seguidores.

Montalvânia foi planejada para acolher o futuro idealizado por Montalvão, onde se efetivariam suas promessas de vida melhor, liberdade e independência. Se representação da cidade e representação da sociedade vão a par, a “‘cidade ideal’ é um projeto político no mais lato sentido do termo; não se refere, portanto, apenas ao ordenamento da cidade, mas também ao da população em seu conjunto”⁴. Assim como moldou a cidade, Montalvão pretendia moldar seu grupo social, o projeto de Montalvânia configura-se como a projeção espacial da “missão” do Salvador político.

A disputa política em Manga contra os coronéis e o período de maior efervescência mítica do salvador político deram-se ao longo das décadas de 1950 e 1960, período que recortei como o centro do estudo. A formação de Montalvão, sua infância e relações familiares são tão importantes para a compreensão de sua atuação política quanto seus últimos anos e a modificação acelerada de seus hábitos e costumes, seu processo de isolamento. Mas não me ocupo aqui de uma reconstituição minuciosa de uma história de vida e sim da compreensão de seu percurso, demarcando um período e alguns acontecimentos como referência. Assim, esta reconstrução da trajetória de Antônio Montalvão é, obviamente, incompleta, faltam-lhe informações sobre uma série de aspectos e momentos de sua vida; lacunas que se devem tanto à minha perspectiva de análise quanto ao meu recorte cronológico.

As fontes que sustentam a construção do meu personagem compõem-se de narrativas que têm Montalvão e/ou Montalvânia como sujeito, muitas delas feitas pelo próprio Montalvão. São

³ *Idem*, pág. 10.

⁴ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. *Enciclopédia Einaudi* (Região). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 8, 1986:469.

depoimentos de moradores de Manga e Montalvânia contemporâneos de Montalvão⁵; matérias de jornais de circulação local, regional e estadual; entrevistas de Montalvão a rádio e jornais; folhetos de propaganda política; correspondência pessoal de Montalvão; documentação oficial das Câmaras Municipais e Prefeituras de ambas as cidades e ainda dois processos legislativos estaduais – uma CPI sobre armamento ilegal da população em Manga e o pedido de emancipação de Montalvânia.

A dissertação está dividida em quatro partes, a começar pela morte de Montalvão. A escolha em iniciar minha narrativa pelo fim de sua vida retoma o ponto de partida dos meus próprios itinerários com a pesquisa: começo o texto com um dos primeiros relatos que ouvi sobre Montalvão. Nesta narrativa, uma versão para sua morte, o Diabo em pessoa teria vindo buscá-lo. Alguns dados recuperados da vida de Montalvão são apresentados no primeiro capítulo na forma de conto, com elementos de ficção. Seu mote é o pedido (verdadeiro) de exumação e autópsia feito pela família para averiguar suspeitas de envenenamento. Durante os trabalhos de retirada do corpo, o delegado encarregado (fictício) vê-se envolvido pelas lembranças, suas e dos tantos narradores das histórias que já ouvira. A exumação do cadáver e das recordações do delegado avançam juntas.

Como todo trabalho historiográfico, esta é uma representação e recriação do passado histórico. Recriação que se manifesta no recorte feito na história – posicionamento do historiador frente ao passado – na escolha dos temas, na importância maior de um dado em oposição à outro...⁶ A intenção deste primeiro capítulo é experimentar uma nova forma de representação, dramatizando o aspecto mítico da atuação política e social de Montalvão. As evidências históricas não foram desprezadas, o texto calça-se no *corpus* de fontes da pesquisa, mas os dados reunidos são descritos e articulados numa forma narrativa diferenciada, enfatizando, assumidamente, o papel ativo da linguagem, dos textos e estruturas narrativas na criação da realidade histórica⁷. Se fui bem sucedida o conto talvez permita recriar um pouco da atmosfera de encantamento que envolvia muitas das rememorações que comigo foram partilhadas.

⁵ As pessoas que entrevistei na região durante a pesquisa serão apresentadas ao longo do texto, à medida que forem sendo feitas referências às suas falas.

⁶ “Os historiadores poderiam, assim, aventar a possibilidade de usar modos de representação impressionistas, expressionistas, surrealistas e (talvez) ativistas para dramatizar a importância dos dados que descobriram, mas que, com excessiva frequência, se vêem impedidos de considerar seriamente como evidência”. WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

⁷ KRAMER, L. S. “Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, L (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

O segundo capítulo dedica-se a emergência política de Montalvão e a disputa com os coronéis de Manga pelo controle do município. Primeiramente foi recomposto o contexto do conflito, definindo os protagonistas da trama, recuperando elementos das trajetórias dos coronéis e Montalvão, e examinando a configuração das forças políticas atuantes em Manga até a década de cinquenta, o tradicional mandonismo local. Em seguida são discutidas as ações políticas de Montalvão na década de 1950 (suas campanhas políticas, o processo de construção e emancipação de Montalvânia e suas ações como prefeito de Manga) expondo as ambigüidades características de seu fazer político, ao mesmo tempo inovador e tradicional.

Os capítulos seguintes, terceiro e quarto, têm suas discussões centradas no imaginário social. No terceiro capítulo busco compreender o desenvolvimento e o sucesso do mito, a participação da atividade imaginativa individual de Montalvão no imaginário social local. A Montalvão eram atribuídos dons extraordinários, muitos deles vinculados às representações em torno da imagem tradicional do coronel. A aura mítica que se construiu em torno dele favoreceu o obscurecimento de sua prática política autoritária, fez com que muitas de suas contradições e ambigüidades passassem despercebidas. É em Montalvânia e na relação de Montalvão com seus habitantes que melhor se percebe seu projeto autoritário.

O último capítulo foi dedicado à cidade e seu papel na trajetória de Montalvão. Diretamente ligada ao tema da salvação política iminente, Montalvânia, a Cidade Ideal, foi por muito tempo o estandarte político de Montalvão. Nela se expressavam seus discursos e projetos, inclusive materialmente, como será visto na análise da planta da cidade. A cidade planejada é apresentada como sinal da modernidade que prenuncia seu fundador, organizada para o futuro e para a ciência, característica maior dos tempos que virão.

A grande adesão conquistada pela mensagem política veiculada por Montalvão relacionava-se, em muito, à cidade criada por ele e à sua proposta de reordenação da realidade. O tempo trouxe o acúmulo de problemas administrativos em Montalvânia, as transformações anunciadas não se deram e a liderança de Montalvão, legitimada pela construção da Cidade, passou a ser contestada em nome desse mesmo projeto. Pouco a pouco, Montalvão perdeu seu prestígio, desvaneceu-se a esperança no Salvador, muitos moradores abandonaram a cidade.

Que a reconstituição da trajetória de Antônio Montalvão e de Montalvânia, e a fração do rico e diversificado mundo de significações simbólicas da cultura brasileira que elas contêm, cumpra, ao menos em parte, seu objetivo maior de discutir o poder criativo do imaginário social e suas relações com o comportamento e as atividades individuais e coletivas.

A EXUMAÇÃO

“Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois bem que poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser de história, se fosse em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder.”

Aristóteles - Poética

“As histórias vão. Ir é próprio de histórias. As que somente ficam histórias não são. É preciso ir, de um lugar a outro, de uma pessoa a outra, para que as histórias vivam. Sem ir, vida não têm. Não tendo vida, histórias não são”.

Andrei Isnardis

SÓ o facho das lanternas e a brasa do cigarro, que flutuava junto ao cabo da pá, rompiam a escuridão da noite sem lua. À frente do homem que descansava, dois outros escavavam a terra dura. Àquela hora o cemitério encontrava-se vazio, com exceção dos que realizavam a penosa tarefa. Os que procediam, pela primeira vez na história de suas vidas e na história da cidade, à exumação de um cadáver. Não qualquer cadáver, o jazigo já o avisava: um enorme túmulo de granito em forma de pirâmide, estrategicamente colocado no centro do terreno e orientado para o nascer do Sol. Um desavisado se perguntaria o que fazia ali tal construção, deslocada e pouco à vontade nos confins do Sertão mineiro. Mas ao povo da cidade não causava estranheza a peculiar arquitetura fúnebre. Sinalizando a morte ela materializava o extraordinário e o fantástico, fiéis companheiros em vida do corpo que as paredes de pedra guardavam.

Fora necessário o esforço conjunto dos três para remover a grande laje que fechava a entrada do túmulo. Também fora preciso vencer a resistência dos operários que se opunham a fazer tal serviço com a noite adiantada. Mas a exumação, que deveria ter acontecido durante o dia, tivera que ser adiada tamanho o tumulto que provocara. Uma multidão ansiosa viera ao cemitério acompanhar os trabalhos, a agitação e o barulho fizeram com que ao delegado não restasse solução a não ser dispersá-los e cancelar a operação. *Que seja feita à noite, discretamente e sem interferências.*

O trabalho avançava sob a expectativa ensimesmada do policial, *um pouco mais de tempo e o assunto se resolve*, o inusitado acontecimento que deixara toda a cidade em polvorosa angústia nos últimos dias teria fim. Ele ainda se assustava com as proporções do problema - *problema causado pelo quê? Crendices, lendas, superstições.*

Poucos dias depois da fatalidade a cidade só falava do grande embuste que teria sofrido, a falsa morte natural de seu fundador. Explicações não tardaram a brotar espontaneamente, baseadas nos mais auspiciosos indícios de comprovação. Um grupo de fazendeiros, companheiros do homem há muitos 40 anos passados, jurava que o Coisaruinzinha que ele sempre guardara finalmente escapara, se corporificara e viera em busca de vingança. Logo a informação tomou corpo e ares de verdade, algumas pessoas tinham realmente estado em contato com o jovem e loiro rapaz que apareceu na cidade não se sabe como, num momento em que nenhum automóvel chegara, vindo seja da Bahia, seja de Minas. Materializou-se na praça, à procura de Antônio. Dizia ser um seu sobrinho, de Pernambuco, que viera em busca de trabalho; mostraram-lhe como chegar lá em cima, na Casa do Morro.

Nunca mais o viram, se saiu da cidade foi como chegou, silenciosa e misteriosamente.

Antônio foi encontrado morto em sua rede, rendido durante o sono por um ataque fulminante, algumas quarenta e oito horas depois.

Os familiares negaram, *não, não existem parentes em Pernambuco, não sabemos quem possa ser...* Era o Cão, muita gente não duvidava.

Cogitou-se então uma peleja física entre o Demo vingador e o homem idoso que já não possuía mais a agilidade e força das quais se valera, décadas antes, para submeter o Diabinho. Especulara-se com fervor o resultado do conflito, que castigos sofrera, acreditou-se então que os restos do vitimado na luta com o Mal lhes tinham sido negados.

Alguns políticos se aproveitaram do burburinho e contribuíam para aumentá-lo, alardeando, em nome da população, sua revolta com o que identificaram como mais um exemplo do pouco caso e desrespeito com os habitantes da cidade. E o malfadado Opinião, voz impressa da oposição local, gritava diária e estrepitosamente o desenrolar dos fatos, atribuindo-lhe implicações políticas e exigindo esclarecimentos.

Para o povo a família tentara esconder o sucedido, urdindo a farsa do enterro às pressas e com rápido velório a caixão cerrado; mas por entre as tramas da mentira, as paredes atentas e os segredos impunemente confessos, a cidade chegara à verdade a que tinha direito. Parecia-lhe mais fácil aceitar uma misteriosa e brutal morte por desígnios satânicos que um simples e natural entupimento das artérias.

Um dos homens sentou-se ao lado do delegado e lhe ofereceu um café, comentando num resmungo algo sobre perturbar a paz dos mortos e que, tomara, nenhum deles se ressentisse e os fosse expulsar dali. Mexeu-se como quem sente um calafrio e voltou ao trabalho, ansioso por terminar e ver-se bem longe. O delegado sorriu benevolente, *os mortos não nos fazem mal, os vivos sim*, talvez os homens temessem que ao abrir o caixão Antônio saísse lá de dentro e esparramasse seu vozeirão pelo silêncio da noite, cumprimentando-os amistosa e familiarmente como fazia sempre e com todos, *no tempo em que ainda mantinha os parafusos todos no lugar*.

À revelia de todos aqueles últimos anos de rixas e rivalidade políticas, de todas as críticas e contendas pessoais, o delegado não se furtava, talvez acabasse de perceber, uma certa melancolia, quicá uma mal disfarçada sensação de perda; compartilhava o pesar de muitos. Na infância aprendera a admirar aquele homem, admiração que se perdera ao longo da vida e talvez estivesse sendo resgatada agora. Sorriu, irônico, ao lembrar-se de um incidente acontecido anos antes. A cidade comemorava 35 anos. Duas mil pessoas na praça e o prefeito discursando, antes

de dar início às festividades. Antônio não foi oficialmente convidado. Mas subiu no palanque e colocou-se ostensivamente ao lado do prefeito. Ouviu até onde foi possível conter as explosões de seu temperamento, então tomou o microfone e mandou o prefeito ir para casa (“Montalvânia não é a princesinha do Norte de Minas não. Ela era uma rosa em botão e está se prostituindo. Você devia era renunciar e ir tomar suas cachaças em casa.”⁸). Apesar de tudo, ele não perdia o ar de dono. Fora da política, isolado de todos, mas ainda pensava na cidade como sua. Dizem que até sua morte, todas as noites, invariavelmente, ele se dirigia à cidade antes de dormir, de pé na varanda da Casa do Morro, para lhe desejar boa noite. Só então se recolhia.

E agora a família pedia a exumação do cadáver, por suspeitas de envenenamento, enquanto um sem número de pessoas passava o dia a se benzer e se esconjurar. *Homem de 75 anos de idade que não pode morrer naturalmente, sem causar espanto?* Já se espalhara a notícia de seus problemas cardíacos, escondidos por ele para não preocupar a família e poupar-se de aborrecimentos com cuidados excessivos. Ainda assim o povo buscava explicações sobrenaturais para sua morte.



Túmulo de Montalvão - a pirâmide foi a forma encontrada pelos filhos para homenagear o pai

⁸ B. Fernandes. “Místico Lendário faz outra Cidade em Minas”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03/05/1987.

O velho Cecílio, fazedor de filhos, escapava de boas porque podia virar toco de pau. Era feiteiro. Antônio, como o pai, também podia, virava pau, virava onça, virou até saco de feijão que secou na frente de casa. Assim, ao menos, se lembrava o delegado de sua avó contando, ela que conheceu Antônio desde menino. Que ele estava protegido de tudo. *Vai ver o protetor era São Jorge.* No dia da festa do santo, no comecinho da cidade, houve briga, polícia, e Antônio atirou num sargento. Dizem que conseguiu fugir no meio do tiroteio porque as balas não o acertavam. (“Quando ele disparou a Mauser no sargento, as oito polícia saltou do caminhão e ajuntou nele, disparou os fuzil nele. Disparou, mas as bala caiu no chão. Não detonou, não, as bala caiu tudo no chão.”⁹)

Antônio vivia só há muitos anos. Os filhos, casados, se esparramaram por Minas e Bahia. A esposa, dona Rosa, morava tempos com um, tempos com outro filho. Antônio e ela há muito já não viviam juntos. Antes de sua morte, suas amizades praticamente se resumiam a um grupo de “clarividentes”, que com ele freqüentava as cavernas da região à espera de contatos com espíritos e extraterrestres. Acordava sempre antes das seis e começava o dia com um revigorante banho no Cochá, por fria que estivesse a água. Ainda era forte como o touro Ápis, o animal mágico que ele punha a desfilar pelas ruas da cidade nos tempos em que o delegado era ainda um garoto. Companhia, mesmo, ele tinha a dos gatos. Vários deles, cada um a reencarnação de uma divindade hindu. *Há poucas semanas, tanta gente dizendo que ele tava louco, quase ninguém pra se preocupar com ele, e agora essa comoção...*

E o diabo do homem, ele mesmo achou graça da expressão numa situação daquelas, *foi morrer a poucos meses das eleições!* Antônio era candidato a prefeito. Seu lançamento como candidato único dos partidos de oposição à Prefeitura era uma estratégia, uma tentativa de resgate da popularidade que ele tivera no passado. Se o sinistro não tivesse ocorrido, Antônio disputaria a prefeitura com o mesmo Laurindo que a tomara dele há quase vinte anos. Mas o delegado tinha suas dúvidas quanto à possibilidade de sucesso da empreitada: seria ainda possível recuperar todo o apelo que Antônio tinha sobre a população nos anos sessenta? E o desgaste que sua imagem tinha sofrido com o tempo?

Saberiam se aproveitar de sua morte. Ele já estava prevendo a turbulência que tomaria conta das campanhas dali em diante. Mas certamente nada que desse a Montalvânia a alcunha de “Coréia do Sertão”, como era conhecida Manga nos anos cinquenta, pela agitada disputa política entre o grupo dos coronéis Bembém e João e o de Antônio...

⁹ Conforme depoimento do Sr. Leonardo Lessa Marinho, fazendeiro, amigo de infância de Montalvão.

Antônio sempre tinha gostado muito de andar pelos matos, desde menino. Primeiro eram as riquezas de Nunes Viana – até a infância do delegado ainda se falava dessa história, *mas a molecada hoje em dia não se interessa mais em brincar de caçador de tesouros*. O emboaba Nunes Viana se refugiou no Sertão mineiro, depois da derrota em São José do Rio das Mortes. O povo da região dizia que uma carga de ouro e pedras preciosas foi por ele escondida numa caverna para ser recuperada posteriormente. Seus cinquenta homens, que executaram o trabalho de enterrar a carga, foram depois envenenados pelo comandante, levando com eles o segredo, e seus corpos jogados na “Lagoa dos Cinquenta” perto de Manga.

Quando criança, Antônio vivia pelas grutas procurando essas riquezas, ele mesmo contava. Muito tempo depois, lá pelos anos sessenta, ele se voltou novamente para as serras, dessa vez interessado nos desenhos feitos pelos índios nas paredes das cavernas. Contratou um dos seus antigos companheiros de brincadeira, o João Vieira, para encontrar mais grutas com os tais letreros (“Ele me contratou pra eu descobrir mais cavernas pra ele com essas coisas, aí trabalhei quatro anos, rodando de bicicleta, entrano em tudo que era buraco afora aí nessas serras; eu sozinho com o facão na cintura, topei onça um mocado de vêiz.”¹⁰).

Apesar da idade, Antônio ainda andava pelas serras, escarafunchando o chão das cavernas, atrás sabe-se lá do quê. (“Existem segredos dos atlantes com que a gente pode fazer a autopsiquiatria. Com a força da mente você renova os próprios órgãos e pode até conseguir renovar a face. Renovar o fígado, coração, os rins, pâncreas, um rejuvenescimento total. E essa forma de rejuvenescimento eu aprendi nas grutas, com as inscrições das pedras, não só o rejuvenescimento mas como a cura de muitas doenças.”¹¹). Antônio estudava esses desenhos há muitos anos, falava sempre da sua importância, da riqueza que significavam para Montalvânia. Riqueza de saber, de conhecimento. Mas o delegado não se convencia de que ele, na verdade, não continuava ainda era atrás do tesouro do Nunes Viana...

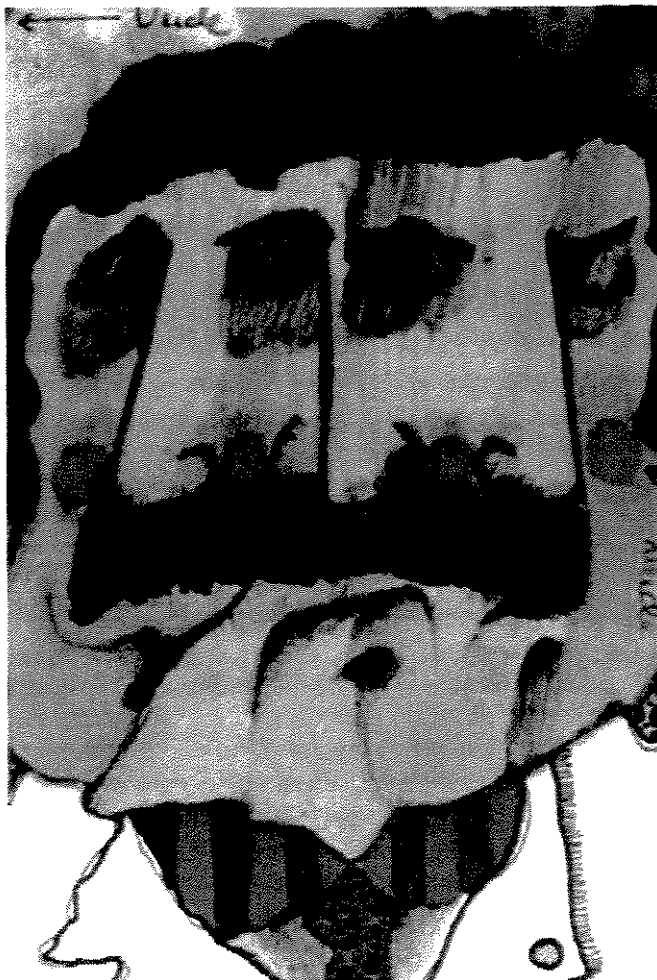
Há mais ou menos um ano, chegou à cidade um rapaz do Rio de Janeiro, da **Notícia em Revista**, para fazer uma matéria sobre ele. O jornalista ficou por ali uns dias, proseando com um, com outro, querendo saber de Antônio. Quem já não entendia muito bem as coisas que o Antônio dizia (“Ao ouvir Montalvão a gente não sabia se estava aquém ou além dele.”¹²), entendeu menos ainda quando leu a reportagem.

¹⁰ Conforme depoimento do Sr. João Vieira.

¹¹ Antônio Lopo Montalvão, entrevista a Rádio Entre Rios, Montalvânia, 22/04/92.

¹² Conforme depoimento da Sra. Diana Soares Nunes, advogada, residente em Montalvânia desde fins dos anos 80, membro da Academia Biocósmica e de Belas Artes fundada por Montalvão em 1990.

"A mente de Montalvão - o fundador de Montalvânia - turbilhona com a velocidade de um disco voador desgarrado no cosmos, penetrando em espaços onde a imaginação nunca chegou, multiplicando a percepção por mil em suas projeções visionárias. Montalvão pouco pôs o pé em uma escola."



A pesar disso se entrega a exaustivas pesquisas sobre arqueologia, filosofia e biologia, formulando interpretações transcendentais para as inscrições descobertas em Montalvânia. E nesta desvalhada tradução de símbolos, baralha os mitos e os homens nas relações mais surpreendentes."

MONTALVÃO

Dança alucinada de mitos

Ex-piloto, ex-fugitivo, ex-professor, político que criou uma cidade na década de 50, Montalvânia, no extremo Norte de Minas Gerais, Antônio Montalvão hoje debruça-se sobre os mistérios da vida terrestre e extraterrestre. No escritório onde recebeu nossa equipe de reportagem, o senhor de 74 anos trabalha em companhia de restos fósseis e amostras de rochas. Sua estante está repleta de obras de física, astronomia, história antiga e mitologia, arqueologia, clássicos da filosofia, além de

romances e livros de espiritismo. O interesse do autodidata Montalvão pelas letras e ciências se desenvolveu na Argentina, durante os anos em que lá viveu, foragido da polícia brasileira. A partir de 1970, Montalvão publicou cinco volumes de uma revista, dois livros e preparou outros doze, devidamente organizados à espera de uma publicação inviabilizada pela falta de recursos. O primeiro livro foi lançado pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, o segundo, pelo próprio autor.

O milenar acervo histórico de Montalvânia

Nestas obras são apresentados os resultados de seus estudos, como a equivalência dos rios Cochá e Carinhanha, que confluem na região, ao Tigre e Eufrates, e a localização de Montalvânia, "erguida sobre a civilização perdida de Atlântida". Dos atlantes veio seu segredo da juventude, adquirido com a leitura das inscrições dos sítios rupestres (lapas e cavernas com pinturas e

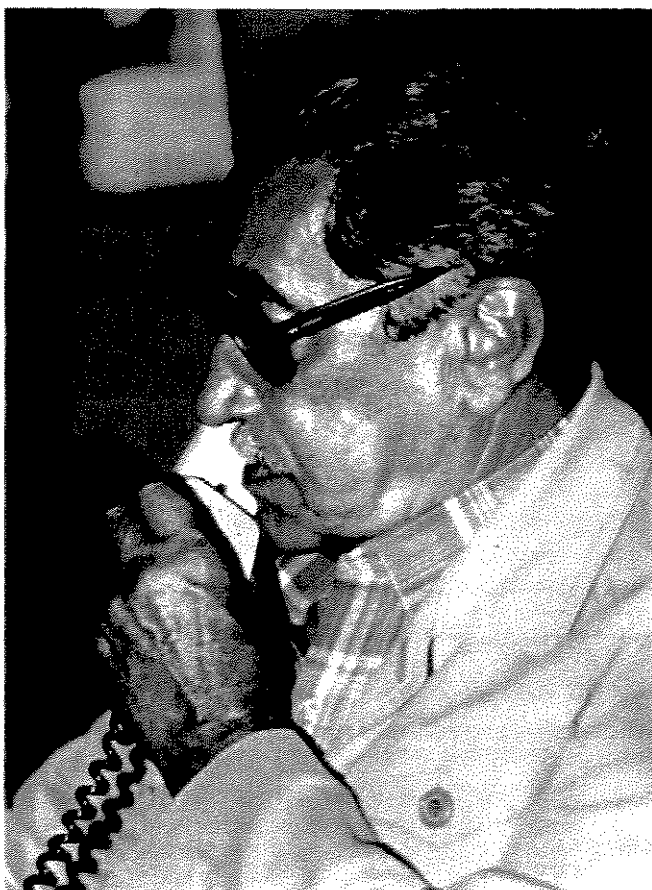
gravuras feitas pelos antigos índios): uma "fórmula de autopsiquiatria e renovação dos órgãos com a força da mente".

As dezenas de sítios arqueológicos do município foram batizados um a um, descritos e hierarquizados por Montalvão segundo a quantidade e preservação das figuras. Na maioria das vezes, os sítios foram nomeados através da "identificação" de elementos mitológicos neles representados: lapas de Possêidon, de Viracocha, dos Centímanos, de Vulcano, Labirinto de Zeus ...

A Lapa do Gigante, por exemplo, um dos sítios rupestres da região, recebeu este nome em função de uma grande figura humana realizada em baixo relevo em uma de suas paredes. Para Montalvão a figura marcava a presença do "gigante" sepultado na lapa, o que o levou a escavar completamente o piso do lugar. E, de fato, suas escavações encontraram ossos gigantes, porém de animais extintos.

Preservação do Patrimônio Arqueológico

O interesse de Montalvão na preservação do acervo arqueológico do município manifestou-se na criação, ainda nos anos 70 durante seu mandato na prefeitura, da Secretaria de Turismo e, vinculado a ela, do Patrimônio Histórico de Montalvão. O decreto de criação autorizava a prefeitura a comprar,



O fundador de Montalvão, Antônio Lopo Montalvão, durante mandato na prefeitura em 1974. (Foto: André Prous)

desapropriar e receber doações de áreas onde se encontravam lapas e grutas com sinais dos índios pré-históricos, além de realizar uma exposição permanente com fotos e dados relativos ao acervo.

Desde esse período, Montalvão divulga, em jornais e panfletos de circulação regional, o "álbum mnemônico", o "milênar acervo histórico" de Montalvão: "As inscrições rupestres de Montalvão podem trazer a lume os mistérios da humanidade e da biologia em geral, capazes de exigir uma reformulação científica com o corolário social, numa guinada capaz de descortinar a Tróia invencível, da invencibilidade do pensamento humano, sem fronteiras entre sociedade, entre nações, entre continentes, entre planetas, entre sistemas solares." E vai além: "E isso deve surgir de um

instante para o outro, como a puerícia que transforma a menina irrefletida em mulher consciente ou o humano animalizado em animal humanizado. Até lá." ²

Os sítios com arte rupestre são, para o arqueólogo dileitante, "bancos de memória", arquivos que guardam os registros do conhecimento humano na pré-história. As gravuras e pinturas compõem "textos" com espantosas revelações sobre o passado humano, a narrar, entre outras coisas, a origem comum de todas as religiões e mitologias.

Para Montalvão, o referencial comum é indicado pelas correspondências entre os elementos das cosmogonias representadas nas paredes rochosas:

As cosmogonias de todo o mundo têm um referencial comum

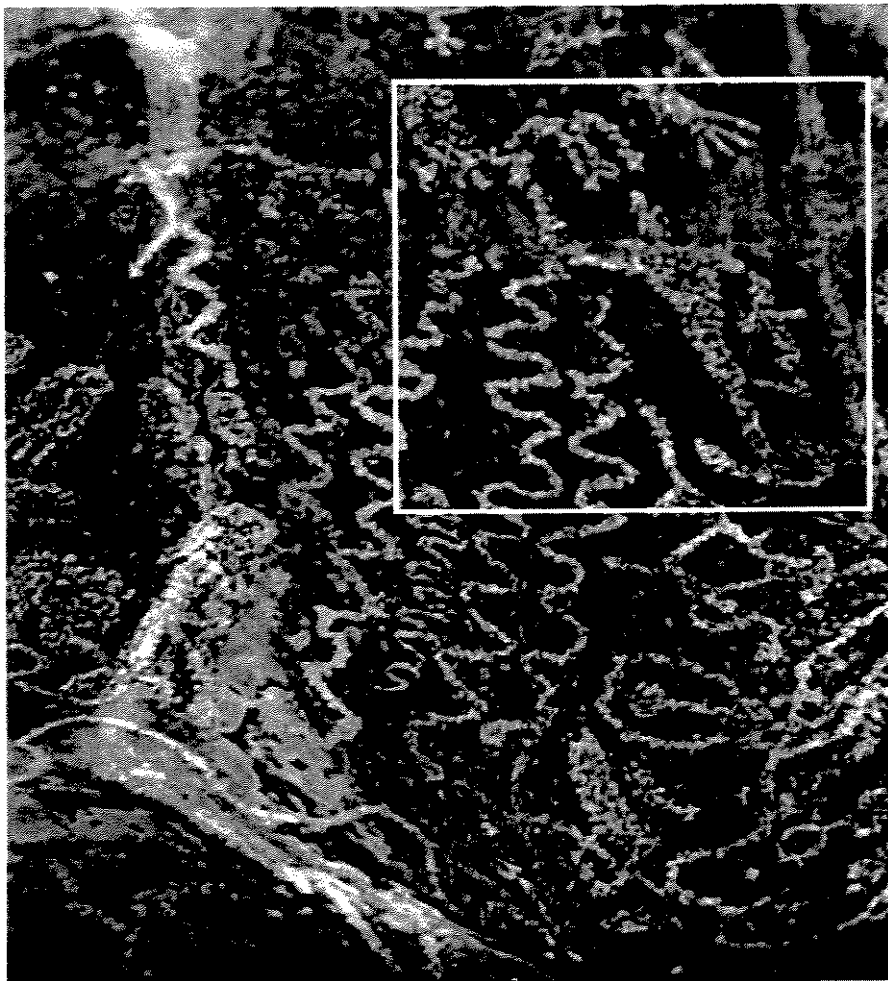
"Escolhida pelos deuses como a mais perfeita matriz para criar taras atávico-hereditárias impregnáveis na humanidade em purificação, foi ela Io (filha) de Europa ou a Tefnet egípcia que se consagrou no continente africano como Iemanjá, como a expressar filha-mãe, filha dos deuses e mãe dos homens, sendo as mesmas orientais Laksmi de Kurna ou Devasena de Saramangana, a Kausalya do Ramayana mãe de Sita e Rama; a mesma Freya germânica que dá nome às nossas sextas-feiras, a Maia ou Maria hindu e a persa rainha de Arimna ou a Ishtar babilônica." ³

A Bíblia de Pedra de Montalvânia

Os extraterrestres são um elemento central no esquema explicativo de Montalvão para as inscrições rupestres. A arte rupestre, enquanto forma gráfica de comunicação, é uma introdução extraterrestre e contém também relatos de inovações e avanços tecnológicos que, decifrados, revolucionarão a ciência humana: "(...) inscrições rupestres que se tornam como um álbum biológico e espacial, evidenciando que somos nós os anões humanos meras larvas agigantadas de estrelas-do-mar, precedidos por gigantes descomunais, por ciclopes e sereias, enquanto essa linhagem humana fora também precedida por seres antropomorfos exóticos, a evidenciar que o antropomorfismo não é privilégio humano nem o humanismo é privilégio terráqueo." ⁴ "Ali estão as estruturas de naves interplanetárias e interestelares e as dicas de novas fontes energéticas." ⁵

A capital mental da nova humanidade

A noção de renovação é um dos preceitos fundamentais das complexas elucubrações "montalvânicas", sua cidade será ainda a capital de uma "nova humanidade": "Evidencia também essa Bíblia de Pedra [os sítios rupestres] que sereiros sucedidos por uma raça de cabeça sem corpo, de mentalidade sem músculos ou de nexos sem sexo, comunicando-se por telestesia e a construir a inteligência universal; sua nutrição, como a dos deuses, seria a de produtos já assimilados,



"Poseidon, o Viracocha indígena, mostra a perfeição dos humanos no conjunto busto-cabeça, tendo alevantado o braço direito a sustentar o tridente e o esquerdo segura uma humana pelos cabelos, observando-se que essa pose com o braço erguido sobre a cabeça é típica dos poseidonis; o corpo de peixe com duas pernas-âncoras contidas de outras cabeças humanas em seus extremos, evidenciam seus vínculos com as aquilégias, cujas sépalas (pernas) são cartuchos ou esporões pendentes, onde se acumula um néctar melífero. Os raios divergidos do seu braço são serpentes que para ele convergem, naturalmente a anunciar a presença de uma mulher com criança ao colo, a Ino ou Deméter ou Hécuba jogada ao mar com seu filho Hélios ou Manco Capac."

A figura assinalada é o "Possêidon", descrito no texto acima. (Imagem e texto extraídos da Revista do Brasil Remoto, n. 3).

como o leite e o mel, ou, como acontece com a cabeça e acontecia com Cronos, a alimentar-se diretamente do sangue sem impureza." ⁶

A "nova humanidade" surgirá com o "alvorecer da consciência humana", o desenvolvimento espiritual e os "vôos mentais", "tudo isso para nos preparar no sentido do Redentor". ⁷ Esse peculiar milenarismo inclui os extraterrestres entre os agentes sobrenaturais de transformação, tanto o desenvolvimento de Montalvânia quanto a evolução

para a "inteligência universal" estão relacionados ao auxílio interplanetário. A "escatologia" de Montalvão não prevê o fim do homem ou do universo, mas profetiza o nascimento de um novo homem, renovado espiritualmente e despojado de matéria: "uma raça de cabeça sem corpo". E é ele o elo de ligação com esta nova raça por ser quem detém o privilégio espiritual, a quem "está afeto o destino da nova humanidade" ⁸: "(...) se a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia, Roma e

outros lugares como o atual Estados Unidos tiveram suas fases de glórias e tudo se inverteu, agora é a fase de Montalvânia, a nova Tróia fada à raça de Enéias; todas as mudanças metamórficas estão sendo processadas surdinamente, como na fase gestativa do feto e brevemente acontecerá o seu inevitável nascimento como o sol da primavera." ⁹

A Academia de Biocósmica e Belas Artes

No ano passado foi fundada a Academia de Biocósmica e Belas Artes (ABCBA), em substituição ao Instituto Filantropo Cochanino, entidade de fomento e incentivo à cultura e educação que existiu por trinta anos. Na diretoria da ABCBA, vários profissionais liberais da cidade presididos por Montalvão. O



Fragmento do álbum mnemônico de Montalvânia: gravuras rupestres da Lapa do Possêidon. (Foto: Sidney Picasso)

texto da Ata de Fundação revela-se uma fascinante colcha de retalhos onde projetos ousados, máximas filosóficas e alucinações se interligam.

A instituição volta-se para o desenvolvimento sócio-econômico da comunidade e suas propostas mais se assemelham a um programa político (leia quadro abaixo). Entre-

tanto, aparecem sempre relacionadas a fenômenos extraterrestres ou místico-esotéricos: seriam firmados contratos com "as civilizações de Plutão e Vulcano com suas naves super evoluídas e sua gente de alto nível cultural e senso poliglota universal", para o monitoramento dos sítios arqueológicos e espeleológicos; o desenvolvimento do dom criativo

Propostas da Academia de Biocósmica e Belas Artes

- Criação e intensificação de incentivos às corporações cooperativistas; micro, mini e médias empresas industriais; empresas caseiras de alimentos, remédios artesanais e produtos horti-granjeiros;
- Desenvolvimento de um sistema de apoio técnico e financeiro (empréstimos sem correção monetária e com juros máximos de 12% ao ano) às iniciativas de produção alimentícia e medicinal, aprimoramento da cidade e vilas, pequenas empresas e cooperativas etc.;
- Desenvolvimento de amplo projeto de irrigação para o suporte da agropecuária;
- Favorecimento das pequenas empresas industriais, de produção de pequenos animais e

horti-granjeira e a "produção de sucos naturais substituindo os sintéticos inassimiláveis". Com relação à cultura e educação, está previsto:

- Criação de áreas com acervo arqueológico e histórico que serão monitoradas e fiscalizadas;
- Criação de faculdades especializadas e escolas técnicas;
- Incentivos financiados às pesquisas científicas escudadas na mitologia;
- Construção de hospedagem gratuita para estudantes de mitologia e ciências que queiram estagiar em Montalvânia;
- Criação de escolas de artesanato e escoteirismo.

do homem seria estimulado, da disciplina do esoterismo à prática do artesanato, assim como as pesquisas de ideogramas ou esculturas ou símbolos fonéticos extraterrestres, "para que Montalvânia cumpra seu fado de nova capital mental da humanidade, a irradiar conhecimentos".¹⁰

As características que tornam o pensamento de Montalvão tão peculiar são o resultado de um emaranhado de teorias e postulados científico-filosóficos onde percebem-se fortes influências do positivismo, de correntes místico-esotéricas de fim de século e uma tardia porém não menos importante incorporação de doutrinas religiosas como o espiritismo e o catolicismo.

Uma acentuada devoção desenvolveu-se ao longo dos últimos vinte anos, quando o Montalvão ateu da fundação da cidade entregou-se ao

espiritualismo, a um deus generoso e compreensivo que consente que a fé de seu devoto seja partilhada também com extraterrestres, espíritos e divindades hindus. Montalvão atualmente é Ramaris, de Rama, encarnação do deus hindu Vishnu.

E é como Ramaris que se reúne com outros médiuns (clarividentes, como prefere ele), nas grutas da região para receber e enviar mensagens ao mundo dos espíritos. Ramaris é seu nome cósmico, a ele é permitido o contato com os antepassados - através do "telex cósmico" - e com as civilizações extraterrestres.

"Tudo é verdade, mas a verdade de tudo é que tudo aconteceu aqui mesmo e com toda a naturalidade biológica."

Antônio Montalvão

Texto: Loredana Ribeiro
Design Editorial: André Gobira

1 - Apenas este texto e o título que abrem a matéria foram tomados de empréstimo de reportagem assinada por Severino Francisco, publicada no Correio Braziliense em 18/08/1986.

2 - Montalvão, texto datilografado s/d. Arquivo Pessoal de Antônio Montalvão.

3 - MONTALVÃO, Revista do Brasil Remoto, no 4, s/d.

4 - Montalvão, texto datilografado s/d. Arquivo Pessoal de Antônio Montalvão (APAM).

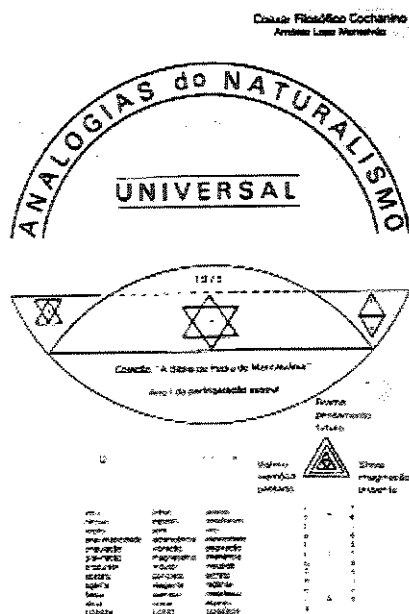
5 - MONTALVÃO, A. L. O Alvorecer da Humanidade Consciente (Síntese). Coleção Bíblia de Pedra de Montalvânia. Belo Horizonte: Ed. Lemi, 1981, 30 pgs.

6 - Montalvão, texto datilografado s/d. APAM.

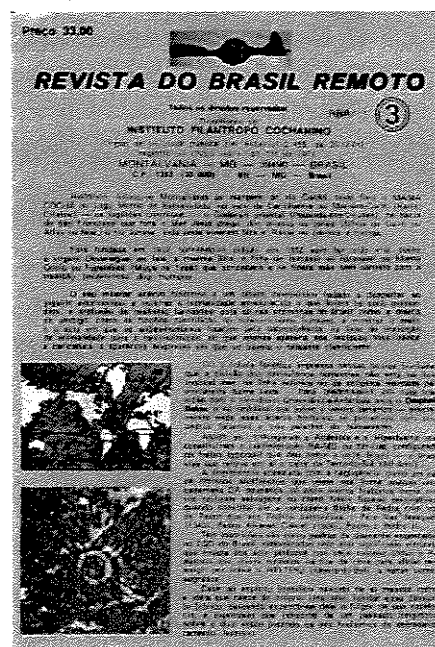
7 - Depoimento de Montalvão a Severino Francisco. "Montalvão - dança alucinada de mitos". Correio Braziliense, 18/08/1986.

8 e 9 - Antônio Montalvão, Carta a Zelito Montalvão, 15/05/1981. Arquivo Pessoal de Zelito Montalvão.

10 - Ata de Fundação da ABCBA. BH, 1990. APAM.



Capa do livro *Analogias do Naturalismo Universal*, editado em Belo Horizonte por Antônio Montalvão, em 1981. Nele podem ser encontradas as formulações científico-filosóficas do autor.



Capa da terceira edição da *Revista do Brasil Remoto*, de divulgação do acervo arqueológico do município. A revista circulou regionalmente entre 1970 e 1975.



Capa do livro *Cordeiro Vestido de Lobo*, lançado em 1973. O título e pseudônimo do autor fazem alusão ao tempo em que Montalvão viveu foragido com falsa identidade.

A reportagem terminava de uma maneira pouco lisonjeira, frisando o afastamento social de Antônio e dando a entender que na cidade ele não tinha tanto crédito, o que certamente não lhe agradara muito. *(O Montalvão lendário, cujas histórias são narradas com orgulho, não é o Montalvão dos últimos anos, morador solitário do Monte Lopino sempre às voltas com médiuns e clarividentes, com pedras que a qualquer momento virarão ouro – daí virá o capital inicial para tocar os projetos da ABCA. O Montalvão das lendas é o jovem que tinha parte com o Demo, que era capaz de virar toco de pau para escapar dos capangas dos coronéis. Que desfilava pelas ruas do centro de Montalvânia com um imponente touro branco, ricamente enfeitado, e fazia com que o comércio baixasse as portas e os homens tirassem o chapéu. Que ficava invisível quando queria e podia estar em qualquer lugar sem que se dessem conta dele. Que criou uma cidade do nada e abriu, na foice e na enxada, uma estrada ligando este nada à capital do país.)*

Mas a verdade é mesmo esta, Antônio nos últimos tempos não parecia se preocupar com algo que não fosse suas pesquisas.

Por todos aqueles anos, suspirava o pensamento do delegado, a cidade conviveu com o rosário sem fim de sonhos e projetos de Antônio. Que Montalvânia seria um pólo regional de desenvolvimento; cada um dos povoados vizinhos no futuro seria uma cidade satélite, de economia planejada, em sua órbita. Aumentavam os problemas da cidade, ano a ano, mas ele continuava sonhando. Até que quase não havia quem lhe desse ouvidos.

A morte de Antônio caiu sobre a cidade com um baque surdo, desconcertando a todos. Muitos dos que lhe tinham virado as costas perguntavam-se agora, num suspiro, como é que isto pode ter acontecido? Outros acreditavam que a cidade ia “acabar”. Os mais humildes lembravam, com temor, a dura vida de antigamente - *como se essa vida não fosse tão dura quanto aquela...*

Vencido pelo Cão? ora bolas! pensava o oficial. Um dos homens gritou, *delegado!*, e ele soube que o trabalho chegara ao fim, o caixão fora retirado, suas lembranças seriam de novo empurradas para o fundo da mente, que noutro momento outro incentivo as trouxesse de volta à tona. Era hora de dar a missão por cumprida e voltar para casa. Que rumo as coisas tomariam quando o resultado da autópsia confirmasse a morte natural e declarasse não faltar ao corpo nada que não tivesse sido já devorado pelos vermes, disso ele não fazia idéia. Mas intuía, acertadamente, que ainda levaria algum tempo até que a situação se acalmasse e as pessoas dali permitissem que o descanso a que o morto tinha direito fosse enfim usufruído.

* * *

O que o delegado não imaginava era o efeito que a morte de alguém investido de qualidades especiais poderia ter sobre as pessoas que acreditaram nele. Sobre aqueles que quarenta anos atrás ouviram e acompanharam Montalvão à Cidade, que (des)esperaram pelo mundo melhor prometido e agora sabiam porque não o tinham alcançado: Montalvão não tinha sido capaz de vencer a contenda, tinha sido derrotado na refrega com o Mal. Uma luta perdida contra Satanás – mesmo que um Satanazinho de garrafa, um Diabo menor – explica algo que de outra forma é incompreensível: a morte daquele que, no passado, reunira os atributos naturais e sobrenaturais para ser o depositário das esperanças coletivas.

**MANGA, A “CORÉIA DO
SERTÃO”- A DISPUTA PELO
CONTROLE POLÍTICO DO
MUNICÍPIO**

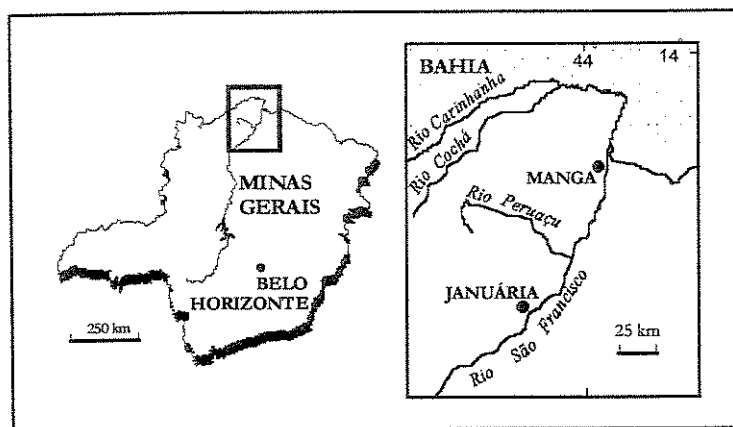
*“Sertão. O senhor sabe: sertão é onde
manda quem é forte, com as astúcias.
Deus mesmo, quando vier, que venha
armado!”*

*João Guimarães Rosa – Grande sertão:
veredas*

*“Cê vai prá Coréia? Moço, cuidado, senão cê
vai morrer lá’. Lá o pau cantava mesmo.”
Raymundo Pastor*

2.1 – O Cenário e os Protagonistas – as famílias Montalvão, Pereira e Pastor e a composição das forças políticas em Manga na primeira metade do século XX

No final dos anos de 1940, ao retornar de sua estada na Argentina, Antônio Lopo Montalvão se restabelece em Manga, sua cidade natal. Por esta época a cidade era domínio de dois tradicionais chefes políticos, os coronéis Bembém e João Pereira. Para situar o leitor no contexto em que Montalvão irá interagir desde os passos iniciais de sua carreira política, é necessário recompor o cenário político em Manga no momento de seu retorno. Para demonstrar de que forma se configuraram as relações de poder e dominação atuantes no município no período, neste item busco recuperar elementos da chegada das famílias Montalvão, Pereira e Pastor à região, da trajetória dos coronéis¹³ e da vida anterior de Montalvão.

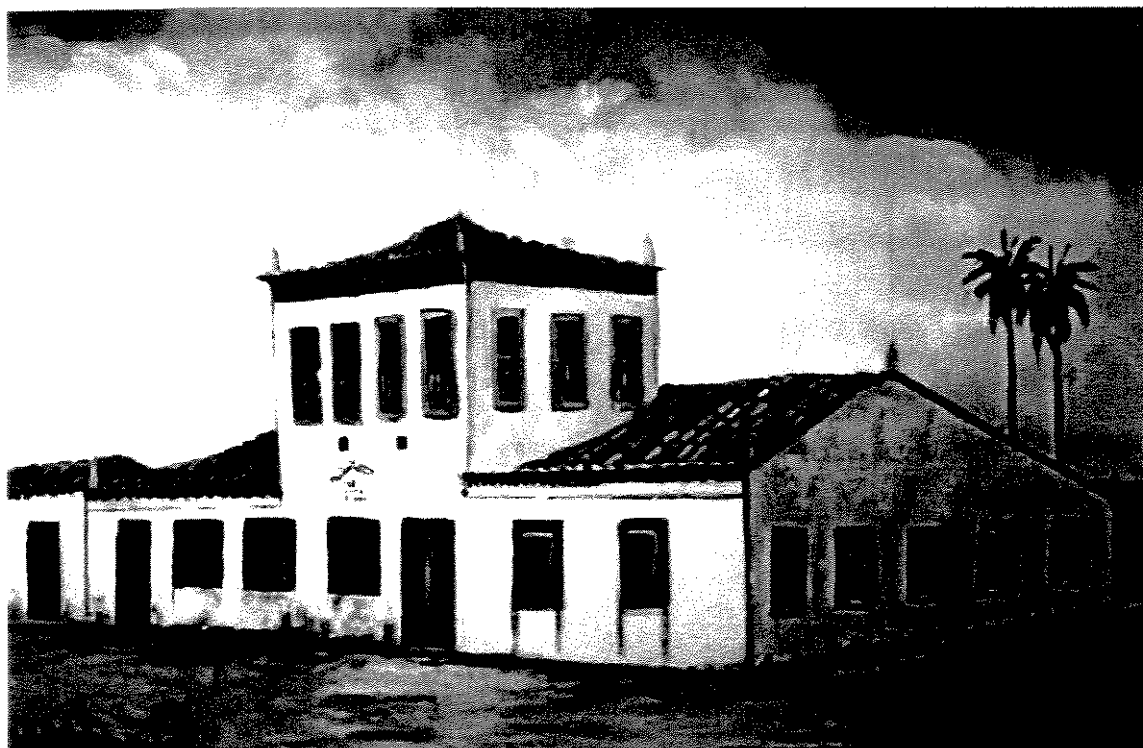


Mapa de Localização de Manga

2.1.1 - A Ascensão dos Coronéis João e Bembém

O povoamento, pelos conquistadores, da região que hoje compreende o Norte de Minas Gerais iniciou-se no final do século XVII e o foco de origem de Manga, Matias Cardoso, foi um

¹³ As informações contidas no item sobre os coronéis e a cidade de Manga foram retiradas, sobretudo, de depoimentos de seus descendentes e moradores da região (Sra. Maria Pereira, 93 anos, professora aposentada, sobrinha do coronel João; Sr. Raymundo Pastor, 85 anos, advogado aposentado, filho do coronel Bembém e Sr. Afonso Gomes Ribeiro, 75 anos, advogado, residente em Manga desde 1949) e dados recolhidos nos arquivos da Câmara Municipal, Prefeitura e Cartório de Registros Cíveis de Manga.



Residência da família Montalvão em Manga no século XIX

dos primeiros arraiais do Norte do Estado. Até então a Capitania de Minas Gerais compreendia apenas o centro conquistado, para além dele estava o *desertão*, onde a soberania pertencia aos índios. Matias Cardoso, o mais destacado sertanista do Norte da Capitania, alcançou pela primeira vez a região da atual cidade de Manga em 1680, como mestre de campo e lugar-tenente da Bandeira de Fernão Dias Paes Leme. Dez anos depois, Matias Cardoso retornaria às margens do médio curso do rio São Francisco, desta vez convocado pelo governador da província a “pacificar” os índios refugiados no Vale. Neste momento foi fundado o arraial que leva seu nome e São Caetano do Japoré, posteriormente Santo Antônio de Manga, ambos na barranca do São Francisco¹⁴.

A região alcançou grande desenvolvimento ao longo do séc. XIX, destacando-se Manga como um dos mais importantes portos do São Francisco e firmando-se como produtora de algodão e feijão, criadora de gado e exploradora de maniçoba¹⁵. Através do vale do São Francisco se realizava a maior parte do comércio de Minas com as províncias do Norte; havia ali ao menos dois grandes portos, o de Januária, maior deles, e o de Manga; por eles era escoada grande parte da produção destinada à Bahia. Devido ao intenso comércio que se realizava e trafegava ali, a região surgia como alternativa de trabalho para os habitantes livres das áreas vizinhas, menos desenvolvidas.

As famílias Montalvão, Pereira e Pastor devem suas origens, na região de Manga, aos atrativos do comércio da região. O primeiro Lopo Montalvão, português, se instalou no Vale em fins do século XVIII ou início do XIX e iniciou fortuna comercializando sal¹⁶. Perto de cem anos depois, Cecílio Lopo Montalvão, neto do patriarca e pai de Montalvão, possuía fazendas, herdadas e adquiridas, que se estendiam de Manga a Bom Jesus da Lapa, na Bahia, e a maior casa de comércio da região.

¹⁴PAULA, Hermes de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Montes Claros, 1957 e FERREIRA, J.P.(org.) *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1959, vol. 26.

¹⁵ Árvore donde se extrai o látex para produção de borracha de qualidade inferior.

¹⁶ Desde a Colônia, o rio São Francisco era o principal caminho de abastecimento de sal das populações e rebanhos bovinos interioranos ao longo de seu curso e da província de Goiás. O processo era simples, a mercadoria era transportada em canoas e jangadas até Manga, um dos principais postos de distribuição, onde tanto a embarcação quanto a carga eram vendidas, voltando o condutor do produto por terra ao ponto de partida. Ver PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996, tese de doutoramento e ESCHWEGE, W. L. Von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

A chegada a Manga de João Alves Pereira e Domiciano Pastor Filho, os futuros coronéis João e Bembém, está relacionada a uma nova fase de povoamento do Vale, iniciada nos últimos decênios do século XIX. Com o declínio dos engenhos de cana de açúcar no Nordeste e a Abolição, um enorme contingente de brancos pobres, mulatos e negros até então escravizados deslocou-se para outras regiões do país em busca de novas oportunidades. Por este tempo o valor comercial da maniçoba tornava o vale do São Francisco, abundante em maniçobais, ainda mais atraente à leva de nordestinos que migravam¹⁷.

Em 1902, o adolescente João Alves Pereira abandona Belém de Cabrobró, em Pernambuco, para acompanhar como ajudante a família de Joel Pinto, que se mudava para Matias Cardoso pretendendo tirar sustento das maniçobeiras. Assim que completa 18 anos, em 1906, ele deixa seu patrão e protetor e se estabelece em Manga, no outro lado do rio, dando prosseguimento por conta própria à extração do látex da maniçoba. Logo depois, por volta de 1910, João Pereira convidaria seu amigo de infância, Domiciano Pastor Filho, a abandonar Boa Vista, também Pernambuco, e vir juntar-se a ele em Manga para juntos se lançarem como mediadores no mercado da produção local de mamona, milho, arroz e feijão, além de couro e peles de animais silvestres. Entrementes, continuariam o trabalho nos maniçobais.

Em pouco tempo Domiciano e João se casariam, respectivamente, com Maria Amarante Montalvão e Olívia Lopo Nepomuceno (em 1912 e 1913), ambas bisnetas do patriarca Montalvão, e assumiriam as patentes de capitães da Guarda Nacional. No final da década já reuniriam os bens materiais e prestígio necessários aos “postos” de chefia local; já sendo reconhecidos pelos moradores do lugar como coronel Bembém e coronel João.

A mais antiga estrutura de dominação do Sertão, encabeçada pelos poderosos chefes de parentelas, tem no uso arbitrário da força e na propriedade da terra sua origem e fundamento. Onde força e poder se confundem, a violência impõe, defende e mantém vontades particulares, principalmente o acúmulo de riquezas. A garantia da propriedade individual e da própria integridade física configuravam, na tradicional estrutura de mando sertaneja, a contrapartida à submissão e à admissão do exercício da força pelo que se fazia reconhecer como o mais forte¹⁸.

¹⁷ LINS, Wilson. *O Médio São Francisco*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.

¹⁸ Analisando as relações sertanejas de dominação descritas na obra de Guimarães Rosa, Heloisa Starling define como *hobbesiano* o cenário representado pelo diplomata: “o isolamento e a certeza da própria capacidade de discernimento fizeram de cada chefe de família um centro particular de referência e, por consequência, um proprietário incontrolável e insubmisso, pairando por sobre a sociedade e empenhado em sustentar, em graus variados de agressividade e força, a defesa de seus interesses parciais.” STARLING, Heloisa. *Lembranças do Brasil – teoria política, história e ficção em Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1999:44.

As perseguições levadas a cabo pelos coronéis de Manga aos seus desafetos aparecem nas falas de moradores das décadas de quarenta e cinquenta ainda com resquícios do antigo temor: “o povo tinha medo de votar prá ele [Montalvão, quando de sua primeira candidatura à Prefeitura, em 1954] que os Pereira e os Pastor pirsiguia o povo demais”¹⁹.

Mas em meados do século XX os recursos financeiros necessários à manutenção destas posições de chefias locais não advinham mais apenas da posse tradicional da terra. O coronel, este tradicional e resistente personagem da política brasileira, não aparece apenas como o grande e poderoso proprietário, isolado em suas terras e senhor absoluto de seus domínios, mas numa refinada e diversificada manifestação de chefias locais: comerciantes, industriais, padres, profissionais liberais – médicos, advogados – envolvidos no comércio de exportação; coronéis que chegaram a esta posição sem nunca terem sido proprietários rurais, acabando por se tornar fazendeiros ou não chegando a sê-lo²⁰. O poder decorrente dos bens de fortuna adquiridos com o casamento e o comércio não raro superavam o poder baseado exclusivamente na posse da terra. Com o casamento impedia-se a divisão de fortunas, no caso de uniões no interior de uma mesma parentela; através do matrimônio se aliançavam grupos poderosos, forças econômicas, familiares e políticas, o que podia resultar na elevação do cônjuge na hierarquia de domínio. O casamento agia, assim, como instrumento de defesa de posições sociais, meio de integração e ascensão social²¹.

Ao se casarem, Bembém e João Pereira ingressam na mais tradicional e prestigiada família local, a família Montalvão, que detinha o poderio político na cidade. Com o casamento, Pereira passa a se dividir entre as fazendas e os negócios na cidade; contudo, no caso de Bembém, só com seus filhos principia a tradição, ainda hoje mantida, de proprietários rurais. O coronel Bembém, comerciante e industrial, não possuía fortes ligações com a terra, nem agregados rurais. Mesmo com a herança da esposa, ele jamais trocava a cidade e o comércio para administrar ou viver nas fazendas. Mas a posição do comerciante na localidade também era um

¹⁹ Conforme depoimento do Sr. Leonardo Lessa Marinho.

²⁰ Por exemplo, Delmiro Gouveia, comerciante e industrial; Cícero Romão Batista, o Padre Cícero; Zacharias Nicolau, comerciante e exportador de café; Domingos Pacífico Castello Branco, fazendeiro e industrial. Ver JANOTTI, 1998, *op. cit* e COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

²¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL. Tomo III, vol. 8, 1977: 172, 176.

privilegiado meio de alçá-lo na política: ele dispunha de uma clientela “natural” e ocupava uma posição chave, ligado a todas as camadas da sociedade, seus fregueses²².

A divisão da chefia em Manga passa a emparelhar-se à sociedade de Bembém e João no comércio. O coronel João era a figura de apelo popular, o que lidava mais diretamente com os habitantes da cidade. Os numerosos quartos de seu casarão enchiam-se com dezenas de camas improvisadas durante as eleições para dar pouso aos eleitores que vinham dos extremos da zona rural do município. Na cozinha e no quintal preparava-se a comida para o pelotão que viera dar seu voto aos coronéis; todos eles devidamente nomeados no livro de registro de eleitores organizado por Bembém. A este cabiam as tarefas administrativas propriamente ditas e diplomáticas, era ele o “mentor” da política local e o negociador mais freqüente no círculo político estadual. Toda a despesa com a eleição era dividida entre os dois, incluindo os vultosos gastos com o eleitorado: alimentação, sapatos, chapéus, roupas novas... Um dos filhos de Bembém ainda hoje queixa-se das perdas financeiras das famílias com a política: grande parte dos lucros das fazendas e do comércio, obtidos no período entre duas eleições, ia-se facilmente nos dois ou três dias em torno do pleito.

Lideranças locais como os coronéis Bembém e João, disseminadas por todo o país, não tinham, obrigatoriamente, participação direta nas políticas das oligarquias governantes. A ascensão política, econômica e social dos coronéis dava-se, primeiramente, em nível local, podendo ir elevando sua influência a níveis maiores²³. Em 1923 foram as boas relações do coronel Bembém com Olegário Maciel²⁴, o vice-presidente do Estado, que garantiram a elevação de Manga, até então distrito de Januária, a município. A partir de então, e até 1958, membros das famílias Pastor e Pereira se revezaram na prefeitura da cidade: o coronel Bembém, seu irmão Anfrísio e, após 1940, o coronel João e Raymundo Pastor, filho de Bembém²⁵. Ao longo das mais

²² QUEIROZ, 1977, *op. cit.* Na região central do Brasil os vendeiros, desde a Colônia, desempenhavam na comunidade função semelhante à do coronel: os assuntos locais se resolviam na venda; o comerciante podia atuar como conselheiro jurídico e econômico; era padrinho e tutor de diversas crianças e, não raro, era o líder da comunidade. Cf. VASCONCELOS, João Gualberto M. *A Invenção do Coronel – ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1995: 128, 188.

²³ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O Coronelismo ainda é uma Questão Historiográfica? *História e Cidadania. XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP; ANPUH, 1998, 2V: 505-515.

²⁴ Com os acontecimentos de 1930, Olegário Maciel assumiu a responsabilidade pelo movimento de outubro em Minas Gerais como presidente eleito e colocou toda a máquina política à disposição das forças revolucionárias. Vitoriosa a “revolução”, o presidente Olegário foi aceito e respeitado pelos civis e militares revolucionários como um dos principais chefes do movimento de outubro de 1930. MONTEIRO, Norma de Góes. *A Revolução de 30: Vargas e sua luta pela hegemonia política em Minas. VI Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1987:168.

²⁵ Prefeitos de Manga entre 1924 e 1958 (Cf. Arquivo da Câmara Municipal de Manga):

de quatro décadas em que dominaram o cenário político municipal, os coronéis João e Bembém distribuíram os cargos públicos em Manga, como de juiz de paz e municipal, coletor de impostos, delegado de polícia, comandante de destacamento e professores entre seus familiares e amigos. O controle destes postos pelos chefes locais tem uma amplitude que ultrapassa a esfera política, englobando os interesses econômicos dos grandes fazendeiros e comerciantes: o juiz e o delegado atuavam no controle da mão de obra e na competição com fazendeiros rivais, a polícia podia ser utilizada na proteção ou opressão; o coletor de impostos podia afetar a margem de lucro dos coronéis através de suas ações ou ausência delas; as professoras agiam na manutenção de princípios e valores fundamentais ao funcionamento do sistema...²⁶ Mais do que empreguismo, a distribuição destes cargos públicos solidificava o poder dos coronéis, agindo como instrumento de dominação.

Em princípios dos anos de 1930 os coronéis João e Bembém tomaram frente na criação da Cia Manga Industrial, uma das primeiras e mais importantes usinas de beneficiamento de algodão do Norte do Estado à sua época. A instalação da indústria está relacionada ao aumento da produção de algodão, cuja exportação pelo país toma vulto neste período, num crescente até meados da década seguinte²⁷.

Ainda hoje a região sofre com problemas de escoamento de sua produção para os grandes centros de consumo, as más condições de acesso encarecem em demasia o transporte de mercadorias, comprometendo as possibilidades de lucro. Como ainda ocorre, na década de trinta as mercadorias eram rejeitadas pelo preço, deteriorando-se nos portos e nos armazéns pela

1924 – 1927: Anfrísio Gonzaga Lima

1927 – 1930: Domiciano Pastor Filho

1930 – 1936: Anfrísio Gonzaga Lima

1936 – 1940: Domiciano Pastor Filho

03/1940 – 01/1941: Raymundo Pastor Filho

1941 – 1947: Anfrísio Gonzaga Lima

1947 – 1951: João Alves Pereira

1951 – 1955: Raymundo Pastor

1955 – 1958: João Alves Pereira

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Coronelismo. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas/Forense Universitária, 1980; CARVALHO, 1997, *op. cit.*. Quanto ao papel da educação na manipulação e manutenção de elementos do imaginário social ver CARVALHO, José Murilo de. *Formação das Almas - Imaginário e República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991:11: “Para a Revolução [Francesa], educação pública significava acima de tudo isto: formar as almas. Em 1792, a seção de propaganda do Ministério do Interior tinha exatamente este nome: *Bureau de l'Espirit*”.

²⁷ Departamento de Estatística Econômica, Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais. *Anais do I Congresso Estadual de Algodão*, Montes Claros, 1957. A Cia Manga Industria foi visitada em 1937 por Carlos Lacerda; diversas referências a ela aparecem em texto escrito em 1939, a partir de anotações de três viagens pelo curso do rio, realizadas nos anos de 1937 e 1938. LACERDA, Carlos. *Desafio e Promessa – o Rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Record, 1964.

carência de transporte. Beneficiar a matéria prima na região onde é produzida é um meio de contornar o problema de prejuízos e gastos excessivos com o traslado, o algodão beneficiado na usina de Manga permitia que a despesa com o transporte fosse quatro vezes menor que a do algodão bruto²⁸.



Domiciano Pastor Filho, o coronel Bembém (à esquerda) e João Alves Pereira, o coronel João (à direita) na década de 1930

²⁸ No vizinho município de Juvenília há, atualmente, instalações da Nestlé. O leite produzido pelos pequenos fazendeiros é, em muito, superior à demanda local e a ausência de boas estradas asfaltadas torna o transporte caro e, por conseguinte, a aquisição do produto não é compensadora para compradores de outros municípios mais distantes, já que são abundantes os produtores no Norte do estado, tradicionalmente pecuarista. Há ainda o problema de ser necessário uma infra-estrutura mínima para o transporte, por se tratar de produto perecível. Nestas condições, a Nestlé “favorece” os pequenos fazendeiros, comprando todo o excedente local pelo preço de R\$ 0,15 o litro (preço de maio de 1999). Aos fazendeiros não resta alternativa, o leite não vendido à multinacional se perde sem que seja consumido ou transformado em derivados (comunicação pessoal de produtor local).

Mas em 1938 a companhia entrou em crise, causada, principalmente, por desacordos entre seus sócios majoritários, Bembém e Pereira, e os pequenos proprietários de ações. Os negócios da família Pastor começaram a degingolar, levando seu chefe à decisão de transferir seu comércio para Belo Horizonte, na tentativa de recuperar suas finanças antes da ruína. Estar neste momento ocupando o cargo de chefe do Executivo Municipal não interferiu em seus planos, a família mudou-se para a capital em 1938 e Bembém passou a dividir seu tempo entre Manga e Belo Horizonte, em freqüentes viagens. Um ano depois, o coronel acertaria sozinho o primeiro prêmio da Loteria Estadual, podendo então recompor sua situação financeira e incorporar a participação de diversos acionistas da empresa²⁹.

Deste momento em diante ele se afastaria do cargo oficial de prefeito, sendo substituído por seu filho, Raymundo Pastor, que se alternaria com o coronel João e o tio Anfrísio nos postos de prefeito e vice-prefeito entre os anos de 1940 e 1958. Mas o coronel Bembém não deixaria de ser o chefe político de Manga por manter negócios na capital e lá passar boa parte do tempo, junto à família. Ele continuaria a ser o comandante da política local, controlando a Câmara de Vereadores e os cargos públicos do município e seus distritos até o final da década de 1950. Sua influência e domínio só iriam diminuir gradualmente a partir do início dos anos 50, quando ele e o coronel João começaram a enfrentar em Manga uma até então inexistente oposição política, cujo líder era Montalvão, que aos poucos ganhava força e adeptos, não só na cidade como também na zona rural³⁰.

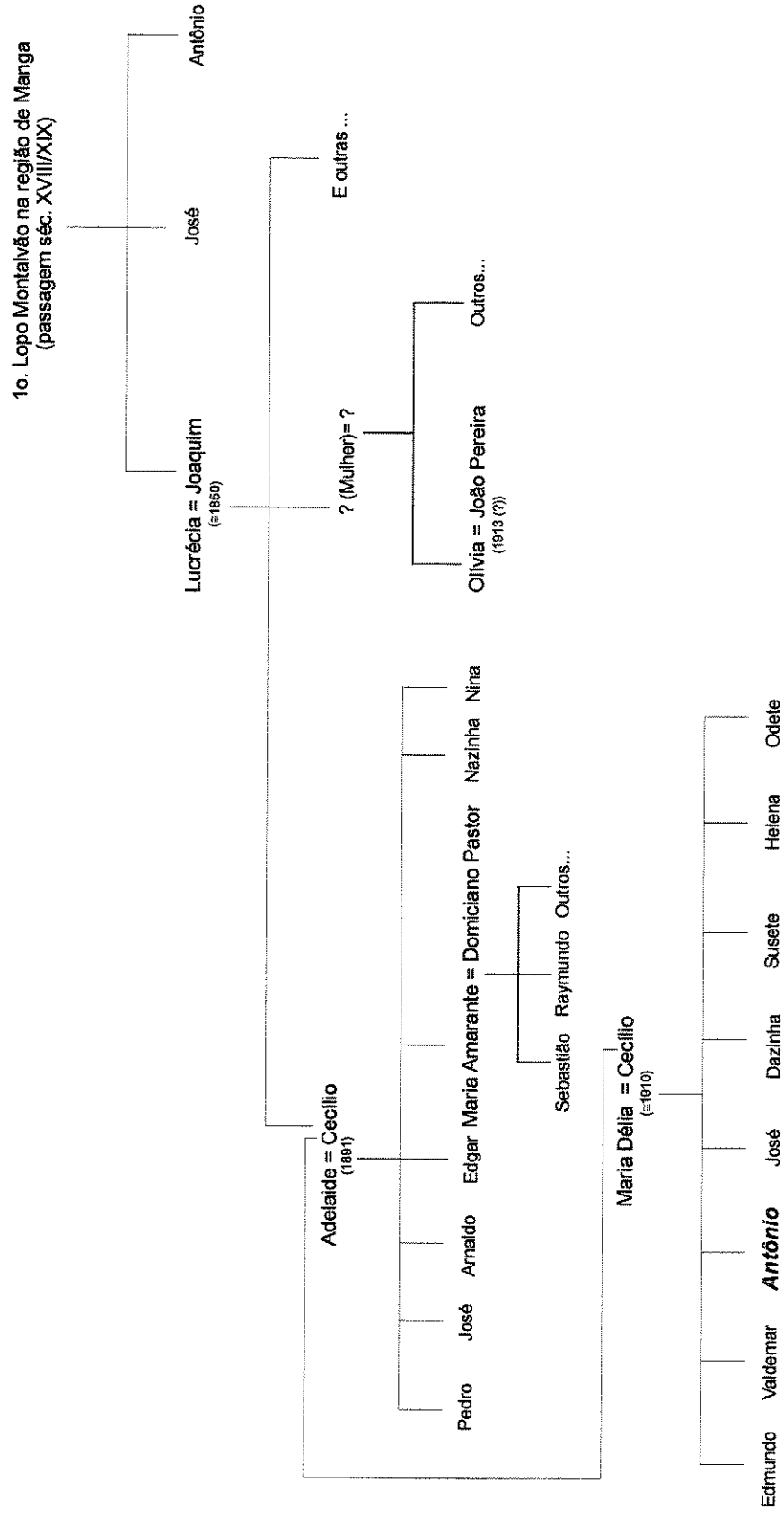
2.1. 2 – Antônio Montalvão, a entrada em cena

Antônio Montalvão era o terceiro dos oito filhos da união extraconjugal de Cecílio Lopo Montalvão com Maria Délia, a Deá (ver gráfico genealógico).

²⁹ Cf. depoimento do Sr. Raymundo Pastor.

³⁰ Domiciano Pastor faleceu em 1977, aos 87 anos. João Pereira, por sua vez, faleceu em meados dos anos sessenta, em decorrência de um câncer e do desgosto por ter “perdido a política”, de acordo com sua sobrinha, Sra. Maria Pereira.

GRÁFICO GENEALÓGICO DA FAMÍLIA MONTALVÃO



Cecílio casou-se aos vinte e seis anos, em 1891, com Adelaide Felisbela de Carvalho com quem teria seus sete primeiros filhos. Quase vinte anos depois, ele se envolveria com a mãe de Montalvão, a Déa (“Cecílio era um campeador de mulher por fora”³¹) jovem simples e sem recursos com quem viveria até o fim da vida. Quando a jovem ficou grávida pela primeira vez, seu pai forçou Cecílio a se responsabilizar pela mulher e o filho, à revelia de seu estado civil, o que fez com que ele trouxesse a jovem da vizinha Cocos, na Bahia, para Manga. Não foi possível esconder por muito tempo a nova família e a esposa, Dona Adelaide, acabou por abandonar o marido e transferir-se com os filhos da fazenda Cachoeira, onde moravam, para a vila de Manga. Foi viver com a filha, Maria Amarante, já casada com Domiciano Pastor, o coronel Bembém.

A fazenda Cachoeira seria então ocupada pela nova família de Cecílio, lá nasceria Antônio Lopo Montalvão aos 17 de junho de 1917. A família viveria anos turbulentos em Manga, com os filhos legítimos de Cecílio ameaçando-o de morte, pelas humilhações impostas à mãe. Anos depois, Adelaide pediria o divórcio e assumiria a posse da fazenda; com isso Cecílio e a nova mulher se mudam para Goiás. Os filhos mais velhos, entre eles Montalvão, permanecem em Manga.

Com o tempo as tensões familiares se atenuam, durante a adolescência e juventude Antônio Montalvão pode desfrutar da companhia de seus parentes paternos, como Raymundo Pastor, filho de Bembém e seu sobrinho, sem maiores agravos. Tanto que, anos depois, já em 1939, ao se envolver em uma briga em Goiânia que acabou por resultar na morte do capataz de um influente chefe político local, Montalvão foi socorrido por diversos amigos em Manga, inclusive Raymundo.

Dessa briga sabe-se pouco. Por esta época Montalvão trabalhava nas obras de construção de Goiânia, futura capital do Estado. Para alguns, Montalvão fora defender a mulher que o acompanhava, assediada por um bêbado valentão. Para outros, o contrário: ele é que teria abordado a jovem. Suas relações com o universo feminino eram também famosas, como o pai, Montalvão era presa fácil dos encantos de Vênus, atirava-se com afincos em suas conquistas, estimulando-se com a rivalidade (“Se tinha cinquenta moças solteiras na festa e uma noiva, ele queria a noiva pra dançar.”³²). No corpo a corpo da contenda a arma do capataz disparou, ferindo-o de morte:

³¹ Conforme depoimento do Sr. Leonardo Lessa Marinho.

³² Conforme depoimento do Sr. Raymundo Pastor.

“Era Sexta Feira da Paixão. Eu estava tomando banho, de calção, no Lago das Rosas e ele quis me tirar de lá. Na luta, o revólver dele disparou e ele morreu.”³³.

Temeroso das repercussões do sucedido pela influência que o patrão do rapaz possuía, Montalvão voltou para o Norte de Minas e escondeu-se por alguns dias em casa de amigos em Manga (“A pracaória chegava, prucurando ele, ele escorregava no mato.”³⁴). A solução encontrada foi fugir para mais longe, tomando de empréstimo a certidão de nascimento de um amigo de infância, Montalvão “escorregou” para Xiquexique, Recife, Porto Alegre e, finalmente, para a segurança do solo argentino³⁵. Foram quase dez anos de auto-exílio, período obscuro de sua vida, onde, segundo consta, Montalvão foi fotógrafo e piloto civil, terminando por lecionar português e trabalhar como contador em Buenos Aires. Escola, ele a freqüentou apenas durante o tempo que viveu em Manga, concluindo a terceira série primária. Na Argentina, como contador de duas famílias de comerciantes judeus, ele teria tido a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos por conta própria ³⁶.

Deste período restaram quase somente fotografias, dezenas delas. As cartas, que foram poucas, se perderam; as notícias, tão raras, foram esquecidas. Quando Montalvão voltou, trouxe consigo as fotos, acumuladas ao longo dos anos e preservadas, bem ou mal, por sua família. No papel envelhecido pelo tempo, rostos anônimos se confundem com as paisagens desconhecidas, praias, restaurantes, monumentos famosos, inúmeras reuniões de jovens bem vestidos, posando sorridentes. As cenas sem legenda mostram um Montalvão sério e alinhado, às vezes um sorriso divertido, olhando firme para a câmera.

Ao que parece, a última vez em que deu notícias a Manga foi em 1945, quando escreveu a Raymundo pedindo dinheiro emprestado para ir de Recife à Porto Alegre. De lá, ele já avisava, sua intenção era seguir para Buenos Aires. Se passou por dificuldades na Argentina, não se sabe,

³³ Depoimento de Antônio Montalvão a Bob Fernandes, *Jornal do Brasil*, *op.cit.*

³⁴ Conforme depoimento do Sr. Leonardo Lessa Marinho.

³⁵ Foi após tomar de empréstimo a certidão de nascimento do amigo Leonardo Lessa Marinho que Montalvão fugiu, adotando este falso sobrenome durante os anos que permaneceu fora do país.

³⁶ “Conheci a liberdade sexual, pude ter mais filosofia e história, eu que só tinha o terceiro primário”. Depoimento de Antônio Montalvão a Bob Fernandes, *Jornal do Brasil*, *op.cit.*



Cidade de Manga, às margens do rio São Francisco

sua intenção era seguir para Buenos Aires. Se passou por dificuldades na Argentina, não se sabe, mas socorro aos amigos não pediu. Só foram ouvir falar em Montalvão novamente em 1949, quando ele voltou ao Brasil, cheio de idéias e entusiasmo político.

Montalvão contava então seus 32 anos, quando retornou a Manga. O rapaz bonito e educado, de fala articulada e vocabulário requintado, rapidamente retomou as velhas amizades e fez novas. Com sua volta a Manga, a cidade seria palco e objeto de uma longa e acirrada disputa política cujos ecos ainda ressoam com clareza na memória da população. Ao poder e autoridade dos coronéis opunha-se a voz que se dizia do povo e da modernidade que urgia, que se nomeava “socialista” em oposição ao “caciquismo” de Bembém e João Pereira e que iniciou uma inédita “redistribuição agrária” no município.



Ruínas da antiga sede da fazenda Cachoeira, onde nasceu Montalvão. As grades na última janela à direita identificam o quarto destinado às filhas solteiras. Para acessá-lo era necessário cruzar o aposento do chefe da família.

2.2 - “Manga solta-se de seus Grilhões” - A querela política na década de 1950

A figura política de Antônio Montalvão se construiu desde fins da década de 1940, de volta a Manga, ele se fixou como comerciante, responsável pelos estabelecimentos de seu cunhado Osório Marinho. Suas relações familiares tenderiam a levá-lo ao PSD e a compartilhar a política dominante de Domiciano e João: seu irmão, Valdemar Montalvão, foi um dos representantes de Manga na Convenção para criação do Partido Social Democrata, em 1945; Osório Marinho, seu cunhado, também membro do PSD, foi vice-prefeito do coronel João entre 1947/50. Mas alheio a estas relações, Montalvão se filiou ao Partido Republicano e principiou, já neste momento, final do decênio de 1940, sua campanha “anticoronelista”, inaugurando a oposição política em Manga.

Dentre os representantes de Manga presentes à Convenção do PSD em 1945 estava também Erasmo Luis Gonzaga, jovem político da cidade que tomaria a frente da criação, logo depois, do diretório da União Democrática Nacional no município³⁷. A existência da UDN não marcou uma oposição na cidade: em 1947 e 1950 PSD, UDN, PTN e PTB, coligados, apresentaram candidato único à prefeitura, mas a partir de 1950 a UDN engrossaria a fileira

* Título de artigo assinado por Montalvão e publicado no *Jornal de Montes Claros*, Montes Claros, 23/08/1952.

³⁷ Até 1937 Minas Gerais possuía um só partido, o Partido Republicano Mineiro, que apenas num curto período de quatro anos (entre 1933 e 1937) dividiu o eleitorado com o Partido Progressista, sendo o partido do governador na primeira fase republicana. Após os 8 anos de ditadura do Estado Novo foi fundado o Partido Social Democrático, herdeiro político do antigo PRM, aglutinando elementos deste e do PP. O PSD foi organizado em 1945, à sombra do governo federal e sob a orientação dos interventores estaduais, através da convocação de seus prefeitos nomeados e representantes municipais à convenção para formação do partido nacional. Na oportunidade, Benedito Valladares, interventor e governador de Minas Gerais de 1933 a 1945, reuniu em Belo Horizonte mais de 5.000 pessoas, incluindo os principais chefes políticos do Estado. Neste mesmo ano foi organizado o Partido Republicano, grupo dissidente mineiro liderado por Arthur Bernardes e também composto, mas em menor número, por elementos do PRM e PP, e dois outros partidos nacionais: a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro. A UDN congregava os que não pertenciam ao governo e tem suas raízes históricas na União Democrática Brasileira, veículo da campanha eleitoral de Armando Salles a presidência, em 1937; no “Manifesto dos Mineiros”, de outubro de 1943 e na corrente anti-Estado Novo e anti-getulista, de 1945. O PTB, formado por burocratas do sindicalismo e do sistema previdenciário oficiais era, assim como o PSD, manifestação concreta da atividade da máquina getulista. “Convenção de Fundação do Partido Social Democrata”. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 08/04 a 12/04/1945. Para uma narrativa da Convenção, ver Valladares, Benedito, *Tempos Idos e Vividos – Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Sobre a formação dos partidos nacionais e dos partidos regionais em Minas ver: SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; LADOSKI, Waldemar. *Evolução das Instituições Políticas em Minas Gerais*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 14: 85-110, 1962; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973; FLEISCHER, David V (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Cadernos da UnB. Brasília, Editora UnB, 1981 e BRASIL, Olavo. *Os Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-64*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

oposicionista em Manga, aliando-se ao PR de Montalvão. Apenas dois anos após vencido seu mandato como vereador coligado ao PSD, em setembro de 1952, Erasmo Gonzaga seria surpreendido e espancado por homens dos coronéis ao se dirigir à delegacia de Manga, intimado pelo delegado a dar explicações sobre matéria de sua autoria publicada em jornal de Montes Claros onde haviam comentários sobre os coronéis, entendidos por estes como difamatórios³⁸.

Já vimos como o comerciante, dado seu destaque na comunidade, detém uma posição chave para o ingresso na vida política local. Detrás dos balcões da “Casa do Camponês”, nome dado por Montalvão ao armazém que dirigia, saíram os primeiros ataques à “tirania infundável” dos coronéis Bembém e João. Os conflitos iniciais foram motivados por interesses econômicos, a Casa do Camponês vendia mercadorias através de um esquema cooperativo com pequenos produtores, o que reduzia os preços e firmava uma concorrência tida como injusta pelos coronéis, também comerciantes. Rapidamente recrudesceria a disputa política, opondo ostensivamente os membros do PSD e PR/UDN ou, nos termos de Montalvão, o “caciquismo X socialismo”³⁹:

“(…) este é o curso verdadeiro de nossas divergências: o caciquismo político contra os direitos da coletividade!”⁴⁰

Já em 1952, sob a justificativa de que os coronéis emperravam suas iniciativas de desenvolver o distrito de Poções⁴¹, Montalvão compra, sob financiamento do Banco do Brasil, a fazenda Barra do Cochá, para ser loteada e sediar a futura cidade de Montalvânia⁴². Confiante em suas bases eleitorais, contando já com o apoio de Poções e da recém criada Montalvânia, Montalvão se lança, em 1954, como candidato à prefeitura de Manga pela coligação ALM - iniciais de Aliança Libertadora Manguense (PR/UDN/PSP) e de seu candidato, Antônio Lopo Montalvão - contra o coronel João, candidato da coligação PSD/PTB. Conforme depoimentos de políticos locais, a vitória de João Pereira teria se dado por uma diferença de poucos votos e muita fraude.

Na eleição municipal seguinte, 1958, Montalvão elege-se prefeito pela Aliança Republicana Democrática (coligação PR/UDN), com uma margem de 113 votos sobre o candidato do

³⁸ Montalvão. “Um Bilhete a Raymundo”. *O Jornal de Montes Claros*, 27/09/1952 e depoimento do Sr. Afonso Gomes Ribeiro.

³⁹ Montalvão, *O Jornal de Montes Claros*, 27/09/1952, *op. cit.*

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ Sua proposta de estender a rede telefônica de Manga até o distrito de Poções, por exemplo, teria sido barrada, não pela Câmara Municipal ou pelo prefeito, Raymundo Pastor, mas pelo pai deste, o coronel Bembém. Depoimento do Sr. Joaquim Valdemar do Carmo.

⁴² Antônio Lopo Montalvão, entrevista concedida a Pedro Jôia, *Radio Entre Rios*, Montalvânia, 22/04/1992.

PSD/PTB, Raymundo Pastor. A oposição, segundo fontes orais locais e partidárias a Montalvão, só teria chegado ao Executivo Municipal após a criação da Comarca de Manga, em 1957, e a presença de um juiz de direito que, soberano e imparcial representante do Judiciário, teria impedido o prosseguimento das fraudes. De acordo com declaração do juiz Carlos Porfírio, ele teria impedido as fraudes eleitorais e manipulação dos votos pelos coronéis: “Ele [Montalvão] ganhou porque não deixei dois mil mortos e analfabetos votarem, como era hábito”⁴³. Até então os votos de Manga eram contados em Januária, comarca à qual pertencia o município, e o tradicional chefe político local, Mário Lisboa, era partidário e amigo, há décadas, dos coronéis de Manga.

Montalvão, representante do PR no município, ao se candidatar à Câmara Federal em 1962 não o fez por seu partido, mas pelo PSP, partido menor, onde havia vaga, ao contrário do PR, por onde concorriam grandes nomes da política mineira. O que não o impediu de ser o candidato da quase totalidade dos votantes de Manga, pela aliança PSP/PTB/PL⁴⁴. Da mesma forma, depois de emancipado o município de Montalvânia, em 1962, seus dirigentes políticos, pertencentes ao bloco hegemônico de Montalvão, estiveram todos filiados ao PSD nos anos entre a emancipação e a nova extinção dos partidos políticos em 1965.

O que separava ou unia os partidos em Manga não eram doutrinas ou ditames ideológicos, mas seus candidatos, que se serviam dos partidos, representando, eles e não as agremiações, uma determinada parcela da população ou interesses específicos. Essa relação personalista político/eleitor, herdeira das relações tradicionais coronel/agregados, explica não só o sucesso que as mais contraditórias alianças podiam ter, ao garantir que o comportamento do eleitorado não fosse atingido por conflitos ideológicos, como explica a própria coligação. Os votos sendo dados aos candidatos independentemente de suas legendas faziam com que as alianças partidárias municipais, nas décadas de 1940 e 50, fossem reuniões de lideranças políticas, cada qual acompanhada pelos votos dos eleitores que podia alcançar. Com essas coligações os coronéis João e Bembém impediram, até onde foi possível, a formação da oposição em Manga, aglutinando as expressões políticas municipais em torno de si de 1945 a 1950 (PSD/UDN/PTB/PTN) e, a partir daí, foi Montalvão que agrupou a sua volta, e contra os

⁴³ Depoimento de Carlos Porfírio a Bob Fernandes, *Jornal do Brasil*, *op.cit.*

⁴⁴ Resultados das Eleições Federais de 1962. *Tribunal Regional Eleitoral – Depto. de Estatística*, 1962. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral

coronéis, os políticos que se sobressaíam localmente, de todos os partidos menos o PSD e PTB, que permaneceram coligados ao longo de toda a década de 1950⁴⁵.

2.2.1 - “Caciquismo versus Socialismo” – o deslocamento das forças políticas no poder local

No interregno entre os pleitos municipais de 1954 e o de 1958, se acirra a disputa em Manga com dois agravantes: a entrada de dois eminentes políticos da oposição aos coronéis no mercado local de beneficiamento de algodão e a criação da Comarca de Manga, resultando na vinda do juiz Carlos Porfírio, que logo engrossaria a fileira oposicionista municipal.

Esses dois fatos caem surdamente sobre o controle econômico e político de Domiciano Pastor e João Pereira: desde os anos 30 a Companhia Manga Industrial, de sua propriedade, detinha o comércio da produção e beneficiamento do algodão local, sendo que, até 1952, o Estado de Minas Gerais contava apenas com duas usinas de beneficiamento de algodão, esta e uma outra em Pirapora⁴⁶. A Indústria Manguense Beneficiadora de Algodão, criada por Erasmo Gonzaga e Hélio Sales, candidatos, pela chapa da oposição, nas eleições de 1954 e 1958 a vice-prefeito e vereador, respectivamente, passará a disputar a compra de algodão na região e a exportação do produto beneficiado.

Quase ao mesmo tempo os coronéis sofrerão o golpe da “traição do juiz de direito”: a criação da Comarca vinha sendo tentada desde 1953 por Bembém e João, sendo levada a termo em 1957, na administração do coronel João. Como os chefes políticos de Manga não possuíam um candidato ao cargo, aceitaram a nomeação de Carlos Porfírio a juiz da comarca, advogado desconhecido na região e sem relações políticas que pudessem comprometê-lo frente aos coronéis. Entretanto, segundo depoimento de Raymundo Pastor, Montalvão, ao saber da nomeação, teria procurado o juiz, ainda em Belo Horizonte, e selado ali um conchavo político. De fato, nos três anos que passou em Manga o Dr. Porfírio teve uma atuação marcadamente

⁴⁵ Em Minas Gerais a UDN, PSD e o PR rivalizavam na função de porta voz dos interesses agrários, sendo estes três partidos, os maiores do Estado, vale frisar, considerados conservadores e de tradição rural. Mas desde fins da década de 1940 o quadro político mineiro se caracterizava pela UDN na oposição, o PSD como partido de situação, sendo o partido por excelência do governador, e o PR como participante do governo no início do período 1945-64, gradualmente se afastando (LADOSKI, *op. cit.*). Esta relação, entretanto, não impedia que no plano municipal PSD e UDN fossem aliados, como em Manga de 1945 a 1950, ou o PR e PSD adversários ferrenhos, como em Manga desde o início da década de 50.

oposicionista, encerrada por um atentado e sua posterior transferência para a Comarca de Arcos (MG – Alto São Francisco).

Ao longo dos meses que antecederam as eleições municipais de 1958 o clima em Manga era tenso, a cada comício marcado esquentavam-se os ânimos e as possibilidades de confronto. De ambos os lados choviam denúncias de perseguições e obstruções ao exercício do direito de propaganda política. Raymundo Pastor, então candidato pelo PSD, queixa-se que o juiz Porfírio teria tentado impedir sua candidatura, não registrando-a em prazo legal; da mesma forma denuncia má vontade do juiz em marcar seus comícios, chegando ao ponto de marcar pronunciamentos de ambos os concorrentes num mesmo dia e local. Nesta situação o delegado da cidade teria impedido os dois comícios para evitar um choque entre os correligionários. A outra versão da história é que o comício marcado pela Aliança Republicana Democrática, cujo candidato era Montalvão, teria sido impedido de realizar-se pela chegada do grupo armado de Raymundo e pela interferência do delegado, que achou por bem cancelar os discursos e dispersar a população para evitar uma tragédia. Mas o delegado era “deles”⁴⁷:

“(…) Uma vez foi em Nhandutiba, quando Raymundo Pastor e João Alves Pereira, com seis caminhões de asseclas, proibiram aos adversários um comício autorizado pela polícia, e a própria polícia presente (todo o destacamento) recuou ante a ordem, dizendo impossível controlar a situação.”⁴⁸

A solução de Montalvão para driblar as perseguições, segundo alguns relatos, era apelar para surpreendentes comícios extra-oficiais, como o “comício do rio”: dezenas de pessoas espalhadas ao longo de um trecho do Cochá, iluminado com tochas, ouvindo Montalvão que discursava de dentro de uma pequena canoa.

Em outubro de 1958, pela primeira vez os votos dados às urnas em Manga seriam contados ali mesmo, na recém criada 153ª zona eleitoral, sob a responsabilidade do juiz Porfírio. Após o pleito, novas denúncias: de acordo com Raymundo Pastor, a contagem dos votos não poderia ter sido mais irregular, concluída no quarto da pensão onde morava o juiz. Mas apesar

⁴⁶ *Ofício do prefeito do Município de Manga, Raymundo Pastor, à Comissão de Estudos da Divisão Administrativa e Judiciária do Estado de Minas Gerais, 05/02/1953. Arquivo Pessoal do Sr. Raymundo Pastor.*

⁴⁷ Como já destacado, o delegado, juizes, comandante de destacamento etc., eram nomeados pelo governo estadual a partir de indicações dos chefes municipais. No caso, o prefeito, coronel João, e o Governador do Estado, José Francisco Bias Fortes, eram do PSD.

⁴⁸ *Ofício do prefeito Antônio Lopo Montalvão ao Tte. Cel. Edson Teixeira Franco, delegado Especial de Polícia de Manga em 06/04/1960. Arquivo pessoal Antônio Montalvão*



Sr. Raymundo Pastor (1999)

dos recursos e denúncias de fraude junto ao TRE contra Montalvão, o candidato vencedor, nada foi apurado e o resultado que o elegia por uma diferença de 113 votos, mantido⁴⁹.

Empossado o novo prefeito em fevereiro de 1959 as tensões se acirraram. Por um lado Montalvão tratou de afastar, ou tentar, de seus cargos públicos elementos relacionados às administrações anteriores⁵⁰. Os coronéis João e Bembém, entretanto, contavam com significativo apoio estadual, acionado sempre que necessário, para tentar conter as ações do novo prefeito. Mantendo sua postura paternalista, são eles que enviam à Assembléia Legislativa recursos contra as exonerações indevidas que feriam os direitos de estabilidade em cargos públicos previstos na legislação.

De acordo com denúncias de Montalvão, o grupo de Domiciano Pastor e João Pereira dava prosseguimento à campanha contra ele, obstruindo ou tentando obstruir as mais diversas ações da Prefeitura, como a instalação do Ginásio Municipal, o Plano Diretor de Urbanismo, a conclusão do serviço de abastecimento de água etc.; além de “inscrições indecorosas nas paredes da cidade, apelidos torpes e cartas anônimas de ameaça e intimidação à família do juiz, boletins anônimos de ridicularização aos Três Poderes...”⁵¹.

Os coronéis, por sua vez, através de seus representantes na Câmara Municipal, denunciavam à Assembléia irregularidades na criação e funcionamento do Ginásio como a não prestação de contas do estabelecimento, além de atraso e desordem na Contabilidade Municipal: ausência de balancetes mensais e não pagamento das cotas da Previdência⁵².

⁴⁹ *Resultados das Eleições Municipais de 1958*. Tribunal Regional Eleitoral – Depto. de Estatística, 1958. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral.

⁵⁰ Manoel Rodrigues Machado e Braz Alves Pequeno, fiscais da prefeitura em distritos de Manga, foram exonerados de seus cargos em fevereiro e março de 1959, assim como outros funcionários públicos como professoras e a diretora do Grupo Escolar. Cf. *Recurso dos Srs. Manoel Rodrigues Machado e Braz Alves Pequeno* à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, documentação anexa ao Projeto 928, Arquivo da Assembléia Legislativa MG e depoimento da Sra. Maria Pereira.

⁵¹ Prefeitura Municipal de Manga, *Justificativa do prefeito Antônio Lopo Montalvão à Portaria 15/60*, 27/02/1960. Documentação anexa ao Projeto 928, Arquivo da Assembléia Legislativa MG.

⁵² *Solicitação do Vereador Francisco Ribeiro de Campos* (PSD) ao Deputado Estadual Hermelindo Paixão (PSD) de perícia na Contabilidade Municipal e do Ginásio Municipal de Manga, 31/05/1960. Documentação anexa ao Projeto 928, Arquivo da Assembléia Legislativa MG.

O “Seqüestro” da Prefeitura de Manga

A refrega culminou na tentativa de assassinato do juiz Carlos Porfírio. O juiz, também diretor e professor do Ginásio Municipal, teria sido atacado ao voltar para casa, finalizadas as aulas do turno da noite. Apesar de receber vários tiros, pôde fazer alguns disparos, ferindo gravemente Sebastião Pastor, primogênito do coronel Bembém. Depois disto o juiz foi afastado, transferido para Arcos, o que de certa forma expressa o sucesso da empreitada dos coronéis. Em seu lugar assumiu o então juiz de paz, Antônio Pereira, irmão do coronel João⁵³.

O prefeito, sob a justificativa que o atentado era só o primeiro passo de um empreendimento que na realidade visava a extinção de todo o seu grupo político, e que, portanto, colocava suas vidas em perigo, e sendo da competência do prefeito zelar pelo patrimônio do município e garantir o bem estar do seu povo,

“(…) resolve determinar, por medida de segurança e em caráter provisório, até que se julgue desnecessária tal medida, seja transferida a Prefeitura Municipal e a sede da Administração Pública Municipal para Montalvânia, nova localidade que floresce no centro da zona agropecuária e de maior densidade demográfica, cuja localidade evolui incomparavelmente com a pujança do desenvolvimento econômico e social de seu povo, dispondo de meios independentes de transporte e comunicação, de água encanada, luz, campo de aviação, posto de saúde, farmácias, comércio intenso e indústrias ativas; possui enfim, campo para uma administração produtiva, ambiência de vida pacífica e inconfundível dignidade social (...)”⁵⁴

Em 5 de abril foram sancionadas as leis que transferiam a Prefeitura e Câmara Municipal de Manga para Montalvânia. Os coronéis, como esperado, não aceitaram a transferência. Naquele tempo, os perímetros urbanos das cidades da região ainda mantinham as cercas que as limitavam e as cancelas em suas entradas, o que anteriormente tinha a função de impedir a entrada e instalação de grupos de ciganos e outros possíveis visitantes indesejados. Bembém e João Pereira recuperaram e trancaram a cadeia essas cancelas, sitiando Manga, impedindo a entrada ou saída de quem quer que fosse sem prévia autorização. Jagunços foram colocados nos pontos de acesso à cidade para controlar o trânsito e, fundamentalmente, impedir a mudança dos órgãos públicos.

⁵³ A partir do incidente com o Juiz Carlos Porfírio, o cargo de juiz de direito seria ocupado pelo de juiz de paz do município em acúmulo de funções. Montalvão. “Moambas Judiciárias”. *Via Cochanina*, 20/10/1967.

⁵⁴ Portaria 15/60, 27/02/1960. Arquivo da Prefeitura Municipal de Manga.

Outros grupos passavam os dias reunidos na praça da cidade, em frente à prefeitura, acompanhando os movimentos no prédio e ameaçando invasões e depredações⁵⁵.

Ao mesmo tempo, os coronéis comunicavam-se com o Governo do Estado e seu deputado na Assembléia, Hermelindo Paixão, solicitando entendimentos da bancada pessedista para que fossem sustadas as medidas do prefeito⁵⁶. De um destes telegramas entende-se que a decisão do prefeito não tinha amparo popular, o texto afirma que a população da cidade mantinha-se prostrada dia e noite em frente a prefeitura para impedir sua transferência; também a pequena diferença de votos responsável pela vitória de Montalvão sugere que não havia unanimidade na cidade com relação à mudança de forças políticas no poder⁵⁷. Domiciano e João Pereira também se encarregaram de tentar sensibilizar e mobilizar os habitantes de Manga a seu favor, como atesta o próprio Montalvão:

“Segundo está sendo demonstrado a cada momento, nas atitudes mais esdrúxulas, mais anormais que se esboçam pelas ruas da cidade, nas palavras mais incisivas que se fizeram ouvir inclusive *num comício ontem realizado* (“... a Prefeitura não sairá daqui...”)(...).”⁵⁸

Os coronéis contavam ainda com a omissão do destacamento militar municipal e da Secretaria de Segurança Estadual a seu favor: o tenente-coronel Edson Franco, delegado da cidade, havia sido nomeado pelo Governo Estadual, sem considerar as indicações do prefeito, de partido adversário. O ofício de Montalvão ao delegado, referido acima, solicitava em 06 de abril, sem que fosse atendido, guarnição policial para a prefeitura e seus funcionários e para o acompanhamento da transferência. Em ofício ao Sr. Celso Machado, Secretário de Segurança do Estado, Montalvão reclamava já ter anteriormente solicitado providências e garantias da Secretaria para os atos da administração pública e denuncia a inércia da polícia do município:

⁵⁵ *Ofício do prefeito Antônio Lopo Montalvão ao Tte. Cel. Edson Teixeira Franco*, Delegado Especial de Polícia de Manga, denunciando os últimos acontecimentos e solicitando garantias (06/04/1960). Arquivo Pessoal Antônio Lopo Montalvão. Justificativa do Sr. Deputado Estadual Gregoriano Canedo ao pedido de abertura de CPI pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para apurar fatos que ameaçam a integridade de instituições públicas na cidade de Manga. Minas Gerais – *Diário da Assembléia*, Belo Horizonte, 27/04/1960.

⁵⁶ Telegramas enviados à Assembléia Legislativa. Documentação anexa ao *Projeto 928*, Arquivo da Assembléia Legislativa MG.

⁵⁷ Dos 3352 votantes de Manga em 1958, apenas 3.4% do total de votos decidiram a vitória de Montalvão (*Resultados das Eleições Municipais de 1958*. Tribunal Regional Eleitoral – Depto. de Estatística. Belo Horizonte, 1958. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral.). Já que toda a eleição, inclusive a contagem dos votos, ficou sob responsabilidade do juiz Porfírio, as fraudes, caso tenham havido, não beneficiariam o grupo dos coronéis.

⁵⁸ *Ofício do prefeito Antônio Lopo Montalvão ao Tte. Cel. Edson Teixeira Franco*, Delegado Especial de Polícia de Manga em 06/04/1960. Arquivo Pessoal Antônio Montalvão (grifo meu).

“(...) os Delegados Especiais que ali têm estado e ali tem presenciado tais aberrâncias, dizem que estão na dependência de ordens diretas de V. Excia. para poderem agir ante qualquer situação grave, mesmo de emergência (?), como também só darão garantias ao Executivo para cumprir leis do Legislativo, no caso da transferência dos dois Poderes, se também receberem ordens diretas de V. Excia”⁵⁹.

E prossegue, acrescentando que

“(...) consideramos a recusa desta Secretaria em policiar necessariamente aquele foco de banditismo como uma tácita decisão de deixar-nos, a nós que estamos investidos como autoridades municipais, com apenas as armas de ali, deixar-nos a mercê da fúria daqueles que usam a força armada de jagunços para exprobar-nos, para aniquilar-nos, já que legalmente não têm eles possibilidades de reaver o domínio do município”⁶⁰.

Na madrugada de 12 de abril de 1960 a prefeitura foi transferida para Montalvânia, lá funcionando até junho do ano seguinte. Contando com apoio parcial ou não da população, o episódio ficou conhecido, mesmo entre os partidários de Montalvão, como “o seqüestro da prefeitura”.

No final do mesmo mês foi solicitada na Assembléia Legislativa a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o armamento ilegal da população de Manga e seus responsáveis, devido ao atentado ao juiz e o aliciamento de jagunços para cercar a cidade. A documentação do processo denuncia, além das arbitrariedades dos coronéis Bembém e João, a omissão do Governo do Estado e do Secretário de Segurança Pública às solicitações de providência enviadas pela Prefeitura e Câmara Municipal em fevereiro e abril de 1960⁶¹. O prefeito havia determinado que cópias da Portaria de 27 de fevereiro que autorizava a transferência fossem enviadas ao Governador do Estado e outras autoridades; uma moção de protesto da Câmara Municipal contra o banditismo no município pedindo o desarmamento da população em 18/02/1960 havia também sido enviada à Assembléia Legislativa do Estado, ao Governador e ao Secretário de Segurança Pública. Não houve, entretanto, a esperada interferência estadual em socorro do prefeito, o que o levou a declarar à imprensa, em Belo Horizonte, que, por

⁵⁹ *Ofício do prefeito Antônio Lopo Montalvão ao Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, 19/04/1960. Arquivo Pessoal Antônio Montalvão.*

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ *Justificativa do Sr. Deputado Estadual Gregoriano Canedo ao pedido de abertura de CPI pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para “apurar fatos que ameaçam a integridade de instituições públicas na cidade de Manga”. Diário da Assembléia, Belo Horizonte, 27/04/1960.*

não ter conseguido junto ao governo as medidas pleiteadas para restabelecer a normalidade na cidade, pretendia mover uma ação de indenização contra o Estado⁶².

Mas é preciso lembrar que as lutas políticas municipais eram em muito influenciadas pelas alterações estaduais: o chefe municipal bafejado pelo governo estadual e pertencente ao mesmo partido, obtinha uma série de vantagens e meios de proporcionar desvantagens a seus adversários, o que não era o caso de Montalvão. O governador de Minas neste momento era José Francisco Bias Fortes, mencionado pelo Sr. Raymundo Pastor como pertencente às relações pessoais de seu pai, o que poderia explicar a omissão do governador como reflexo da influência do coronel Bembém.

Domiciano Pastor e João Pereira fariam ainda uma última tentativa de reverter a situação perseguindo a cassação do prefeito sob a justificativa deste estar ausente do município sem licença da Câmara. Como a Câmara Municipal era preponderantemente udenista⁶³, a solicitação dos vereadores do PSD não chegou a ser considerada, já que a maioria dos vereadores julgava legal a transferência (a própria Câmara Municipal não funcionava mais na sede do município), portanto o prefeito não se encontrava ausente. Durante o período em que Montalvânia sediou o Executivo e o Legislativo Municipais os coronéis não tiveram nenhum representante na Câmara Municipal, os cinco vereadores do PSD, por deixarem de atender às convocações do presidente da Câmara por seis meses consecutivos, alegando ser inconstitucional a lei que a transferia para Montalvânia, foram cassados em novembro de 1960⁶⁴.

Em abril de 1961 a Câmara Municipal de Manga concedeu ao prefeito Montalvão afastamento de seis meses, licença que refere-se, provavelmente, aos preparativos para sua candidatura à Câmara Federal nas eleições do ano seguinte. Assumindo a Prefeitura, o vice-prefeito Erasmo Gonzaga “devolveu-a” à Manga. Erasmo seria eleito prefeito de Manga no ano seguinte, 1962, ao mesmo tempo em que Montalvão se candidatava a deputado federal. Talvez resida aí a explicação para o nebuloso retorno da prefeitura a seu local de origem depois de tanto conflito: estratégia de conciliação da parcela do eleitorado insatisfeita com a transferência, cujos votos o prefeito e o vice pretendiam ter no pleito seguinte.

⁶² “A Câmara de Manga também vai para Montalvânia”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26/03/1960.

⁶³ O PSD elegeu em 1958 cinco dos onze vereadores do município, as outras vagas foram preenchidas pela coligação PR/UDN.

⁶⁴ *Ata da 1ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Manga* - Exposição dos motivos ao anteprojeto de cassação de mandatos dos vereadores do PSD (moção do prefeito Montalvão), 08/11/1960. Arquivo da Câmara Municipal de Manga.

A mudança da Prefeitura para Montalvânia foi uma tática política, transferir a sede do executivo para um local onde a oposição não atuasse tão fortemente. Essa tática se inspira, muito provavelmente, nos acontecimentos em torno da construção de Goiânia, onde Montalvão trabalhou em meados da década de 1930 – o incidente que o levou a sair do país deu-se em Goiânia em 1936.

As discussões acerca da transferência da capital de Goiás, por parte de seus defensores, eram travejadas por ataques à cidade de Goiás, símbolo de uma época superada, marcada pelo poder político da oligarquia Caiado, deposta com o movimento de 1930. Em contraposição, Goiânia sinalizava o “novo”, o “progresso” e também as novas lideranças políticas do Estado – na verdade uma aliança entre lideranças locais dissidentes, que após 30 reclamavam maior participação política. O centro dessa aliança era Pedro Ludovico, interventor de Getúlio no Estado à época da fundação de Goiânia e eleito governador em 35, o grande articulador da transferência. Apesar de iniciadas as obras em 1934, só em 1942 a nova capital foi oficialmente inaugurada, mas já desde 35 a sede do Governo funcionava em Goiânia, transferida às pressas, alojada precariamente na cidade em construção num panorama de crise política e pressões da oposição na Assembléia Constituinte⁶⁵:

“Inesperadamente, sem sequer despedir-se de seus amigos mais íntimos, o dr. Pedro Ludovico trasferiu-se desta cidade para Goiânia, levando consigo a sede do Poder Executivo... Que motivos teriam influído no ânimo do Governador goiano para sair assim bruscamente? Nas peças de Pirandello cada espectador costuma, ao sair do teatro, concluir à sua maneira. No caso em apreço, todos podem ter só uma conclusão. Há de voltar para estes termos o sr. Pedro Ludovico. O que S. Excia. imagina em vias de realização é apenas uma obra mal começada. Goiânia jamais será capital do Estado. Uma cidade se edifica com dinheiro e dinheiro não existe.”⁶⁶

Também o empréstimo realizado por Montalvão para comprar as terras que sediarão a cidade ecoa uma atitude de Pedro Ludovico: já que as más condições financeiras do Estado de Goiás eram um empecilho à construção da nova capital, as obras iniciais da cidade foram levadas à cabo com um empréstimo obtido pelo Interventor junto ao Banco do Brasil e pago posteriormente pelo Estado⁶⁷.

⁶⁵ Sobre Goiânia ver MACIEL, D.P. *Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade*. Niterói: UFF, 1996 – tese de doutoramento e CHAUL, N.F. *A Construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1988.

⁶⁶ *A Coligação*, Goiás, 8/12/1935, *apud* Maciel, *op. cit.*, pág. 88.

⁶⁷ Maciel, *op. cit.*

O ambiente que se constrói em Manga em 1958 é muito semelhante ao respirado na construção de Goiânia em meados de 1930, “progresso”, “novo” e “mudança” são as idéias da vez. Como prefeito com maioria na Câmara, Montalvão teve condições de criar os dispositivos legais que lhe permitiram efetivar a transferência da Prefeitura para longe dos entraves dos coronéis, mas essa transferência é também exercício autoritário de poder, demonstra uma atualização de práticas políticas tradicionais e arbitrárias. Esse episódio rende uma observação inicial acerca das ambigüidades que marcam a trajetória política de Montalvão. O pedido de apuração pelo Estado dos fatos que denunciavam o clima de beligerância reinante em Manga reflete uma atitude que foge ao esquema das velhas práticas políticas. A intimidade de Montalvão com armas de fogo era antiga, andar armado era prática comum no Sertão e ele não fugia a regra. Já vimos que seu auto-exílio na Argentina decorreu de um acidente onde um rapaz foi morto a tiro; em 1955, num incidente ocorrido durante a festa de aniversário de Montalvânia, sua Mauser feriu um sargento encarregado de dissolver a festa, o que acabou por render-lhe nova fuga e processo. Conforme relatos, todo o grupo de Montalvão andava armado – o próprio juiz Porfírio quase matou o responsável pelo atentado que sofreu. Ao recusar-se a participar da guerra declarada pelos coronéis usando as armas definidas por eles, Montalvão rompe o ancestral acordo tácito que mede o poder medindo força bruta. Sem poder contar com a polícia, que no município garantiria apenas a manutenção da “ordem dos coronéis”, restou-lhe recorrer a instâncias superiores para garantir a aplicação da lei, fugindo à tradicional disposição sertaneja a resolver os conflitos políticos locais à bala.

Ao longo dos anos de 1957 a 1962, a luta pela chefia do município de Manga dividiu com o processo de emancipação de Montalvânia o primeiro plano da disputa política entre Montalvão e os coronéis João e Bembém, empenhados em defender seus respectivos interesses políticos e econômicos em jogo.

A Emancipação de Montalvânia

Entre 54 e 58, Montalvânia, “pré-traçada adredemente para ser uma cidade hodierna”⁶⁸, cresceu a ponto de seu fundador pleitear sua emancipação. Seu eleitorado inscrito, em 1958, estava por perto de 700 eleitores, que, somados aos de Poções, totalizavam um pouco mais que a metade dos votos do município. Em 58, seis anos após o início de sua construção, com menos de 2.000 habitantes e 300 casas na área urbana, a cidade já possuía água encanada nas ruas, rede telefônica interna, posto de saúde com médico e enfermeiro permanentes, posto do Correio, um campo de aviação e a “Represa do Camponês”, nas cercanias da cidade, passeio obrigatório dos casais de namorados. Era lá que Montalvão ia passear nos fins de semana, levando a noiva, Rosa, na garupa de sua lambreta.

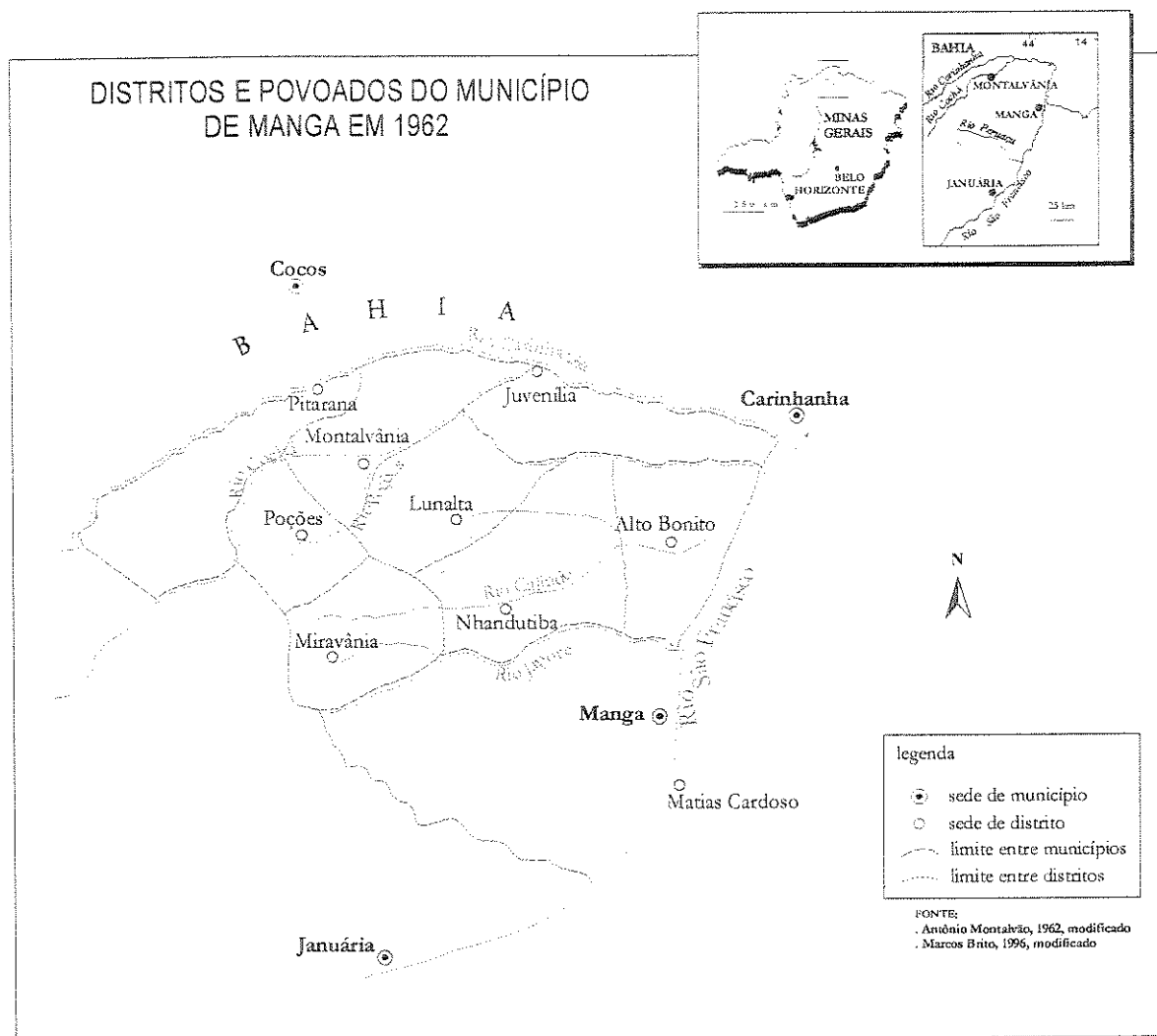
Mas a condição inicial para elevação de uma localidade à categoria de município era que esta já tivesse sido elevada a distrito. Havia uma hierarquia de unidades administrativas que as alçava de povoado a distrito e daí a município, sendo proibido por Lei Constitucional que fossem levados a votação pedidos de elevação de povoados a município⁶⁹. À época dos pedidos de emancipação, Montalvânia era um povoado do distrito de Poções, este pertencente ao município de Manga. A solução encontrada por Montalvão para emancipá-la foi reivindicar a promoção do distrito de Poções a município, com sede no povoado de Montalvânia e adotando este novo nome.

A primeira tentativa foi no início de 1958, antes do pleito municipal de outubro. Neste ano, entretanto, não houve emancipação no Estado, sendo o processo retomado em 1962, quando da nova redivisão administrativa em Minas Gerais. A situação neste momento era mais favorável a Montalvão, já que a articulação em torno do pedido se iniciou em 1961, enquanto ele era prefeito de Manga. O novo processo trazia uma novidade em relação ao anterior: em 1962 ainda se pleiteiava a emancipação de Poções, com sede em Montalvânia, mas com a anexação de outro distrito de Manga, o de Nhandutiba (ver mapa adiante). Só que em terras de Nhandutiba se localizavam as fazendas responsáveis pela maior parte da produção de algodão do município, na

⁶⁸ Antônio L. Montalvão. *Justificativa do Pedido de Emancipação de São Sebastião de Poções com Sede em Montalvânia*, 1958. Documentação anexa ao Processo 15/58. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

⁶⁹ *Parecer sobre o Processo 15/62*, Dep. Eugênio Klein Dutra. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

década de 50 o 5° produtor do Estado⁷⁰, inclusive a fazenda Cachoeira, do coronel Bembém. Considere-se ainda que grande parte deste algodão era beneficiado nas indústrias de Manga.



⁷⁰ Conforme informação do Sr. Raymundo Pastor.

A emancipação seria extremamente benéfica para a região de Montalvânia, dadas as vantagens políticas, econômicas e administrativas inerentes à promoção. Por outro lado, estes benefícios se dariam às custas do antigo município ao qual pertencia a área, que perderia não só em território, mas em população e, conseqüentemente, em arrecadação. A área que Montalvão pretendia ver desligada de Manga correspondia a mais de 40% do total territorial do município⁷¹, incluindo-se aí a maior porção de terras aproveitáveis para o cultivo:

“O Município de Manga é constituído por três regiões distintas – Norte, Centro e Sul. O Norte e o Centro são formados por terras boas; o Sul é constituído quase que só por carrascais e caatingas. As poucas terras aproveitáveis do Sul estão tomadas pela Colônia Estadual da Jaíba. Já basta a Manga o desfalque resultante do desmembramento do Distrito de São Sebastião de Poções; se, além desse, sofresse a perda do território do Distrito de Nhandutiba, o Município de Manga simplesmente desapareceria, reduzido exclusivamente aos carrascais do Sul.”⁷²

Não havia objeções à emancipação de Poções, o distrito cumpria as condições necessárias a tal, como população, arrecadação, número de construções etc. O problema era a fusão de Nhandutiba, a instalação da nova sede em Montalvânia e a mudança toponímica, de São Sebastião de Poções para Montalvânia. Os coronéis se empenharam então em barrar a anexação, denunciando a ausência de credenciais de Montalvão para falar em nome da população e seus interesses pessoais na emancipação. O prefeito teria sido eleito presidente da Comissão de Emancipação por representantes da população de Poções para pleitear sua elevação a município, mas, em vez disto,

“O Presidente da Comissão Pró Emancipação local desvirtua completamente a aspiração popular para reivindicar uma homenagem de caráter exclusivamente pessoal, qual seja a criação de um Município que se faria, denominado Montalvânia, em estreita correlação pois, com o nome do referido presidente da Comissão que se chama Antônio Lopo Montalvão. É de salientar não existir nenhum Distrito correspondente a emancipar-se.

“S. Sa. pleiteia a criação do Município de Montalvânia quando o povo de São Sebastião de Poções jamais se referiu a esta localidade; e pretende mais, a anexação do distrito de Nhandutiba quando não dispõe de qualquer credencial nesse sentido”⁷³.

⁷¹ Dados Demográficos e Econômicos da Região de Poções, Nhandutiba e Montalvânia. *Justificativa da Fusão de Nhandutiba e Poções para Constituírem o Município de Montalvânia*. Documentação anexa ao Processo 15/62. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

⁷² *Voto em Separado ao Processo 15/62*, Deputado Hugo Aguiar. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

⁷³ *Voto em Separado ao Processo 15/62*, Deputado Hugo Aguiar. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Montalvão não se encontrava amparado pelo desejo da população de Nhandutiba em desligar-se de Manga, pelo contrário, consta do processo de emancipação um abaixo-assinado com mais de 600 assinaturas de moradores do distrito manifestando-se contra a pretensão do prefeito em fundir Poções e Nhandutiba⁷⁴. Batizar o novo município que se pretendia criar de “Montalvânia” seria uma “técnica de auto-endeusamento... para satisfação e capricho de quem só sabe promover-se a si mesmo”⁷⁵, sendo inclusive vetado pela Lei de Organização Municipal que se desse o nome de pessoas vivas, ou seu designativo, a municípios do Estado⁷⁶. O que os deputados partidários dos coronéis propunham era a emancipação de Poções, sendo lá mesmo a sede e sem mudança de toponímia, permanecendo Nhandutiba distrito de Manga.

O interesse pela emancipação de Montalvânia estava, obviamente, relacionado à disputa política em Manga. A autonomia da cidade daria a Montalvão recursos para levar adiante seus planos de desenvolvimento livre das pressões dos coronéis. Os incentivos e isenções fiscais oferecidos como atrativos para a instalação de indústrias e comércio em Montalvânia não poderiam se dar sem o apoio da prefeitura; era portanto necessário garantir sua influência na administração pública mesmo após finalizado seu mandato como prefeito de Manga. A emancipação traria também uma nova valorização às terras de Montalvânia, dando ao recém criado povoado, “moderno e progressista”, o status de cidade sede de município:

“Daí seu empenho em relegar a Vila de São Sebastião de Poções, que é quem tem o direito de elevar-se a cidade, para exaltar o mero povoado de “Montalvânia”, juntando ao processo fotografias do mesmo, pois que, se por um descuido desta Douta Assembléia, o dito povoado se elevasse, de um salto, à categoria de cidade, preterindo a Vila de São Sebastião de Poções, disso resultaria tremenda valorização para as terras do *dono do negócio*, ali localizadas e no seu redor”⁷⁷.

Entretanto, a pretendida valorização de Montalvânia não possuía a motivação financeira acusada pelo deputado, já que as terras e os lotes da cidade eram doados e não comercializados.

Montalvão tentou romper todos os vínculos com Manga, solicitando também que o novo município pertencesse não a esta Comarca mas à de Januária, o que definitivamente dificultaria

⁷⁴ *Protesto do Povo de Nhandutiba contra a Pretensão da Política de Montalvânia*. Documentação anexa ao Processo 15/62. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

⁷⁵ *Voto em Separado ao Processo 15/62*, Deputado Hugo Aguiar. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

⁷⁶ *Parecer sobre o Processo 15/62*, Dep. Eugênio Klein Dutra. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

⁷⁷ *Voto em Separado ao Processo 15/62*, Deputado Hugo Aguiar. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (grifo meu).

qualquer interferência dos coronéis na administração de Montalvânia. O município foi emancipado, batizado Montalvânia apesar do mencionado veto legislativo; contando, segundo Montalvão⁷⁸, com inestimável interferência do Dep. José Bonifácio de Andrada, mas permaneceu fazendo parte da comarca de Manga e o distrito de Nhandutiba não foi anexado.

A conflituosa e sangrenta disputa política ocorrida em Manga em fins da década de 50 marcou o sepultamento do domínio político dos coronéis Bembém e João Pereira. Após a emancipação de Montalvânia, Erasmo Gonzaga e Hélio Sales foram eleitos prefeito e vice-prefeito de Manga, respondendo pelo mais forte grupo político ainda por alguns anos sem que houvesse, entretanto, contendas parecidas com a descrita.

O que teria permitido que os quarenta anos de mandonismo fossem substituídos, nas urnas, pelos jovens políticos que se arvoravam democratas e progressistas? O impedimento das fraudes eleitorais, já que o juiz da cidade, em 1958, quando o grupo oposicionista alcança maioria de cadeiras na Câmara Municipal e o cargo de chefe do Executivo, era-lhes partidário? Ou, ao contrário, novas fraudes, mas desta vez contra os candidatos de Bembém e João? Como já mencionado, a apuração dos votos do pleito de 1958 não parece ter se dado regularmente, nada impede, apesar disto ser mera especulação, que o juiz Porfírio tenha fraudado a eleição a favor de Montalvão.

Ao assumir a prefeitura, em 1959, Montalvão afastou de suas funções membros e parentes de membros da oposição, os vereadores da oposição foram cassados no ano seguinte... Estes são traços de práticas e posturas políticas tradicionais que permaneceram atuantes no *fazer* político de Montalvão ao longo de sua trajetória. Sinais desta permanência aparecem principalmente em sua relação com os habitantes de Montalvânia. Ali ele é o político paternalista, completamente envolvido e atuante na vida da população, apadrinhando crianças e casamentos, emprestando dinheiro, opinando nas mais diversas contendas, financiando estudos... Informações com este conteúdo encontram-se em praticamente todas as entrevistas realizadas com moradores contemporâneos à fundação da cidade, nesses depoimentos o auxílio direto prestado aos habitantes é um dos aspectos mais valorizados de Montalvão.

⁷⁸ Antônio Lopo Montalvão, entrevista concedida a Pedro Jóia, Radio Entre Rios, Montalvânia, 22/04/1992.

2.3 - O Ulisses do Sertão: clientelismo e poder político local

A região do Médio São Francisco é, desde a pré-história, um importante canal de articulação entre as atuais regiões Nordeste e Centro-Sul e Oeste do país⁷⁹. Historicamente, por lá sempre correram levas migratórias fugindo da seca no árido sertão nordestino, em busca de trabalho nas prósperas fazendas ao longo do curso do rio⁸⁰, nos centros urbanos locais ou simplesmente em estadas temporárias, de passagem para a capital ou outros Estados mais ao Sul. A partir de 1952, Manga teria ainda um outro atrativo para os migrantes: uma nova cidade que se formava em seu território e onde eram doados lotes para quem quisesse fixar residência e terras para o plantio. Apesar de ser um município essencialmente agrícola, havia, neste período, duas indústrias de beneficiamento de algodão na cidade, o que permitia a ampliação de seu núcleo urbano e a arregimentação de uma parcela de sua população, por reduzida que fosse, em atividades industriais.

Algumas das transformações ocorridas na década de 1950, como aumento geral da população, de sua parcela alfabetizada e oriunda de outros municípios, se expressam nos dados estatísticos do Recenseamento Geral do IBGE. O quadro seguinte, com dados demográficos do município, mostra que o recenseamento de 1960, dando conta dos índices da década anterior, indica uma continuidade proporcional dos números relativos da população rural e das pessoas que têm na agropecuária sua principal atividade. Em contrapartida há um aumento desproporcional do total da população do município⁸¹ e, principalmente, dos índices relativos de sua porção alfabetizada, mais de duas vezes superior ao indicado no censo anterior e uma redução da população urbana e analfabeta; números que refletem as modificações aceleradas pela criação artificial de uma cidade.

⁷⁹ São conhecidos centenas de sítios arqueológicos pré-históricos na região do Alto-Médio São Francisco, em grande parte deles encontramos pinturas e gravuras em seus suportes rochosos. A arte rupestre dessa região comporta unidades estilísticas (manifestações gráficas que compartilham um mesmo universo temático) que ocorrem ainda em outros pontos do Estado (Zona da Mata e Jequitinhonha) e até do país (Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Goiás, Tocantins etc.). Estas ocorrências similares podem estar sinalizando tanto o movimento territorial de grupos indígenas quanto comunicação e trocas simbólicas entre grupos distintos. Ver PROUS, A. & RIBEIRO, L. (orgs.). *Arqueologia do Alto-Médio São Francisco, Região de Montalvânia - Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. XVII/XVIII, Tomo I, 1996.

⁸⁰ Era prática comum na década de cinquenta os fazendeiros locais contratarem trabalhadores, nos momentos de plantio e colheita, dentre a população do Sertão nordestino que sofria com a seca (Cf. depoimento do Sr. Raymundo Pastor).

⁸¹ A taxa de crescimento populacional do município, que de 1940 a 1950 foi de 14,8%, durante o decênio seguinte salta para 64,55%.

Década	População			Instrução*		Agric. e Pec. e/ Ativ. Princ.**
	Total	Urbana	Rural	Analfabetos	Alfabetizados	
1940	18.541	2661 (14,35%)	15880 (85,65%)	13327 (71,9%)	2159 (11,65%)	6043 (32,6%)
1950	21.294	3429 (16,1%)	17865 (83,9%)	15010 (70,5%)	2616 (12,3%)	6207 (29,15%)
1960	35.040	4007 (11,4%)	31033 (88,6%)	17528 (50%)	10391 (29,65%)	8276 (23,6%)
1970	24.504	4362 (17,8%)	20142 (82,2%)	13661 (55,75%)	6373 (26%)	6054 (24,7%)

Dados Demográficos de Manga - Fonte: Censos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 1940 a 1980.

* - Pessoas de 5 anos e mais

** - Pessoas de 10 anos e mais, economicamente ativas

Montalvânia foi iniciada em 1952, mas só emancipada em 1962, sem ter sido elevada à categoria de distrito. Desta forma, no recenseamento de 1960 os dados de sua população constam como zona rural de Manga. A diminuição do número de habitantes da área urbana de Manga deve-se, em grande parte, à migração para o interior do município, mas não responde, sozinha, pelo aumento populacional total do município de quase quatorze mil pessoas num intervalo de 10 anos. Pelos dados do Censo, boa parte dessa gente era alfabetizada, portanto potencialmente eleitora. No Censo posterior, 1970, já emancipada Montalvânia, o número de habitantes de Manga retorna para a casa dos 20.000, o que permite atribuir o aumento de 1960, em grande parte, à nova cidade.

No Recenseamento de 1960, 5145 pessoas declararam não ser naturais de Manga e lá residir entre um e dez anos, tendo chegado, portanto entre 1950 e 1959, o que dá uma idéia da proporção da migração no período. Há, ao longo da década de 1950, uma invasão populacional no município; população que ali está em busca de trabalho nas plantações de algodão e feijão, melhores condições de vida ou atraída pelas possibilidades de melhoria oferecidas por Montalvão, que doa terras para o plantio (o que talvez tenha contribuído para a permanência dos números relativos da população economicamente ativa ligada à agropecuária), para a construção de casas, comércio etc.

Esse novo contingente populacional era formado por pessoas em grande parte originárias também do meio rural, portanto com grandes chances de já terem tido um coronel como referência política e econômica no meio em que viviam anteriormente. Mas não bastava o "título" de coronel de Bembém e João para automaticamente aglutinar essa população à sua volta. As relações tradicionais de mando são individualizadas, são também as qualidades individuais do potentado local que garantem que seus agregados não vão, por exemplo, se deslocar para outras

fazendas, engrossando a clientela de coronéis rivais⁸². Os laços de lealdade que porventura esses migrantes possuísem em suas regiões de origem eram não com a “imagem” do coronel, mas com o indivíduo que desempenhava este papel, com uma chefia *específica*. O próprio deslocamento dessas pessoas já explicita uma insatisfação com a realidade anteriormente vivida e uma busca de algo novo, mais satisfatório. Montalvão representava uma possibilidade de escolha, para muitos uma opção irrecusável, com suas ofertas de terra própria (sonho de quantos?) e de trabalho imediato na nova cidade.

Já vimos que Montalvão não era aceito unanimemente em Manga, a pequena diferença de votos que o elegeu e a mobilização pelos coronéis de parte dos habitantes contra a transferência da prefeitura indica a permanência de uma parcela da população ainda fiel a João e Bembém. Apesar de ser extremamente relevante o largo alcance da crença nas capacidades especiais de Montalvão e em sua personalidade sedutora e carismática, não foi apenas o apelo de suas particularidades psicológicas o responsável por sua vitória política. O surgimento da oposição e o deslocamento das forças políticas na cidade relacionam-se a uma série de fatores, mudanças econômicas e sociais em curso no período, que ecoam no discurso de Montalvão e, principalmente, se cristalizam no projeto da cidade.

“Montalvânia foi mesmo o “Cavalo de Tróia” dessa campanha, aquele cavalo endeusado sem o qual não teria Ulisses penetrado a fortaleza pela intransponibilidade de suas muralhas.”⁸³

A criação de Montalvânia, bandeira política de Montalvão por toda a vida, é o marcador por excelência de sua política clientelista: terras, lotes, material de construção, incentivos e isenções fiscais, melhorias na cidade como represamento do rio para geração de energia, asfaltamento, canalização de água, telefonia... O que não era conseguido por suas relações políticas o era às próprias expensas.

Na política de clientela, a força política se acha dispersa entre as lideranças que têm influência local, seja o município, bairro ou quarteirão. Os políticos têm no eleitorado seus clientes, a eles ligados por vínculos de interesse pessoal, sejam empregos públicos, promoções, benfeitorias locais e diversos outros favores que lhe são concedidos caso a liderança que apoiam

⁸² A personalidade individual do coronel tanto importava que o “posto” não era transmitido de pai para filho se o herdeiro não trouxesse consigo as qualidades necessárias para exercer a função. QUEIROZ, 1977, *op. cit.*

⁸³ “Manga: Município das Terras mais Férteis do Vale do São Francisco”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 01/11/1958.

seja eleita. De modo geral, o clientelismo implica em relação de troca entre atores políticos: benefícios públicos por apoio político. Os políticos clientelistas não têm, necessariamente, recursos próprios, barganhando benesses públicas ou favores adquiridos com sua influência política por votos⁸⁴.

O clientelismo como meio de se manter no controle político do município foi observado por José Murilo de Carvalho em uma cidade mineira disputada por duas famílias de influência: durante décadas elas se alternaram no poder local, valendo-se da distribuição de cargos públicos para tanto⁸⁵. No caso de Manga os empregos públicos têm uma importância menor que as outras recompensas materiais adquiridas pelas articulações políticas de Montalvão:

“Usando da bondade e da amizade do Deputado Bento Gonçalves [Dep. Federal pelo PR] e de outros, já fiz encaixar várias verbas no Orçamento da República para o desenvolvimento geral da região (...)

São verbas para rodovias (inclusive uma que nos ligará a Brasília, na mesma rota da projetada Brasília/Salvador), para irrigação coletiva, para escolas técnicas, para um aeroclube, para instalação de um hospital já construído em Manga há 8 anos, para estudo e projeto de uma variante ferroviária que ligará a sede do Distrito de Matias Cardoso a Janaúba etc.”⁸⁶

A habilidade em canalizar verbas públicas estaduais e federais para o município constitui fonte direta de poder político e fonte indireta de prestígio, sendo com frequência utilizada para fins políticos pessoais. A longa campanha de Montalvão pelo povoamento e desenvolvimento de Montalvânia em muito fundava-se nas melhorias conseguidas por ele para a cidade antes mesmo de sua emancipação, como a instalação da sub-coletoria estadual de impostos, a sub-tesouraria da prefeitura, a criação do Ginásio Cochanino e da Escola Agrícola e a Hidrelétrica de Montalvânia⁸⁷. A capacidade de beneficiar segmentos diversos da sociedade é também elemento de fundamentação de poder político e prestígio junto ao eleitorado; se por um lado Montalvão oferecia condições de suprir as carências básicas dos habitantes mais pobres com casa, escolas, cooperativa agropecuária municipal para intermediação na venda de produtos, ele também beneficiava outros setores da população local, como os proprietários de fazendas na região de Montalvânia, que tiveram suas terras valorizadas com o desenvolvimento da cidade:

⁸⁴ Sobre clientelismo ver, por exemplo, JAGUARIBE, Hélio. Política de Clientela e Política Ideológica – ensaio de interpretação da situação política brasileira. *Digesto Econômico*, no. 66, 1950; Soares, Gláucio, 1973, *op. cit.*; DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política – patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁸⁵ CARVALHO, José Murilo, 1966, *op. cit.*

⁸⁶ *Estado de Minas*, 01/11/1958, *op. cit.*

“Haja visto que quando iniciei Montalvânia a terra ali nada valia e fazendas que foram vendidas por 26 contos, já alcançaram hoje valor de 20 milhões de cruzeiros.”⁸⁸

Além de empresários (bancos particulares, empresas de consultoria agrícola e veterinária etc.) e industriais (usina de beneficiamento de algodão), que se instalaram em Montalvânia com todas as vantagens ao alcance do criador e prefeito da cidade. Nessa relação de troca o eleitor é visto não como abstração, mas como ser real com problemas concretos; o poder de mobilização clientelista vem não de preocupações com grandes e abstratos temas políticos mas de apelos específicos, baseados na teia de relações diretas entre, no caso, o líder e seus seguidores⁸⁹.

A vitória de Montalvão em Manga relaciona-se, por um lado, a uma mudança de prática política, mais “modernizadora”, enfatizando a intensificação dos processos de urbanização e educação, aliada a um forte carisma pessoal, mas, por outro lado, guardando sinais de continuidade com a tradicional relação de dominação sertaneja, sinais manifestos também na relação paternalista e tutelar mantida com os habitantes de Montalvânia.

Apesar de filho de Manga, há quase vinte anos Montalvão vivia fora, tendo morado em Goiânia, Recife, Porto Alegre e Buenos Aires. Ele é, inclusive, apresentado deste modo nos ataques feitos pelos coronéis ao longo da disputa em Manga: um impostor, um embusteiro, um elemento estranho à comunidade por ter vivido fora tanto tempo⁹⁰. Dessas experiências veio a inspiração para muitas de suas atitudes, como já vimos nas relações entre a transferência da Prefeitura de Manga e a transferência da capital de Goiás. Era também essa vivência fora dos meios onde a política tradicional se expressava tão fortemente que lhe permitia calçar seus projetos inovadores: a experiência do novo lhe autorizava a aceitar sua identificação com o “elemento estranho”: estranho e oposto, mas à realidade de exploração e insatisfação que reinava no município...

⁸⁷ “Sub-Coletoria Estadual se Instalará em Montalvânia”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28/03/1961.

⁸⁸ *Estado de Minas*, 01/11/1958, *op. cit.*

⁸⁹ DINIZ, Eli, *op. cit.* pg. 26.

⁹⁰ Raymundo Pastor. “Desmascarando um Cabotino”. *O Jornal de Montes Claros*, Montes Claros, 10/09/1952.

**O SALVADOR DOS
CAMPONESES – IMAGINÁRIO
POLÍTICO E RELAÇÕES DE
DOMINAÇÃO EM MONTALVÂNIA**

*“Para que uma instituição destinada a atender
fins precisos, indicados por uma vontade
individual, possa impor-se a todo um povo, é
necessário ainda que ela seja sustentada
pelas tendências profundas da consciência
coletiva; e talvez, reciprocamente, para que
uma crença um pouco vaga possa
concretizar-se num rito regular, não seja
indiferente que algumas vontades conscientes
ajudem-na a tomar forma.”*
- Marc Bloch, *Os Reis Taumaturgos*.

3.1 – A Fortaleza Imaginária: o “coronel” no imaginário social

Os poderosos senhores rurais, definidos semanticamente coronéis com a Guarda Nacional e ascendidos como importante autoridade política na Primeira República, surgiram da estrutura econômica colonial, definidora da estrutura latifundiária brasileira que ainda hoje permanece.

A tradição, iniciada neste período, de poder e prestígio dos grandes proprietários rurais, senhores de diversos escravos, chefes de vastas parentelas e patrões e padrinhos de numerosos agregados, permitiu que estes dignitários se configurassem, através das relações de mando e obediência, em criadores de regras de comportamento e padrões de conduta social e política: “os coronéis são, de fato, criadores de códigos de comportamento social bem brasileiros, numa sociedade fechada à cidadania e centrada nas grandes famílias oligárquicas”⁹¹. Os mandões locais constituíram-se num dos principais elementos da história política brasileira, através do qual firmou-se nosso sistema político.

Os senhores rurais eram, para os que gravitavam em torno deles, uma importante referência emocional, representando o poder, a proteção, a garantia de sobrevivência. Eram eles os responsáveis pela satisfação das necessidades básicas de seus dependentes, sua influência sobre a vida de seus dominados, parentes, escravos, agregados, compadres..., se estendia do nascimento à morte destes. Estas relações afetivas especiais, geradas no mundo basicamente rural da Colônia e cujo epicentro era o latifundiário, foram sancionadas pela Igreja Católica que, através dos batismos e casamentos intra e extra parentela, criou tanto os padrinhos e afilhados quanto os compadres⁹².

A matriz do mandonismo, definida pela estrutura sócio-econômica da Colônia, sobreviveu no século XX à “Revolução de 30” e à ditadura Vargas, que pretensamente destituiu as oligarquias dominantes. Foi no município que a política de Getúlio Vargas teve o menor impacto, o fato de não haver eleições ao longo dos 15 anos posteriores ao golpe manteve o coronel livre de

⁹¹ VASCONCELLOS, 1995, *op. cit.* pg.15. O trabalho de João Gualberto Vasconcellos, *A invenção do Coronel – ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*, resulta de uma pesquisa de doutorado, realizada sob orientação do filósofo e psicanalista grego Cornelius Castoriadis. O objetivo de seu estudo é analisar a existência da instituição imaginária do coronel brasileiro a partir da trajetória política de Jerônimo de Souza Monteiro, presidente do Estado do Espírito Santo entre 1908 e 1912.

⁹² Idem, pg. 332.

ter seu prestígio contrastado ao de outras lideranças⁹³. O governo de Vargas manteve a federalização política da autoridade fundamentada na máquina coronelista, um exemplo disto é o próprio sistema de interventorias: se por um lado os interventores eram indicados pelo Governo Federal, o que tornava possível o controle da administração estadual pelo governo central e a restrição da autonomia da “política dos governadores”, por outro lado estes interventores eram, em sua maioria, provenientes do setor agrário, identificando-se com os interesses políticos dos chefes tradicionais deste setor⁹⁴. Com a redemocratização de 1945, grande parte da estrutura partidária formou-se por decisão governamental, em torno desse mesmo sistema de interventorias: os políticos na liderança das interventorias formaram o PSD, os que foram desalojados, a UDN. A estrutura organizacional, o sistema político e o contexto sócio econômico desse sistema, em 1945, eram continuações históricas de uma situação anterior que por sua vez tinha raízes antigas.

A estrutura agrária brasileira não acompanhou o processo de transformação pelo qual passou o país a partir das primeiras décadas do século XX. A modificação mais significativa, no período de 1930-64, no nível dos Estados, não foi modificação na estrutura agrária mas a redução de sua significação no contexto geral, provocada pela urbanização e industrialização⁹⁵. Essa sobrevivência sócio-econômica de valores e interesses políticos implicou na sobrevivência, local e estadual, de velhos padrões de comportamento político e social do mandonismo. Acrescente-se a isto o fato, já discutido, de que a concentração de propriedades rurais, e o poder econômico vindo daí, não é o único elemento de fundamentação do poder político local: há, ainda, ao menos duas outras fontes, a supremacia econômica por atividades não agrícolas e, principalmente, o clientelismo.

Com o clientelismo de massas e a política populista, os setores mais pobres da população urbana foram introduzidos na política, mas tendo como referencial um esquema paternalista muito semelhante ao dos coronéis, com chefes autoritários e protetores, “condutores” de criaturas

⁹³ A ausência de eleições entre 1930 e 1945 teria mantido a força e a raiz das chefias locais “... impedindo o despertar da consciência cívica pela propaganda política, prevenindo a discussão e o conhecimento pelo povo de sua miséria econômica e social, dando, indiretamente, ainda que não tenha sido esta a intenção de Getúlio Vargas, mais força, maior prestígio ao chefe rural. Daí os chefes patriarcais atravessarem todo o período getulista sem sofrerem de forma maior a influência de seu poder, emergindo depois incólumes da ditadura.” LADOSKI, *op. cit.* pg.99.

⁹⁴ SOUZA, 1976, *op. cit.*

⁹⁵ *Idem*, pg. 99.



Antônio Montalvão na década de 1950. Foto de divulgação de sua candidatura à prefeitura de Manga em 1958.

“incapazes” de autonomia política. Na relação clientelista os mecanismos de canalização e processamento de demandas cedem lugar, mais uma vez, a vínculos pessoais entre o líder e seus adeptos, prevalecendo “condições favoráveis ao desenvolvimento de formas restritivas e controladas de participação, o que se refletiria no êxito de lideranças carismáticas e populistas (...)”⁹⁶.

O enfraquecimento da influência de poderosos locais nas diretrizes políticas municipais e até estaduais ao longo do século XX não se deu do mesmo modo em todo o país. Mesmo com a “democracia”, como é comum aos sertanejos se referirem ao golpe de 30, os coronéis do sertão permaneceram elegendo seus candidatos em eleições fraudulentas, contando com votos de analfabetos, mortos e residentes de outros municípios e até Estados. A continuidade dos coronéis de Manga na administração do município até 1958 (nota 35) dá mostras da manutenção do poder local na região: entre 1930-37; durante o Estado Novo, quando os prefeitos eram indicados pelo interventor estadual; no início da década de 1950, em plena crise do populismo varguista...

Na personificação do poder populista que busca realizar-se sem mediações, para Marilena Chaui, o líder se apresenta como transcendendo o social, ele é o detentor do poder, do saber e da lei, e ao mesmo tempo e ambigualmente como inerente ao social, pois ao não operar com mediações, só pode agir se fizer parte do corpo social⁹⁷. A autora chama a atenção para a analogia entre esta relação transcendência/imanência e a posição do chefe de família: o pai está acima e fora da família na medida em que a controla e, ao mesmo tempo, é seu constituidor, não existindo sem ela. Essa extensão do imaginário da família foi essencial na construção imaginária do coronel.

O coronel brasileiro desempenha, para Vasconcellos⁹⁸ a função de *Mestre Coletivo das Significações*, extraindo esta terminologia de Castoriadis. Há, para o autor grego, esta importante figura no imaginário que desempenharia uma função semelhante à da mãe para a criança: simultaneamente limitar e ajudar a dar um sentido ao mundo e a si mesmo⁹⁹. O domínio do

⁹⁶ DINIZ, *op. cit.* pg.208.

⁹⁷ CHAUI, Marilena. Raízes Teológicas do Populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. SP, Brasiliense, 1994.

⁹⁸ *Idem*, pg. 15, 174.

⁹⁹ O termo Mestre Coletivo das Significações aparece referenciado por Vasconcellos ao artigo *Psychanalyse et Société I* onde, a bem da verdade, a expressão utilizada pelo autor grego é *Maître de Signification* e vem à baila na discussão acerca da atração pela força e as origens da autonomia. Vasconcellos explicita o sentido coletivo do termo, dando a este mestre, na sociedade, uma função semelhante à da mãe: fonte ou origem da lei, aquele dá

imaginário e do simbólico é um lugar estratégico para o exercício da autoridade e poder; seu controle, assim como o controle de sua reprodução, difusão e manejo, permite exercer maior ou menor influência sobre as posturas e atividades individuais e coletivas, possibilitando chegar aos resultados desejados, além de permitir a atuação na condução de um grupo social, canalizando energias e orientando esperanças¹⁰⁰. Este papel poderia ser desempenhado, por exemplo, por Hitler ou Stalin, mas também pelos grandes veículos de imprensa; na relação com esta “figura” de destaque no imaginário estão as raízes da alienação política e social.

A instituição imaginária¹⁰¹ do mandonismo brasileiro deu-se ao longo de séculos, seus elementos são diversas vezes rearticulados, atualizados, à serviço da legitimação e manutenção do poder dos dominantes – é essa instituição que impossibilita, por exemplo, a prática democrática da representação na nossa política: a relação entre os políticos e os cidadãos, seus eleitores, caracteriza-se principalmente pelo favor e pela tutela¹⁰².

Somente a partir da instituição de significações imaginárias sociais, criadas na esfera do imaginário social, torna-se possível falar em dimensão sócio-histórica; o que faz com que a sociedade seja, em última instância, “materialização” de significações imaginárias instituídas. A instituição do social implica em instituição de um mundo comum onde tudo inclui-se em uma rede de significações, onde todo o sentido provém do magma de significações da sociedade¹⁰³. Este núcleo de significações, origem de tudo que pode ser dado, representado e significado, não é, entretanto, algo além ou acima da sociedade considerada, mas formado nela e por ela, fundamento da atividade imaginativa individual de cada um de seus membros, transformado e

significado às palavras etc. CASTORIADIS, Cornelius. *Psychanalyse et Société I. Domaines de l'homme – les carrefours du labyrinthe II*. Paris: Éditions du Seuil, 1986:35-49

¹⁰⁰ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaudi* (Antropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 5:296-332, 1985 (a).

¹⁰¹ A noção de imaginário aqui utilizada é a de Castoriadis, para quem o imaginário é instituinte da realidade sócio-histórica. Segundo este autor o imaginário social seria o elemento “(...) que dá à funcionalidade de cada sistema institucional sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele, esse estruturante originário, esse significado-significante central, fonte do que se dá cada vez como sentido indiscutível e indiscutido, suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, origem do aumento da existência de objetos de investimento prático, afetivo, intelectual, individuais ou coletivos”. CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1992: 175.

¹⁰² Os partidos políticos brasileiros arrebanham a classe média regional e nacional em torno do imaginário autoritário da ordem e do imaginário providencialista do progresso, mantendo com os eleitores quatro tipos principais de relações: de cooptação, de favor e clientela, de tutela e da promessa salvacionista ou messiânica. CHAUI, Marilena. *Brasil, Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000:94-95.

¹⁰³ CASTORIADIS, 1986 e 1992, *op. cit.*

modificado pelas relações sociais, experiências individuais e coletivas. A sociedade se autoinstitui, mas o fato de ser percebida como obra de uma fonte transcendente, sejam os ancestrais, os deuses, a natureza, as leis da história, a razão..., faz com que nos alienemos de nosso próprio produto, as instituições.

O mandonismo é determinante da gênese histórica da sociedade brasileira, são suas representações instituídas que revestem de naturalidade as desigualdades sócioeconômicas e as relações de mando e obediência. Alguns autores tratam por “cultura senhorial” os sinais da sociedade colonial que ainda permanecem atuantes. Para Chauí, essa “cultura senhorial” traveja o autoritarismo brasileiro, que reside não na esfera dos fenômenos políticos mas na sociedade, ela própria autoritária e a partir de onde se exprimem as manifestações do autoritarismo político¹⁰⁴.

Exatamente por ser o imaginário esta “criação incessante e essencialmente indeterminada (social, histórica e psíquica) de figuras, formas e imagens”¹⁰⁵ seus personagens e significações correlatas não são substituídos num repente. A adequação do imaginário do coronel à política populista é uma possibilidade de interpretação para as correspondências entre os “novos” líderes populistas e os velhos coronéis.

Na década de cinquenta Montalvão se denominava “socialista”, por defender os “interesses coletivos” para se contrapor ao “caciquismo” e ao “carrancismo” dos coronéis. Seu “socialismo”, eficiente elemento discursivo de identificação das inovações que propõe, oculta o autoritarismo de uma prática política paternalista. Inédita e inovadora, a atuação política de Montalvão, no tempo e no espaço que o acolheu, foi também marcada por práticas e posturas políticas tradicionais. No mundo do qual fazia parte a autoridade não era tida como necessária, era naturalizada, aceita como parte do funcionamento do mundo. Era a base da família, representada pelo pai, era a base do grupo social, representada pelos coronéis. Montalvão teria tido o mesmo sucesso político não fosse a familiaridade despertada por sua tutela, seu paternalismo?

¹⁰⁴ CHAUI, 2000, *op. cit.*

¹⁰⁵ CASTORIADIS, 1992, *op. cit.* pg.13.

3.2 – A Construção Mítica – Montalvão e o imaginário regional

Antônio Montalvão era filho ilegítimo do coronel Cecílio, o neto do patriarca Montalvão. Renomado fanfarrão e boêmio, Cecílio possuía um legendário fraco por mulheres. Para escapar dos perigos de suas freqüentes aventuras amorosas, fala-se na região de Manga que ele, velho feiticeiro, se fazia valer de certos dons, como transformar-se em toco de pau, para fugir a maridos traídos e pais enfurecidos. Isso pelos idos de 1900. Cinquenta anos depois, Montalvão iniciaria o uso de seus dotes sobrenaturais herdados. Na medida em que crescia sua popularidade espalhavam-se as histórias a seu respeito.

Para as comemorações do terceiro ano de Montalvânia, em 55, foi preparada uma festa para o aniversário da cidade e em homenagem a seu padroeiro, São Jorge. Para a oportunidade, Montalvão havia adquirido uma imagem em tamanho quase natural do santo e decidiu, aceitando a sugestão de um amigo, doá-la, não à Igreja Católica, mas à igreja do Bispo de Maura, Igreja Católica Apostólica Brasileira. A igreja, que seria inaugurada neste momento, fora recentemente instalada em Montalvânia com intermediação de um membro da Loja Maçônica de Diamantina. O fato, que corrompia os tradicionais princípios cristãos dos moradores de Manga, foi comunicado pelos coronéis ao Bispo da Igreja Católica de Montes Claros que consentiu fosse enviada uma força policial para impedir a festa¹⁰⁶. Houve um desentendimento entre Montalvão e o sargento, chefe do destacamento, que acabou resultando em tiroteio e no ferimento a bala do policial. Montalvão fugiu, foi indiciado e permaneceu foragido até a anulação do processo graças à interferência da loja maçônica¹⁰⁷.

Desse episódio se diz que as balas do destacamento policial foram ao chão sem tocar em Montalvão, que ele pôde fugir e permanecer escondido por se transformar em toco de pau sempre que estava prestes a ser encontrado e assim passar despercebido. E que o processo contra Montalvão pelo ferimento à bala no policial teria sido arquivado porque o sargento retirou a

¹⁰⁶ Conforme depoimentos dos Srs. Afonso Ribeiro e Raymundo Pastor.

¹⁰⁷ “Para esse homem de coragem, patriota, realizador e ora vilmente perseguido pela Nova Inquisição, eu peço a proteção desta Ordem. O infortúnio deste homem, a sua desgraça, a vitória do Espírito das Trevas, neste caso, podem ser prenúncio de graves desgraças para o Brasil. Contarei convosco, meus Irmãos?” *Carta do Sr. Esdras Acióli à Loja Maçônica de Diamantina*, 2/05/1955. Arquivo Pessoal de Antônio Montalvão (em 1974 cópia dessa carta foi enviada a Montalvão pelo Sr. Acióli).

queixa quando se convenceu de que na verdade Montalvão não tinha tido culpa no incidente, era apenas um homem “progressista” querendo fazer valer o direito de liberdade de culto de seu povo...

Sempre que necessário Montalvão se transmutava, escapando incólume de situações perigosas disfarçado em toco de pau, saco de feijão, onça pintada... Mas este não era seu único dom, ele também podia ficar invisível e esta peculiaridade lhe garantia o poder de estar em qualquer lugar, ou em todos os lugares, sem que se dessem conta dele. Durante muitos anos, sua intimidade com o sobrenatural se materializou em um imponente touro branco, animal supostamente mágico e poderoso, com que Montalvão desfilava pelas ruas do centro de Montalvânia e fazia com que o comércio baixasse as portas e os homens tirassem o chapéu¹⁰⁸. Acreditava-se ainda que ele possuía controle sobre o tempo, podendo, por exemplo, dissipar nuvens de chuva provocando ventos fortes¹⁰⁹.

Símbolo de sua posição de mando em Montalvânia, a crença na invisibilidade de Montalvão lhe conferia a imagem de onnipresente e onnisciente, dispositivo de controle e manipulação - o homem invisível tudo vê, tudo ouve, tudo sabe. Nos relatos de antigos moradores evidencia-se a frequência com que Montalvão dava mostras de seus atributos incomuns. Fosse contando suas transformações para fugir a delirantes perseguições, fosse descrevendo em detalhes festas e outros acontecimentos sociais dos quais não tinha participado, melhor dizendo, onde não tinha sido visto, essas narrativas constantemente reforçavam e alimentavam a imagem de seus dons extraordinários¹¹⁰.

As raízes das características sobrenaturais que lhe eram atribuídas podem ser encontradas num conjunto de representações tradicionais sertanejas onde as relações de poder transcendem as relações terrenas de dominação e projetam-se no universo simbólico-religioso destas populações, incluindo-se aí o dono da casa grande, o coronel. Desta forma, o coronel tem “parte com o demo”

¹⁰⁸ Conforme comunicação pessoal de André Prous.

¹⁰⁹ Conforme comunicação pessoal de Sidney Olímpio.

¹¹⁰ O peso das representações e dos símbolos é especialmente maior no exercício da dominação que se assenta no carisma pessoal, onde o indivíduo amplifica e redistribui o imaginário projetado sobre ele. Reconhecido o dom, é reconhecido o dever de seguir o chefe, não em virtude de pressões mas da própria crença no carisma; por outro lado, para fazer perdurar sua autoridade, o carisma precisa dar provas constantes de sua eficácia e utilidade, demonstrando assim sua eficiência. Sobre carisma e dominação carismática ver WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1991, v.1, p.159; BACZKO, Bronislaw, 1985 (a), *op. cit* e SANDRE, Italo de. Carisma. In: BOBBIO, Norberto *et alii* (org.). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da UnB, 1995.

ou obtém favores deste mantendo-o preso; possui dons mágicos, força e esperteza assombrosas etc., o que não apenas justifica como autoriza seu domínio¹¹¹. Mas as qualidades de Montalvão não eram apenas sobrenaturais, ele possuía também uma inteligência ímpar. Autodidata, sobressaía-se por sua vasta erudição, sempre às voltas com suas “tertúlias filosóficas”, como se referia freqüentemente às suas leituras.

Marcava-o ainda uma aparente tendência, conforme os relatos, a soluções espetaculares para questões que se impunham como obstáculos em suas atividades. Diz-se que para o dia de seu casamento, em 1954, o telhado de sua casa teria sido retirado, permitindo-se assim que todos os momentos da festa fossem fotografados sem o impedimento da ausência de luz¹¹².

Em 1966 começaram os trabalhos de abertura da estrada, projetada por ele, que ligaria Montalvânia a Brasília. O percurso de 400Km entre as duas cidades teria sido sobrevoado por Montalvão para marcar a rota com sacos de cal, que eram atirados da aeronave. Os sacos iam sendo recolhidos na medida em que a obra avançava, servindo como marcadores do caminho. Fatos espetaculares atribuídos a Montalvão pululam nas entrevistas realizadas com habitantes de Manga e Montalvânia, mas este é o acontecimento que aparece com mais freqüência nos relatos, constando como uma de suas mais lembradas peripécias. O que varia é o tom de cada narrativa, de acordo com a disposição afetiva do rememorador: espanto, admiração e bom humor, se são partidários de Montalvão, menosprezo e sarcasmo se são seus opositores.

Desde cedo sua liderança vai se construindo em associação a uma protetora figura paterna, assumindo o encargo de trazer a paz e a segurança perdidas com os mandos e desmandos dos coronéis, oferecendo Montalvânia à população como possibilidade efetiva de melhoria de vida (a cidade é, inclusive, chamada por ele de “sua filha mais querida”), despertando sentimentos de respeito e devoção. Ele é o provedor, o conselheiro, o pai vigilante que tudo vê e ouve, de quem, por conseguinte, não se pode esconder nada.

Montalvão partilhava deste imaginário sertanejo projetado sobre ele, onde preexistiam elementos das representações que lhe eram atribuídas, muitas delas vinculadas ao imaginário do coronel. Mas não pode ser desconsiderada a parcela de manipulação voluntária incluída no

¹¹¹ A presença do Diabo no Sertão remonta aos primórdios da Conquista, desde lá ele é um dos principais elementos da construção mítica destas vastas paragens do interior brasileiro: ao litoral onde a palavra de Deus começava a se instalar opunha-se o Sertão, apenas adivinhado, lugar desconhecido e, portanto, território do mal. CHAUI, 2.000, *op. cit.*

processo de criação mítica: estes elementos preexistentes eram rearticulados em sua trajetória, incorporando e alimentando o desenvolvimento de conexões que cada vez mais o diferenciavam e destacavam como ser incomum. Sua faceta espetacular é notória, são suas especificidades individuais, exaustivamente salientadas ao longo de sua trajetória, que fazem dele uma liderança política capaz de atrair os grupos sociais aos quais se dirigia; ele possuía diversas qualidades especiais que o destacavam e o tornavam mais apto a representar essa população.

Mas reduzir sua atuação a mera teatralização é dimensioná-la de forma excessivamente racional, é ver as manifestações do imaginário político em sua trajetória apenas como uso lógico para fins de manipulação social¹¹³. Em grande parte, o aspecto espetacular de sua figura política está intimamente associado a um compartilhamento de significações imaginárias, manifestas de forma cristalizada no fenômeno coletivo do mito. Montalvão, em grande medida, *acredita* em suas potencialidades extraordinárias e no sucesso de seus gloriosos projetos futuros, o que reveste suas extravagâncias de uma aparente naturalidade, para ele e para os moradores da cidade, algo como “sendo ele incomum é de se esperar que seu comportamento também o seja”.

A importância de Montalvão nas relações políticas e sociais da região dava-se, em muito, na medida em que ele se apresentava também como vítima da autoridade e perseguição dos coronéis de Manga, um homem do povo e em defesa do povo. Suas relações de parentesco com os coronéis (Bembém era casado com uma de suas irmãs por parte de pai e João com uma prima) eram trazidas à tona “por dever moral” na disputa pelo poder político em Manga:

“Os vaivém de minha vida e as particularidades de família que o dever moral forçou-me a trazer em público, quisera eu deixá-los adormecidos na cama do passado, embora muito mais despertaria se mo exigisse.”¹¹⁴

Filho ilegítimo de um grande proprietário rural, o coronel Cecílio, excluído dos benefícios a que poderia ter tido direito por filiação, Montalvão tinha trilhado os mesmos percalços que

¹¹² Conforme depoimento do Sr. Raymundo Pastor.

¹¹³ Sobre o papel do status e do esplendor na atividade política, ver especialmente a reflexão de Geertz sobre o Estado balinês: “A idéia de que a política é um jogo imutável de paixões naturais, para cuja exploração serviriam, como meros dispositivos, instituições de dominação concretas, é errada em qualquer parte; em Bali o absurdo dessa idéia torna-se patente. As paixões são tão culturais quanto os dispositivos; e o modo de pensar - hierárquico, sensorial, simbolista e teatral - que inspira um, inspira o outro.” GEERTZ, Clifford. *Negara - o Estado teatro no século XIX*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991:156.

¹¹⁴ Montalvão, *O Jornal de Montes Claros*, op. cit..

muitos dos moradores da região. Esmiuçar seu passado no confronto com os coronéis demonstrava como ele também tinha sido espoliado. Não é, inclusive, por sua vontade que detalhes de sua vida são expostos, é por dever: “quisera eu deixá-los adormecidos”. É a pretensão da transparência daquele que pretende não ter máculas morais. Para que lideranças possam aglutinar os desejos e angústias da coletividade e potencializá-los numa alternativa de futuro faz-se necessária uma adequação entre sua personalidade e as carências da sociedade num dado momento de sua história¹¹⁵. Foram também as particularidades da vida pessoal de Montalvão que auxiliaram a criar os laços de identidade necessários para seu destaque na comunidade.

Da mesma forma que por sua invisibilidade Montalvão tem acesso a tudo que ocorre na cidade, nas ruas, no interior das casas, sua vida particular também se expõe, também é compartilhada pela comunidade. As exibições de sua vida íntima, de seus dons excepcionais, de seu destemor e de sua coragem são a representação de seu poder, poder originado das mesmas pessoas a quem essas exibições se dirigiam.

3.3 –O Salvador dos Camponeses - atualização do mito político

Todas as sociedades produzem sistemas de representação através dos quais fixam simbolicamente suas normas e seus valores, os imaginários sociais. Estes sistemas de representação não são fonte apenas para a auto-designação do grupo, eles fornecem elementos para a compreensão e reordenação do presente, para elaboração de soluções para conflitos e desejos coletivos, em suma, a partir deles resolvem-se imaginariamente tensões reais¹¹⁶. Porém, se por um lado este aspecto explicativo das representações imaginárias se desdobra em mobilização, meio de atuação sobre o presente, força de combate e estímulo, por outro lado, a eficácia destas representações está no ocultamento das contradições por elas produzidas e que passam despercebidas.

Há algumas décadas Lévi-Sttrauss sugeria que nas sociedades modernas o pensamento

¹¹⁵ GIRARDET, 1987, *op. cit.*, pág. 82.

¹¹⁶ ANSART, Pierre. Os Imaginários Sociais. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978:22 e GIRARDET, *op. cit.*, pág. 13.

mítico teria sido substituído pela ideologia política; já para Balandier, mesmo nas sociedades de tradição oral, uma parte de ideologia se apresenta nos mitos, que teriam “função justificadora, com a qual sabem jogar muito bem os guardiães da tradição, os detentores e beneficiários da autoridade”¹¹⁷. Ao mesmo tempo em que é um produto coletivo, inserido em um meio social onde já existe um estado prévio de receptividade e onde “corresponde a um certo código já inscrito nas normas do imaginário”¹¹⁸, o mito político é também estratégia política. A dupla origem do mito político apresenta-se em todas as suas ocorrências, uma não existindo sem a outra: sua eficácia política depende diretamente de sua vivência coletiva.

Montalvão era aquele que tudo podia ver e ouvir, que sempre escapava ileso das perseguições, que controlava o tempo. Um pai autoritário e vigilante, mas empenhado em garantir harmonia e bem estar. Ao longo dos anos de 1950, Montalvão apresentava-se como alternativa à exploração e domínio de quase meio século dos coronéis João Alves e Domiciano Pastor. Seu discurso político, impregnado de ataques à tirania e injustiça destes coronéis e em defesa da igualdade e solidariedade, reveste sua disputa com os coronéis de luta entre o Bem e o Mal, onde o objetivo final não seria o poder mas o progresso e a democracia, sinônimos de justiça e felicidade coletivas:

“Se me enfiar na camisa de 7 varas da prefeitura não foi pelo desejo de mando ou de ser eleitoralmente vitorioso, porém para mudar o sistema administrativo do carrancismo para o progresso e o sistema político da oligarquia para o verdadeiramente democrático.”¹¹⁹

“Só o destemor e o ideal de um moço que jamais desertou da luta, enfrentando toda sorte de sacrifícios, é que faria surgir como que por encanto, de dentro da mata virgem, na foz do Poções, o lindo povoado de Montalvânia, símbolo de uma época e orgulho de uma geração.”¹²⁰

A noção de “novo” marca toda a trajetória de Montalvão, é ele, com sua coragem, destemor e, principalmente, juventude, que abrirá as portas do município para que o progresso se instale; seus ideais seriam alcançados na *nova* cidade, que ele, “moço que jamais desertou da luta” fez “surgir por encanto”. Seu discurso político projeta-se principalmente em direção ao

¹¹⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. A Estrutura dos Mitos. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991; BALANDIER, Georges. *As dinâmicas Sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976:203.

¹¹⁸ GIRARDET, *op. cit.*, pág. 51.

¹¹⁹ *Estado de Minas*, 01/11/1958, *op. cit.*

¹²⁰ *Folheto de Propaganda Política*, 1954. Arquivo Pessoal de Antônio Montalvão.

futuro, o passado não é glorificado mas repudiado, por demais vinculado ao mandonismo de João e Bembém, servindo de elemento de contraposição à sociedade anunciada¹²¹. É no futuro, e em Montalvânia, a cidade do futuro, que se realizarão suas promessas de bem estar social e individual, onde seu “povo será emancipado”. É a “mobilidade da origem”, observada por Mircea Eliade, a origem não mais encontrada apenas num passado mítico mas também num futuro glorioso, a projeção da “perfeição do princípio” num futuro atemporal¹²².

Como um Salvador, Montalvão é aquele capaz de reverter a situação vigente e conduzir o grupo à paz e à prosperidade desejadas. Este guia providencial é um elemento mítico recorrente na mitologia política brasileira. Ele pode surgir tanto na forma de um líder individual quanto de uma corporação ou uma classe social. Um exemplo evidente de liderança individual personalizando o Salvador é o do ex-presidente Fernando Collor. Sua messiânica campanha eleitoral propunha solucionar, no “Brasil novo”, todos os problemas nacionais com sua coragem, determinação e clarividência¹²³. Antes dele este papel já fora assumido pela corporação militar que, após 1964, “impulsionou” o país a seu destino de grandezas¹²⁴.

O jogo político em Manga, no início dos anos 50, é satanizado pelas duas partes da disputa, tanto Montalvão quanto os coronéis se empenharam em identificar o opositor com o mal que aflige a coletividade¹²⁵. É o grupo dos coronéis que inicia a campanha buscando “desmascarar” Montalvão, denunciando-o como o intruso que vinha ameaçar a paz da comunidade, defendendo interesses diferentes dos dela. Este é, inclusive, o título de artigo

¹²¹ Entretanto, como já visto no cap. 1, a partir de meados de 1970 e até o fim de sua vida, a visão do passado regional adquirirá importância fundamental em suas formulações, não o passado recente do século XX, mas o longínquo passado pré-histórico.

¹²² ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986:52.

¹²³ MIGUEL, Luis Felipe. *Em Busca da Harmonia Perdida: mito e discurso político*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

¹²⁴ Outro exemplo de personalização do Salvador está na vigorosa estrutura mítica do comunismo e sua escatologia, que atribui à classe operária a função de condutora à revolução. À sociedade vindoura sem classes precederá o último embate entre o bem e o mal – a revolução, a Luta Final –, mas para que o Bem prevaleça é necessário que o proletariado, sua materialização, prepare-se e se fortaleça, que se conscientize de seu papel definidor na história. O mito revolucionário, neste esquema, exerce uma função explicativa, oferecendo ao proletariado elementos para a ordenação e compreensão do presente e concentra o material simbólico indispensável à sua modelagem; apresenta-se ao mesmo tempo como meta e caminho a ser seguido para se alcançar algo que *poderá* existir: projeção, no presente, da revolução social que acontecerá no futuro. A revolução é o mito e a promessa de futuro, tanto o meio quanto o fim. Cf. BACZKO, B. *Utopia*. *Enciclopédia Einaudi – Anthropos/Homem*. Lisboa: Imprensa Oficial. 1985 (b), pág. 384 e ELIADE, M. *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70, 1989.

assinado por Raymundo Pastor com o objetivo de revelar o “verdadeiro” Montalvão: “*Desmascarando um Cabotino*”. Sob sua aparente disposição democrática e solidária, Montalvão escondia o perigo do comunismo:

“Quando da subida do General Perón ao alto posto de chefe da nação amiga, verificou, por certo, que os ‘ares’ de Buenos Aires já não se prestavam muito bem para suas ‘narinas vermelhas’”.¹²⁶

“Demagogo” e “bajulador”, Montalvão é apontado não como filho de Manga retornando à cidade natal depois de muitos anos, mas como “o maior impostor [pelos anos que viveu com identidade falsa] que já pôs os pés nas terras férteis e hospitaleiras de Manga”:

“Quixote grotesco e pernóstico, com alma de Sancho Pança, vive a empulhar o pacato e ordeiro povo de Manga com suas manhas, mentiras e tretas, naturalmente supondo que o seu passado, sua vida desregrada, seus crimes e suas intenções não chegariam nunca ao conhecimento do povo”.¹²⁷

A associação de Montalvão com o “elemento estranho” é aceita por ele, porém ressignificada. Montalvão e seu grupo político são estranhos sim, mas ao “carrancismo” dos coronéis e em luta para destruí-lo e substituí-lo por uma administração democrática. Por este caminho, a noite do atentado ao juiz de direito, em 1960, transforma-se na “Noite de São Bartolomeu” do município, com a tentativa de massacre dos estranhos usurpadores do poder dos coronéis:

“E para estarecimento geral, aquele plano sinistro da noite de 28 de janeiro, a “Noite de São Bartolomeu” em Manga, trazia em si profundidade abismal, quando se constata, como constatado está, que visou ele o extermínio aqui não apenas do Poder Judiciário, mas ainda do Executivo e do Legislativo, para que o caos voltasse a essas plagas, para que o terror aqui novamente imperasse, para que a desalmada oligarquia que aqui nos impôs o seu desmando por 40 anos continuasse por um século ou por uma eternidade.”¹²⁸

¹²⁵ Sobre o tema da Conspiração que ameaça o povo com uma dominação maléfica e sua associação com o Salvador ver GIRARDET, *op. cit.* e MIGUEL, Luis Felipe. Em torno do Conceito de Mito Político. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 41, no. 3, 1998.

¹²⁶ Raymundo Pastor. “Desmascarando um Cabotino”. *O Jornal de Montes Claros*, 10/09/1952. Obs.: Montalvão, neste momento, retornara há poucos anos de seu auto-exílio na Argentina.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Moção do Presidente da Câmara Municipal de Manga. *Ata da 1ª Sessão da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Manga* em 18/02/1960. Arquivo da Câmara Municipal de Manga.

A satanização da força política adversária com a idéia de gestação de complô é deslocada para o grupo político anterior, o grupo “de dentro”, empenhado em manter o seu poder e impedir qualquer mudança, não se identificando com os nobres objetivos democráticos que emergiam, isolado dos “princípios morais de trabalho produtivo e produtividade honesta”¹²⁹:

“Desde a luta para dignificar esta região espezinhada com uma nova comuna, colocara-me como “corpo estranho” dentro da ambiência de anormalidade dos redutos políticos dos pessedistas, que até hoje não perdoam a Montalvânia e seu atrevimento.”¹³⁰

Da década de 1950 até o fim da vida de Montalvão podem ser encontradas, em folhetos de propaganda política, boletins informativos da prefeitura, jornais editados por ele etc., pequenas frases ou pensamentos com aconselhamentos morais e de convívio social. Além de guia, ele se pretendia também conselheiro da comunidade que rumava para o futuro, desempenhando um papel semelhante ao de um “condutor moral”. Em 1960, foi fundado o Instituto Filantropo Cochanino¹³¹, com o objetivo de “impregnar o altruísmo na região”, propugnando um procedimento social correto, respeito e auxílio ao próximo, “educação interior” (“eliminando, dentro da possibilidade de cada um, quaisquer vestígios de individualismo egocêntrico que possa turbar o conagraçamento social”), combatendo o derrotismo, os preconceitos e a intransigência¹³².

Suas campanhas eleitorais, em 1954 e 1958, buscavam imprimir confiança aos eleitores de Manga, conclamando-os a se libertarem do compromisso de votar nos coronéis:

“Coopere para que saíamos da rotina do carrancismo, entrando no desenvolvimento da civilização. Se lhe puseram a cangalha da escravidão moral ou o cabresto do servilismo cego, erga sua frente de HOMEM e caminhe livre e independente.”¹³³

“Mostremos que não somos bonecos e sim personalidades humanas.”¹³⁴

“Nossos votos são livres como nossa consciência.”¹³⁵

¹²⁹ MONTALVÃO, *Informativo de Verbas Conseguídas para o Município*, julho de 1958. Arquivo Pessoal de Antônio Montalvão.

¹³⁰ *Carta ao Presidente Arthur da Costa e Silva*, 13/05/1969. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

¹³¹ Cochanino é um adjetivo derivado de Cochá, o rio que banha Montalvânia.

¹³² MONTALVÃO, A. L. *Estatuto do Instituto Filantropo Cochanino*. Montalvânia, 1960.

¹³³ *Folheto de Propaganda Política*, 1954. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

¹³⁴ *Idem*.

¹³⁵ *Folheto de Propaganda Política*, 1958. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

Mas o fazia não com a intenção explícita de atrair esses votos para si e sim sob a motivação de garantir e estimular a liberdade de voto dos cidadãos, além de uma curiosa intenção de protegê-los de “aborrecimentos políticos”:

“Não tome partido político que ele lhe escraviza, não discuta política que ela somente malquerências lhe traz. Cumpra o seu dever de cidadão, qualificando-se com quem quer que seja e dando seu voto a quem lhe parecer melhor. Não se precipite nem com compromissos. Deixe para decidir seu voto nas vésperas das eleições.”¹³⁶

Os “conselhos” de Montalvão, além de sua rejeição ao egoísmo e aos interesses particulares, revelam também seu anseio por harmonia e unidade; o lema de sua cidade era “cidade do trabalho, dignificação humana e união”¹³⁷. A harmonia pretendida passava, obviamente, pela política, mas não numa adequação entre os objetivos finais de bem estar social e uma fórmula política que os garantissem, mas, de uma certa maneira, numa tolerância da política, uma coexistência que não impedisse a realização de seus planos. Um dos deveres dos sócios do Instituto Cochanino era não dar curso a polêmicas ou discussões político-partidárias nas dependências da entidade e evitá-las ao máximo em qualquer circunstância¹³⁸. A política é vista como fator de desunião e desagregação, não sendo de forma alguma valorizada, é uma obrigação do cidadão votar, ele deve fazê-lo, mas não por gosto. Convém destacar aqui o deslocamento de sentido: esta “política” se refere na verdade ao jogo de disputa pelo poder, à “politicalha” e não a posturas ideológicas sobre os fins e funções do Estado, às formas de governo ou às decisões governamentais. A candidatura de Montalvão se apresenta como mal necessário, exigência para a realização de seus planos de levar o “desenvolvimento” e a “civilização” à região; atingido seu objetivo ele se retiraria da arena política:

“Quero por todo o meu empenho na consecução do que tenho em mente, para que não venha falhar o meu projeto de emancipar o povo, emancipar a terra, fazendo daquele grande município vários outros, subdividindo-o, fazendo-o frutificar em todos os poros de suas possibilidades, para que possa eu, tranqüilamente, retirar-me para Montalvânia.”¹³⁹

¹³⁶ *Folheto de Propaganda Política*, 1954. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

¹³⁷ MONTALVÃO, 1960, *op. cit.*

¹³⁸ *Idem, ibidem.*

¹³⁹ *Estado de Minas*, 01/11/1958, *op. cit.*

A harmonia social desejada é o fim da política e com ela toda a desunião, deslealdade e conflito do campo político.

“Irei preparar o meu município e o meu povo para que um e outro vivam condignamente a mesma vida, num ambiente de trabalho, respeito, justiça, sem paixões políticas.”¹⁴⁰

“Partidarismo político só deve existir nos períodos eleitorais. Fora destes, a coesão de todos em torno do bem comum é imprescindível.”¹⁴¹

Ora, se nas sociedades “arcaicas” o mito é uma rejeição à história, uma tentativa periódica de aboli-la, o mito político contemporâneo é um discurso antipolítico que se pretende politicamente eficaz¹⁴²; sendo esta, talvez, a maior contradição que ele oculta: o poder autoritário em muito alimenta-se do apelo de propostas que explicitam ou insinuam a abolição da política.

3.4 – “Na Penumbra da Revolução” – o perfil do político autoritário

Montalvão e os outros políticos de oposição aos coronéis que emergem em Manga na segunda metade dos anos cinquenta são “crias” do mandonismo instituído e de seu comportamento político. Vale a pena, inclusive, aproveitar uma imagem oferecida pelo próprio Montalvão, no momento de sua vitória em Manga em 1958, que ilustra bem essa permanência:

“40 anos de oligarquia num período em que a safadagem tornou-se virtuosa, com uma máquina bem lubrificada pelo servilismo e bem alimentada pelos combustíveis governamentais, desmontá-la não foi deveras sopa! E sopa também não será adaptá-la para outra finalidade, desde que quero aproveitar as velhas peças para qualquer coisa, tendo em conta que nada neste mundo se perde, tudo se transforma!”¹⁴³

Essa continuidade com as práticas políticas instituídas, aliada à ampliação de demandas sociais satisfeitas, foi importante para a vitória de Montalvão em Manga. Seu discurso “democrático” e “igualitário” era acompanhado por uma atuação política autoritária, paternalista

¹⁴⁰ *Idem*.

¹⁴¹ MONTALVÃO. “Líderes do Município de Montalvão.” *Noticioso Cochanino*, Montalvão, 04/1962.

¹⁴² MIRCEA, 1992, *op. cit.* e MIGUEL, 1998, *op. cit.*

e clientelística, apesar de não ser percebido deste modo pela população. Ao ser eleito prefeito de Manga em 1958, uma de suas primeiras ações foi afastar os membros, parentes e amigos de membros da oposição de suas funções, numa óbvia tática de “remoção de obstáculos”; um ano depois, no episódio da transferência da prefeitura e sede da administração pública de Manga para Montalvânia, todos os vereadores da oposição tiveram seus mandatos cassados¹⁴⁴. A cassação dos vereadores “de oposição sistemática que turbavam a vida municipal”, foi, segundo Montalvão, “ratificada pela Revolução de 64”¹⁴⁵, por seus fins corretivos e moralizantes. A identificação, reiteradas vezes firmada, com o golpe de 64 é um ponto fundamental para o desenho do perfil autoritário de Montalvão, mas sobre isso me demorarei adiante. Primeiro, faz-se necessário apresentar e discutir algumas outras ambigüidades percebidas em seu fazer político.

Durante toda a peleja pela conquista da prefeitura de Manga e ao longo de seu mandato como chefe do Executivo local, toda a atenção de Montalvão esteve voltada para Montalvânia e seus planos para a cidade. Sua vitória em Manga surge como degrau para a realização de seu projeto maior: criar as condições necessárias para que a Cidade enfim cumprisse seu destino de palco do “alvorecer da humanidade consciente”. Como aquele que cria e organiza a nova cidade, a imagem de Montalvão paira soberana sobre Montalvânia, “sua” cidade, “seu” povo.

O compromisso social de proteção dos grupos com os quais interage é característica marcante do mandonismo, sendo o chefe local o responsável pela satisfação das necessidades básicas destes grupos, o que legitima sua autoridade nessa relação. A contrapartida da tutela e do favor se evidenciam no Montalvão que doava terra e fornecia trabalho para os que necessitavam; que, nos primeiros anos da cidade, estimulava famílias com moças solteiras a se fixar na cidade para controlar o desequilíbrio entre os sexos na população original, “providenciando” uniões para evitar a exogamia e garantir o aumento populacional.

¹⁴³ *Estado de Minas*, 01/11/1958, *op. cit.*

¹⁴⁴ *Recurso dos Srs. Manoel Rodrigues Machado e Braz Alves Pequeno* contra sua exoneração de cargos públicos pelo prefeito Antônio Montalvão, 13/02/1960. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Depoimento da Sra. Maria Pereira sobre seu afastamento da diretoria da escola municipal de Manga quando da posse do prefeito Montalvão. *Ata da 1ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Manga - Exposição dos motivos ao anteprojeto de cassação de mandatos dos vereadores do PSD (moção do prefeito Montalvão)*, 08/11/1960. Arquivo da Câmara Municipal de Manga.

¹⁴⁵ *Carta ao Comandante da 4ª Brigada de Infantaria*, 28/04/1976. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

Quanto à doação de terras, Montalvão poderia estar atendendo ao que, nos termos de Lefort¹⁴⁶, seria a mais democrática de todas as reivindicações, a divisão das terras, e satisfazendo o legítimo desejo do homem de ser senhor da terra e de seu próprio trabalho. Mas um pequeno detalhe de ordem prática foi esquecido: dezenas de famílias humildes que se mudaram para Montalvânia nunca obtiveram escritura de suas casas e roças, são proprietárias por usucapião. No inventário feito quando de sua morte, em 1992, grande parte do território da cidade constava como patrimônio particular de Montalvão, não tendo sido legalmente transferido nem ao município nem às famílias que o habitavam¹⁴⁷. Como se estas fossem agregadas ou arrendatárias, com a diferença de não terem que pagar ao dono oficial das terras com seu trabalho ou com o fruto deste. O curioso é que Montalvão alertava os trabalhadores rurais para a segurança garantida por acordos firmados “preto no branco”:

“Preferível é que de vez nos acostumemos aos arrendamentos por prazo predeterminado, usando tinta e papel, já que os fios de barba perderam o valor”.¹⁴⁸

O pólo de ação do discurso político de Montalvão não era o Estado mas ele próprio: a abertura da estrada que viria a ser trecho da BR-030 foi obra do poder privado, assim como a construção de escolas e posterior doação ao município e o asfaltamento das ruas da cidade - como a prefeitura não possuía recursos para tanto, o asfaltamento foi financiado por ele, negociando com a empreiteira uma fazenda de sua propriedade. Era também a iniciativa privada que patrocinava o estudo de jovens na capital para atuar como profissionais na cidade e criava empregos - uma das únicas exigências que Montalvão fazia aos comerciantes e empresários que se instalavam na cidade era que a mão de obra não qualificada fosse arregimentada entre seus moradores. Era ele quem negociava a instalação local de empresas e indústrias; quem orientou, com a instituição do bipartidarismo, a composição da Arena 1 e Arena 2. Era Montalvão quem possuía as relações políticas que permitiram a agilização do processo de emancipação da cidade; a inclusão de Montalvânia no Plano Nacional de Telecomunicações; a transformação do polígono

¹⁴⁶ LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1987:158s.

¹⁴⁷ Cf. depoimento do Sr. Cássio Montalvão.

¹⁴⁸ *Boletim Informativo da Prefeitura de Manga*, 18/08/1959. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

Carinhanha-Urucuia-São Francisco em micro-região administrativa¹⁴⁹. Por outro lado, foi com recursos do município que Montalvão remunerou João “Geólogo”, contratado pela prefeitura para localizar sítios arqueológicos na região. Mas seu interesse por pré-história, assim como todos os outros, era alardeado por ele como interesse do conjunto da coletividade. É evidente, em Montalvão, a indistinção entre o público e o privado, apenas uma vez, vale repetir, Montalvão ocupou um cargo público na cidade, o de prefeito, entre 1973/76.

Força e violência, se preciso fosse, eram empregadas como recurso para realização de seus objetivos. Para a construção da estrada Montalvão/Brasília, Montalvão contava com pouco ou quase nenhum apoio material governamental; a estrada só passou a fazer parte do Plano Rodoviário três anos depois de concluída. Não havia verba para indenizações, mas o fato de haver pequenos sítios e casas na rota projetada, uma linha reta entre as duas cidades, não impediu que a estrada fosse aberta onde planejado. Durante as obras, Montalvão invadiu e saqueou propriedades ao longo do caminho; as famílias que não se dispunham a colaborar cedendo alimentação ou alojamento para os trabalhadores ou as que resistiam à idéia de ter suas terras cortadas por uma auto-estrada, quando não sucumbiam às ameaças, eram “atropeladas” por ele. Foi assim com o fazendeiro Teotônio, trancafiado em um quarto de sua casa enquanto os trabalhadores de Montalvão se alimentavam e descansavam. Foi assim também com D. Severina que a princípio não permitiu que sua propriedade fosse atravessada pela estrada; sua resistência foi vencida pelas ameaças de ver sua casa posta abaixo pelo trator¹⁵⁰. Mais uma vez a estratégia do “faça o que eu digo, não faça o que eu faço”- a invasão da propriedade se encontrava entre os atos condenáveis por ele, prescritos na década de cinquenta:

“A propriedade privada é inviolável como o é a própria casa do indivíduo. Ninguém pode violar tais direitos sem o prévio consentimento do dono, inclusive para a abertura de caminhos, salvo as desapropriações legais.
As boas maneiras e a boa vontade devem prevalecer em todos os casos.”¹⁵¹

¹⁴⁹ *Termo de Decisão de Conferência de Títulos de Cidadãos Honorários* concedidos pelo prefeito Antônio Montalvão e Câmara Municipal de Montalvão em 12/04/1973. Arquivo da Prefeitura Municipal de Montalvão. Por este Termo de Decisão são homenageadas personalidades políticas e administrativas, especialmente autoridades federais, atestando as amplas relações políticas interestaduais de Montalvão.

¹⁵⁰ Bob Fernandes, *Jornal do Brasil*, op. cit.

¹⁵¹ *Boletim Informativo da Prefeitura de Manga*, 18/08/1959. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

Sete anos depois, a inviolabilidade da propriedade privada, as boas maneiras e a boa vontade davam licença para que a estrada passasse.

Mas os habitantes de Montalvânia compreendiam seus atos. Em 1997 tive a oportunidade de entrevistar o padre da cidade, Guilherme Michels, de quem tomei conhecimento através de uma entrevista concedida a um repórter do *Jornal do Brasil* em 1987¹⁵², quando Montalvão ainda era vivo. Em seu depoimento o padre descrevia um Montalvão autoritário e prepotente, relatava as invasões e saques de propriedades cometidos ao longo da rota da estrada Montalvânia/Brasília durante sua construção. Dez anos depois, o mesmo padre Michels me falava de um Antônio Montalvão generoso, dócil e de bom coração. Quando questionado sobre os incidentes que teriam acontecido durante a construção da estrada ele disse nunca ter tomado conhecimento. Ao ver o jornal com sua entrevista o padre “lembrou-se” do ocorrido e justificou: “Montalvão não prejudicava uma família, beneficiava dezenas”.

3.4.1 - “Uma Miniatura da Revolução”- Montalvão e o Golpe de 1964

Montalvão era contra o grande número de partidos políticos existentes, identificava na disputa do eleitorado por estas agremiações um dos motivos da característica conflituosa da arena política. Desde 1959 ele defendia a criação de uma estrutura partidária que atendesse a demanda de uma “República Federativa Relativista”, distribuindo os eleitores em apenas quatro partidos que espelhariam a segmentação social vista por ele: Partido Cooperativista, representando a população rural; Partido Sindicalista, operariado; Partido Capitalista, comerciantes e industriais; Partido Liberal, elite¹⁵³.

Essa estrutura partidária será associada por ele, no pós-64, a um retrato antecipado dos objetivos da “revolução”. Com o golpe militar, o mesmo Montalvão “socialista” dos anos cinquenta identifica-se com a “revolução” e seus “bons e gerais propósitos corretivos”:

¹⁵²Bob Fernades, *Jornal do Brasil*, op. cit.

¹⁵³ *Folheto de Propaganda Política, 1962*. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão. Esta e outras proposições foram defendidas no V Congresso Nacional de Municípios, no Recife em 1959. Apesar do panfleto não definir o público do Partido Liberal do mesmo modo como faz para os demais, é de se supor que a elite a que ele se refere seja composta pelos grandes proprietários rurais.

“Desde que emancipei meu município entreguei-lhe a sua juventude, apenas orientando-a para a formação de sua personalidade. Com a Revolução de 64 senti-me redimido de meus sacrifícios, confinando-me neste refúgio búdico, como se houvera encontrado o nirvana.”¹⁵⁴

Mais uma vez se expressaria sua capacidade de, acertadamente, prever fatos e acontecimentos futuros relacionados a Montalvânia, como a coerência entre sua “*intuição* e sua *afinidade* com a revolução”¹⁵⁵. Em 1976, Montalvão dirá que já desde 1959 defendia ainda a urgente necessidade de entregar o governo do país aos militares “diante do desfibramento civil que dirigia inconseqüentemente a Nação”¹⁵⁶. Da mesma forma que na década de cinquenta Montalvânia era a “primeira célula viva de Brasília”, na década seguinte sua “luta para dignificar esta região espezinhada”, a disputa política com os coronéis, a criação da cidade e sua emancipação aparecem como “miniatura da revolução”¹⁵⁷:

“Já no V Congresso Nacional de Municípios, em 1959, em plena fermentação desses propósitos corretivos, defendia eu o unitarismo ante a corrupção dos Estados intermediários e, bem mais que isso, fazia-me penumbra do espírito dessa revolução necessária.”¹⁵⁸

Além do “unitarismo”, que conteria a corrupção nos Estados, Montalvão propunha ainda o “soerguimento do municipalismo”, o corte do “topete postiço da cúpula administrativa” e o livre crescimento dos “bigodes reais da autonomia municipal”¹⁵⁹. Isto porque entendia que seus planos para Montalvânia eram constantemente barrados ou protelados em função de medidas governamentais estaduais:

“Compete aos municípios, a força atuante e a *célula vital* da Nação, unirem-se em torno do ideal comum de sua emancipação absoluta, criando condições favoráveis ao seu próprio desenvolvimento social, econômico, sanitário e educacional, fazendo-se respeitar condignamente.

“Desobriguemos a administração superior de tutelar-nos naquilo que é de nosso peculiar interesse e assumamos a responsabilidade de resolver nossos próprios problemas, já que o fracasso das cúpulas é irritante”.¹⁶⁰

¹⁵⁴ Carta ao Presidente Arthur da Costa e Silva, 13/05/1969. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

¹⁵⁵ Carta ao Ministro Abgard Renault, 13/05/1969, grifo meu. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

¹⁵⁶ Carta ao Comandante da 4ª Brigada de Infantaria, 28/04/1976. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

¹⁵⁷ Carta ao Presidente Arthur da Costa e Silva, 13/05/1969. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Folheto de Propaganda Política, 1962. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, grifo meu.

A autonomia da “célula vital”, surge como meio de mantê-la saudável e, por extensão, o resto do “corpo”:

“Admito e acho necessário o entrosamento das administrações municipal, estadual e federal como célula, órgão e organismo; as doenças nunca são intrínsecas a um órgão, mas invadem-no.”¹⁶¹

A corrupção que se disseminava no governo estadual, os tributos e multas indevidas, as exorbitâncias fiscais e os desvios de recursos, enfim, os entraves que prejudicavam e retardavam o crescimento saudável de Montalvânia, célula do organismo revolucionário, eram sinal da doença que minava o órgão; a denúncia assume ares de medida profilática para manter a integridade do corpo:

“Senhor Presidente, o Estado de Minas está sendo um espelho côncavo-convexo que deforma todo o conteúdo revolucionário, a perturbar o trabalho e a confundir a ordem, propalando espelhar a própria Revolução!”¹⁶²

A metáfora orgânica¹⁶³ também justifica “o estremecimento causado pelo tirocínio” do golpe como combate à doença. A violência estatal derramada com as medidas repressivas, a “mácula bélica na revolução”, se redimia por sua finalidade, reprimir sua própria desmoralização, caso contrário o movimento estaria incentivando seu desmoronamento através da omissão. A ditadura militar vinha salvar a nação da ruína moral com sua coerência disciplinar, seu senso de responsabilidade, sua visão da pátria acima do interesse individual¹⁶⁴, missão compartilhada e antecipada por Montalvão.

Mas a malha da Conspiração se tecia em surdina, e novamente sob o comando de um grupo “anterior” à ruptura política que se instalara para reordenar a sociedade – na década de cinquenta urdida pelos coronéis, no poder antes da “miniatura de revolução” levada a cabo por Montalvão, em 1969 agia o governo civil derrubado pelo golpe:

¹⁶¹ *Carta ao Comandante da 4ª Brigada de Infantaria*, 28/04/1976. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

¹⁶² *Carta ao Presidente Arthur da Costa e Silva*, 13/05/1969. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

¹⁶³ Sobre a metáfora política do corpo em regimes autoritários e a “desincorporação” democrática ver LEFORT, Claude, “A Imagem do Corpo e o Totalitarismo”. In: *A Invenção Democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1987 e “A Questão da Democracia”. In: *Pensando o Político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹⁶⁴ *Carta ao Comandante da 4ª Brigada de Infantaria*, 28/04/1976. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

“Há de ter verificado a argúcia de V. Excia. que o Estado de Minas é uma nota dissonante na sinfonia revolucionária, com sutilezas de reflexos desmoralizadores, reflexos de deflexões. Quando o desfibramento civilista se acomoda em meios que o possam salvaguardar, os seus fins continuam latentes como o veneno crotálico¹⁶⁵ que mais se concentra na hibernação. Essa concentração é exatamente a virulência das seqüências perturbadoras nas células nacionais, que propiciam o desespero de causa, a improdutividade e a debandada inconseqüente.”¹⁶⁶

A identificação reiterada por Montalvão entre si e os militares, entre a trajetória da cidade e a marcha da “revolução”, dá a Montalvânia um aspecto quase de sinédoque de Brasil, seu rumo e os fatores que a ameaçavam, estendidos ao conjunto do país:

“Porém, para onde irá a ordem e o progresso do meu município? Para onde irá o áureo-verde pendão revolucionário? Eu me pergunto embasbacado e transfiro a pergunta à suprema *consciência* da Nação, tão bem presidida por V. Excia. e confiante na responsabilidade corretiva assumida.”¹⁶⁷

A cabeça é o corpo na medida em que lhe confere identidade, mas ao mesmo tempo é também seu guia, sua consciência. O presidente, *consciência* do país, Montalvão, *consciência* de seu povo. Povo que imerge, homogêneo, na unidade, na harmonia, na ausência de conflito, de divisões... No “pensar” e “planejar” o bem comum, justificavam-se as contradições e os excessos de autoridade de Montalvão, incluindo-se aí o uso de força e violência. Suas ambigüidades diluem-se e ocultam-se num discurso pragmático onde tudo que é feito o é em função de equacionar as questões que se colocam de forma a atender o maior número possível de expectativas - o que faz com que o fato de alguns serem “sacrificados” passe por irrelevante ou mesmo despercebido. Os fins, mais que apenas justificar os meios, os ofuscam.

Personagem que se destaca como o guia providencial da transformação da realidade insatisfatória, denúncia daqueles que não apenas são responsáveis por esta insatisfação como tentam impedir a realização dos anseios coletivos... A apresentação de um *outro lugar* onde será possível satisfazer os anseios do grupo. A indicação do Bem e do Mal na representação satanizada do jogo político se prolonga e se projeta em outra representação: a utopia da Cidade Ideal, sem males ou vícios, sem conflitos sociais ou políticos. Utopia e o mito se fundem na medida em que o dinamismo da utopia, a representação da comunidade do futuro e do homem

¹⁶⁵ Veneno de cascavel, crótalo é o gênero a que pertence a espécie.

¹⁶⁶ *Carta ao Presidente Arthur da Costa e Silva*, 13/05/1969. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

que a comporá, vem do fato dela conter e estruturar a promessa de mudança anunciada pelo mito¹⁶⁸. Contendo e estruturando um mito político, também estratégia política, a fundação da Cidade é, ela também, um projeto político.

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, grifo meu.

¹⁶⁸ BACZKO, 1985 (b), *op. cit.*

**“TRACEI MEUS PENSAMENTOS
EM FORMA DE CIDADE” – A
PROJEÇÃO ESPACIAL DO MITO
POLÍTICO**

*“A cidade se embebe como uma esponja
dessa onda que reflui das recordações e se
dilata. Mas a cidade não conta o seu passado,
ela o contém como as linhas da mão, escrito
nos ângulos das ruas, nas grades das janelas,
nos corrimãos das escadas, nas antenas dos
para-raios, nos mastros das bandeiras, cada
segmento riscado por arranhões, serradelas,
entalhes, esfoladuras”.*

Ítalo Calvino – As Cidades Invisíveis.

4.1 – A cidade que “surgiu por encanto”

“Ele montou no cavalo e veio aqui sondar, aqui na Barra do Cochá. Ele achou que aqui dava pra fazer uma cidade, pra ficar independente de Manga. Ai quando foi assim mais ou menos umas sete horas da noite... – ele saiu cedo, ninguém deu o Norte dele, não sabia onde estava – aí quando foi mais ou menos sete horas ele chegou, eu estava ligando o motor nos fundos da casa pra fazer a irrigação lá nas ruas de Poções. Aí ele chegou e pegou em mim assim, deu até um choque, foi pelas costas: ‘Deco, comprei a Barra! Vou fazer a cidade lá com o nome de Montalvânia. E você vai pra Barra do Cochá amanhã bem cedo com um ajudante e as coisas todas que é pra nós já fazer a cidade’”¹⁶⁹.

Montalvânia foi oficialmente inaugurada em 22 de abril de 1952. Depois de abertas as primeiras ruas e praças, para morar lá bastava solicitar um lote ao fundador. As primeiras casas eram de “madeira a pique, barreada com a mão e coberta com palha de coco¹⁷⁰”, madeira retirada ali mesmo, na mata da fazenda Barra do Cochá. Logo vieram as casas de adobe e as telhas de argila fabricadas em mutirão.

Os primeiros moradores – na verdade os primeiros trabalhadores, responsáveis pela abertura das ruas, etc.- eram, em sua maioria, homens, que nos momentos de folga voltavam para suas cidades em busca de diversão e companhia feminina (“Aí quando dava assim sábado, domingo cedo, nós ia tudo pra Poções, pegava os animal do Manoel Rodrigues e ia pra Poções namorar.”¹⁷¹). Preocupado em fixá-los na cidade, temeroso de que se casassem e abandonassem Montalvânia, Montalvão tomou providências: construiu, nos arredores do centro, uma grande casa para sediar o “Monte Vênus” e a ofereceu à uma prostituta de Manga, para que tocasse o negócio. Também buscou, nos lugarejos próximos, famílias humildes com filhas moças e solteiras para morarem em Montalvânia. Diversas casinhas foram por ele construídas para este fim, receber as moças casadouras, “encomendadas” para seus operários (“Aí tinha até escolha, quem chegava primeiro tinha o dizer ‘boi que vai na frente bebe água limpa’”¹⁷²).

Com os primeiros habitantes mais ilustres vieram os primeiros empregos: mão de obra para as construções na cidade e nas fazendas. Exigência do fundador, os mais ricos davam trabalho aos mais pobres. Os mais pobres eram pessoas simples, que em sua maioria tinha

¹⁶⁹ Conforme depoimento do Sr. Valdemar Joaquim do Carmo, operário responsável pela abertura das primeiras vias públicas de Montalvânia. Segundo ele, Montalvão teria lhe dado as orientações quanto à localização das ruas e praças da cidade a partir de um desenho feito numa tampa de caixa de papelão.

¹⁷⁰ Conforme depoimento do Sr. Leonardo Lessa Marinho.

¹⁷¹ Conforme depoimento do Sr. Valdemar Joaquim do Carmo.

passado boa parte da vida trabalhando no campo para os outros, sofrendo com a seca e a fome, e que agarravam a oportunidade que o destino lhes oferecia. Vinham do Sertão afora, da Bahia, de Pernambuco, vinham da região mesmo. Montalvânia era a terra da promessa que enfim se avistava. Os mais ricos eram criadores de gado, agricultores, comerciantes, profissionais liberais... Eram pessoalmente contatados por Montalvão, que lhes propunha a doação e mudança imediata, com a escritura do terreno escolhido na planta da cidade.

Grande parte do êxito de Montalvão deveu-se a nova cidade por ele criada. É a partir da fundação de Montalvânia, e de todas as representações em torno dela, que ele se elege e assegura seu poder político. Isto porque a proposta da Cidade Ideal sintetizava alguns dos pontos principais de sua campanha: melhoria na qualidade de vida e possibilidade de ascensão social e o fim do subjugo aos coronéis. Percebe-se ao longo de sua trajetória uma prática de proteção tutelar e satisfação de aspirações econômico-sociais que foram estimuladas e intensificadas em sua atuação na região.

No discurso que precedeu e acompanhou a criação de sua cidade, Montalvão se arvorava o condutor do progresso e da modernidade aos confins do Sertão mineiro, aquele que combateria a miséria e a opressão vividas em Manga com a igualdade social e o desenvolvimento econômico que os habitantes de Montalvânia em breve experimentariam. As promessas de rápido crescimento da cidade e as vantagens que Montalvão oferecia opunham-se agudamente à realidade econômica do Norte de Minas da década de 1950. O sonho da “cidade moderna e progressista (...) palco de transformações emergenciais” atraiu centenas de famílias pobres do Norte do Estado e Sul da Bahia logo nos primeiros anos de sua fundação.

Para que Montalvânia crescesse e prosperasse como queria seu fundador era preciso também, e fundamentalmente, que seus cidadãos acreditassem nela. Era preciso, pois, que as promessas que envolviam a cidade fossem cumpridas, que fossem entendidas como cumpridas. Como projeção espacial do mito político a fundação da Cidade configura-se o oferecimento efetivo de um lugar onde os conflitos, desagregadores por excelência, não existirão. Montalvão pretendeu cuidar, no planejamento detalhado da cidade, para que a harmonia não apenas se instalasse como perdurasse.

Profissionais liberais, técnicos diversos, comerciantes e fazendeiros de várias cidades do Norte de Minas e outros Estados eram pessoalmente contatados por Montalvão e recebiam ofertas de fazendas, terrenos na cidade, isenção fiscal e outros incentivos para que lá se instalassem.

¹⁷² Idem.



Avenida Confúcio

Os interessados escolhiam seus lotes na planta, os das esquinas do centro eram reservados para comércio e prestação de serviços e os demais para residência. Os terrenos da periferia eram bem maiores, destinados a chácaras com espaço para horticultura e criação de pequenos animais. Prédios públicos como escolas, hospital e posto de saúde não ocupavam os lotes mais valorizados e atraentes aos investidores como os do centro. A prefeitura é, ainda hoje, a única construção pública na praça central.

Neste urbanismo bastante incipiente podem ser distinguidos três setores na distribuição espacial original: o centro comercial e empresarial, as áreas residenciais urbanas e, na periferia da cidade, as chácaras. A localização dos lotes maiores, destinados à produção doméstica de alimentos, pode ser entendida como um meio de manter a área urbana “higienizada”: hortas, chiqueiros, galinheiros etc., preferencialmente na periferia da cidade. Outras medidas foram tomadas para manter o “bem estar social”: as casas vizinhas deveriam respeitar uma distância mínima entre suas paredes laterais e entre a fachada e a rua e ser fechadas por muro de altura mínima de 1.80m¹⁷³ para garantir a privacidade de seus moradores e inibir a proliferação de boatos e intrigas¹⁷⁴.

À medida que os primeiros investidores atraídos por Montalvão, os comerciantes e fazendeiros ricos, os “capitalistas esclarecidos”¹⁷⁵, se instalavam na cidade, Montalvão foi atacado pela população pobre, os primeiros moradores de Montalvânia, com a acusação de só se interessar “pelos ricos”. A esse questionamento ele respondia que estava “trazendo o poder”¹⁷⁶. O “poder” do dinheiro, que os moradores de então não possuíam e cujos benefícios eram necessários. Um dos conflitos, senão o maior, denunciado em Manga e sobre o qual Montalvão se fez como político, era justamente a exploração pelos coronéis da população pobre da cidade:

“Muito ruim istava a Sede
sufocada em sofrimento,
chupano o dedo, sozinha,
chamano vento na rede,
quando viu ni um momento
Don’Água chegá-se rindo
tod’ela dismilinguino
Se ofreceno prá meizinha.

¹⁷³ *Código de Posturas Municipais*, Lei 93/66, Arquivo da Prefeitura Municipal de Montalvânia.

¹⁷⁴ Conforme depoimento do Sr. Valdemar Joaquim do Carmo.

¹⁷⁵ Monte Lopino (Pseudônimo de Antônio Montalvão). “A descentralização Industrial”. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 06/07/1957.

¹⁷⁶ Conforme depoimento do Sr. Valdemar Joaquim do Carmo.

“- Vancê de mim não tem dó -
foi a Sede replicano
- Vancê qué é me dá sal
prá mim lhe dá mais suor.
E de quatro em quatro ano
vancê me enche de promessa
e me vira prá avessa
preu ficá no seu curral.
(...)
“Hoje em dia toda gente
tem izempro, tem lição,
das miséria aqui sofrida
por amigo, por parente
sem vivê a nossa vida
teno sua mira na nuca,
nossa boca na cumbuca
temeno prissiguição.”¹⁷⁷

A sublevação da população contra o domínio eleitoral dos coronéis traz implícito o reconhecimento da segmentação social em classes conflitantes, mas não adquire o aspecto de substituição da classe no poder pela até então dominada. O que Montalvão propõe é a transferência dessa população espoliada para a Cidade, onde não há lugar para exploração de tipo algum; seu discurso assume uma trajetória messiânica na medida em que a liberdade do jugo pelos coronéis se dará plenamente apenas na nova cidade, lá não haverá submissão e exploração, mas cooperação e colaboração. Seu interesse “pelos ricos” poderia então se configurar como uma traição aos objetivos anteriormente traçados, dada sua potencial ameaça de reinstalação da situação anterior de domínio por uma mínima, contudo poderosa, parcela da população. Mas a justificativa de Montalvão anula esta possibilidade ao mesmo tempo em que desloca a participação dos “capitalistas” na sociedade para outro lugar, condizente com a imagem do “Montalvão dos camponeses”: ao contrário do que acontecia até então, era chegada a vez do poder econômico privado ser revertido para o conjunto da coletividade, suas vantagens e benefícios utilizados no desenvolvimento da cidade. Tal revertério se daria sob os auspícios do Administrador¹⁷⁸.

¹⁷⁷ MONTALVÃO, *Cochanino*, s/d. Provável folheto de propaganda política de sua campanha para prefeito em 1958. O diálogo entre a Água (os coronéis) e a Sede (o povo) denuncia o mau uso de verbas federais para o município e as perseguições dos coronéis aos seus desafetos políticos.

¹⁷⁸ A formulação dessa idéia de cooperação entre capital e trabalho, como característica do “Brasil brasileiro”, foi cristalizada, sabemos, por Getúlio Vargas. A existência da classe trabalhadora é admitida, mas os riscos de sua ação política são neutralizados através de mecanismos institucionais - a legislação trabalhista - e imaginários - a idéia do

Perseguindo seu sonho maior de transformar Montalvânia num pólo regional de desenvolvimento, Montalvão investiu todos os seus recursos e esforços na cidade, realizando obras pioneiras no extremo Norte de Minas e incluindo-a em projetos do orçamento federal. Montalvânia foi a primeira cidade da região a ter suas ruas asfaltadas; no início da década de 1970 Montalvão conseguiu a inclusão da cidade no Plano Nacional de Telecomunicações e a transformação do polígono Carinhanha-Urucuia-São Francisco em micro-região administrativa.

Com o início das obras de construção de Brasília é para lá que se dirige sua atenção, unir as duas cidades através de uma estrada seria apenas dar materialidade e concretude a um vínculo que já existia: a nova capital, símbolo do país que se modernizava, surgia, tal qual Montalvânia, planejada, fincada no cerrado, também símbolo de modernidade e desenvolvimento.

4.2 – “Montalvânia/Brasília: Um Pulo de Sapo” – desenvolvimento regional contra o êxodo para as grandes cidades

Em 1957 têm início os esforços de Montalvão para ligar Montalvânia e Brasília através de uma rodovia, oferecendo a construção da estrada ao Governador de Goiás e solicitando que este convencesse o Presidente da República de que a rodovia “por certo seria benéfica para rapidamente enraizar Brasília”¹⁷⁹:

“Já com bastante prática na construção de rodovias, eu me proponho fazer tal ligação complementar [entre Brasília e a já existente rota Carinhanha/Salvador] com ajuda mínima e no prazo de 3-4 meses, abrindo-se assim o caminho Salvador/Brasília.”

Mas seu desejo de unir as duas cidades teria que esperar até meados da década seguinte; somente com o apoio do deputado Vasco de Azevedo Filho, membro da Comissão de Transporte na Câmara Federal, em 1966, começariam as obras da estrada. Concluído no ano seguinte, o trecho da BR-030 que unia Montalvânia a Brasília, denominado Via Cochanina, foi entregue à população da cidade como meio de favorecer o entrosamento entre sertanejos e metropolitanos:

“Para nós, cochaninos, é de palpitante importância o contato com Brasília, cujo intercâmbio comercial e social nos trará sensíveis proveitos.

governante como “pai dos pobres”, responsável pela direção e vigilância da colaboração entre as classes. Ver CHAUI, 2000: 31-46, *cit.*

¹⁷⁹ *Carta ao Governador de Goiás, Pedro Ludovico, 03/05/1957. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.*

Conhecer a capital federal é uma necessidade do nosso povo, para sentirmos que o diabo não é tão feio como se pinta, sem razões para complexos de inferioridade entre sertanejos e metropolitanos.

Ademais, sendo nós tão espoliados pelas orgias da alta civilização, precisamos dela recuperar algo do que nos suga e, sendo o Brasil um país de exceções, de “perto dos olhos, perto do coração”, temos de ir de unhas afiadas para o banquete administrativo.”¹⁸⁰

Para intensificar a ligação com Brasília, “olhos” do governo federal, Montalvão iniciou uma campanha de popularização da estrada, para promover o uso da mesma e incentivar o comércio com a capital federal. Durante um ano, entre 1967-68, viagens semanais gratuitas foram feitas em uma pick-up Willys, guiada pelo próprio Montalvão, ornada com a faixa MONTALVÂNIA/BRASÍLIA: UM PULO DE SAPO.

Os produtores rurais de Montalvânia eram orientados quanto às vantagens de se adaptar às demandas da capital e lá comercializar sua produção: o gado da região, pela demora e dificuldade de transporte, era vendido como magro quando chegava ao mercado de destino. Com o rápido transporte de carreta até Brasília os bois seriam vendidos “computando o valor até de seus cabelos”¹⁸¹. As frutas e galinhas consumidas em Brasília eram adquiridas em São Paulo e Santa Catarina, muito mais distantes que Montalvânia, motivo, então, para que produtores locais intensificassem a fruticultura e a avicultura, conforme sugeria seu “tino econômico”¹⁸².

A estrada era utilizada também como meio de estimular o intercâmbio entre Montalvânia e as outras cidades ao longo de seu trajeto, visando o enraizamento da população, promovendo festas e o contato e as relações entre os jovens, que com frequência abandonavam suas cidades para tentar vida melhor nos grandes centros urbanos:

“E, pior que tudo, a orgia do existencialismo da falsa nobreza é um ópio secreto a atrair nossos filhos, deixando-nos numa perspectiva gélida de que, por hipnose, venham nossos filhos a abandonar estes prados olentes que com tanto sacrifício e espontaneidade levamos a nossa vida dignificando-os para eles.

“Faz-se oportuno que cochaninos e urucuianos ponham em prática essa Festa do Cuco, usando uma semana no meio do ano e outra no fim para a troca de visitas de suas famílias.”¹⁸³

Esta preocupação com o êxodo para os grandes centros urbanos já se manifestava em meados de 50. Para Montalvão, uma das maneiras de manter a população na região seria desenvolvê-la, seu objetivo maior, garantindo que ali seriam encontradas as oportunidades que

¹⁸⁰ Montalvão, *Via Cochanina*, Montalvânia, 20/10/1967.

¹⁸¹ *Idem, ibidem.*

¹⁸² *Idem, ibidem.*

atraíam os jovens para os centros urbanos. O problema da alta densidade demográfica das grandes cidades era consequência do despovoamento da zona rural; em suas palavras, o desemprego em massa e a alta da criminalidade eram resultantes do “superenfavelamento” das cidades, sendo tudo isso

“o corolário lógico do princípio de dissolução da vida rural, da centralização demográfica, comercial e industrial. Evadiu-se o lavrador, a agricultura dissolveu-se, transportaram-se para os grandes centros os grandes valores econômicos, condensou-se a vida ativa do país, sem alicerces”¹⁸⁴.

A par com seu projeto de desenvolvimento regional, ele propunha uma correção produtiva de nivelamento econômico, descentralização financeira, comercial e industrial, antes que a indústria e o comércio se paralisassem com o veloz empobrecimento do operariado e classe média das grandes cidades. Uma solução seria o investimento em regiões como a de Montalvânia, superando seu isolamento e facilitando o acesso a fim de se explorar sua potencialidade. Para atrair moradores e investidores a Montalvânia, a região era supervalorizada por seu potencial produtivo agropecuário, industrial e turístico, por suas belezas naturais:

“A organização ali de uma empresa industrial de transformação dos produtos regionais é oportuníssima, é uma meta super lucrativa para a inversão de capital (...)

“Uma avançada organização comercial e industrial ali viria usufruir as vantagens insofismáveis desse campo livre e amplo, dessa soberba fonte de rendas, permitindo ainda aos agricultores a dedicação total do seu tempo ao cultivo, que alcançará proporções ilimitadas.”¹⁸⁵

Para incentivar a instalação local de indústrias, logo depois da compra das terras da cidade foi construída uma represa no rio Cochá, para irrigação e disponibilização do potencial hidrelétrico do rio¹⁸⁶. Mas a obra foi entregue à população em meados da década de cinquenta não como estímulo à instalação de “capitalistas esclarecidos” na cidade e sim como benefício para os pequenos agricultores que mais sofriam com as secas em sua falta de recursos para irrigação. Seu nome era “Represa do Camponês”.

Brasília foi apresentada como o agente civilizador do desértico Planalto Central, como prenunciadora de um “desenvolvimento invertido no qual a capital cria a civilização sobre a qual

¹⁸³ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁴ *Diário de Minas*, 06/07/1957, *op. cit.*

¹⁸⁵ *Idem, ibidem.*

exerce radiosa soberania”¹⁸⁷. A identificação de Montalvânia com Brasília é tão evidente para Montalvão que fará com que ele tome de empréstimo um dos mitos de fundação “oficiais” da capital: o de que ela se localizava na Terra Prometida, sonhada no final do século XIX por Dom Bosco, padroeiro de Brasília por este motivo:

“Entre os paralelos de 15° e 20° havia um leito muito largo e muito extenso que partia de um ponto onde se formava um lago. Então uma voz disse repetidamente: - Quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui grande civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza incomparável. E essas coisas acontecerão na terceira geração.”¹⁸⁸

A estrada ligando Brasília ao litoral baiano foi incluída no Plano Nacional de Viação em 1970 com a denominação de Via Dom Bosco. De acordo com a interpretação do deputado relator do projeto, General Vasco Filho (o mesmo cujo auxílio permitiu a conclusão do trecho Montalvânia/Brasília) a capital nascera 77 anos depois do sonho de Dom Bosco, portanto na terceira geração, abaixo do paralelo 15° e num ponto onde havia um lago – na verdade, um lago criado artificialmente, o lago Paranoá¹⁸⁹. A localização da Terra Prometida, na capital do “país do futuro”, confirmava as grandezas destinadas ao Brasil por sua localização geográfica. A revitalização desse mito na década de setenta sustentou-se na geopolítica dos militares, que ensinava que o destino magnífico do país seria alcançado pelo impulso da ditadura que fortaleceria a vontade nacional. E a geopolítica de Montalvão se apropriou do mito da Terra Prometida, deslocando sua localização: não no ponto onde fora construída Brasília, mas “em algum lugar” por onde passava a Via Dom Bosco...

“... a rota da sonhada Via Dom Bosco, a BR-030, fadada a *passar* numa terra prometida onde correm rios de leite e mel e jazem fabulosos tesouros escondidos...”¹⁹⁰

Estes “tesouros escondidos”, que aguardavam o momento e, principalmente, aquele capaz de revelá-los, não dizem respeito apenas à possibilidade de aquisição de bens materiais, mas também de conhecimentos, afinal Montalvânia seria a “nova capital mental da humanidade”... O

¹⁸⁶ *Diário de Minas*, 06/07/1957, *op. cit.*

¹⁸⁷ HOLSTON, James. *A Cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993:24.

¹⁸⁸ Dom Bosco, “Memorie Biografice”, vol. XII, citado por Vasco Filho na justificação do Projeto 2064/69. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 20/08/1970.

¹⁸⁹ HOLSTON, *op. cit.* p. 21.

eixo central da cidade é a praça Cristo Rei, cortada pela avenida Confúcio, a principal artéria de Montalvânia; todas as demais ruas e avenidas receberam nomes de personagens históricos ou míticos - avenidas Buda e Copérnico; praça Adônis; ruas Hegel, Zoroastro, Santayana, Marx... Nas palavras de Montalvão, o objetivo da organização desse “mosaico” foi unir diversas correntes filosóficas e religiosas em torno do moralismo de Confúcio e do Cristo Rei para representar sua “descrença em Deus e no conhecimento único”¹⁹¹.

4.3 – “*Tracei meus Pensamentos em Forma de Cidade*” – a planta de Montalvânia como texto

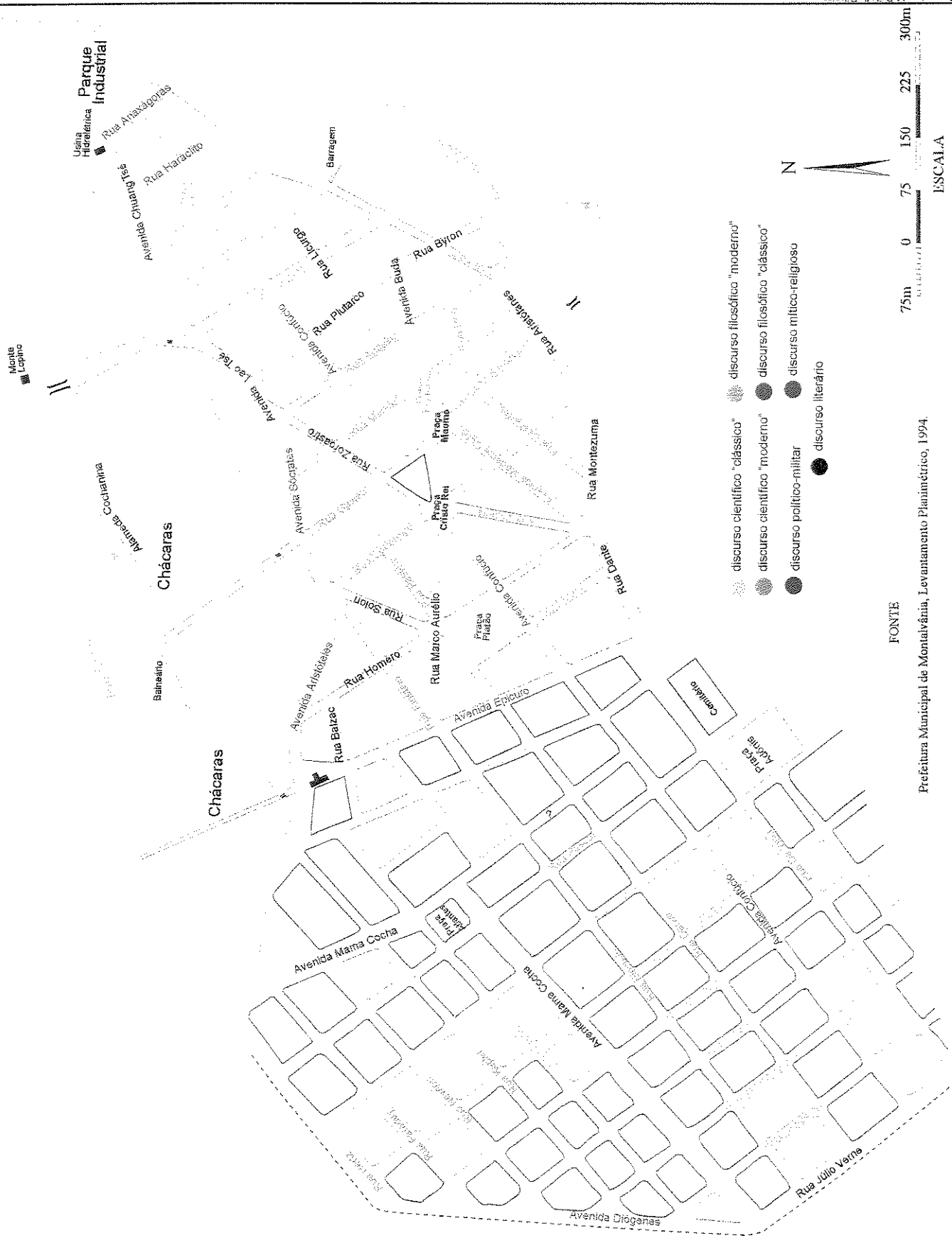
Como um pronunciamento, um filme ou uma pintura religiosa, o desenho de uma cidade e a distribuição espacial de suas ruas e avenidas são também um lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem e funcionamento da discursividade. Partindo deste pressuposto detive-me em uma observação mais detalhada da planta da cidade, buscando a distribuição espacial e a relação de conjunto desse peculiar elenco de personagens que nomeia as vias públicas de Montalvânia.

Duas plantas baixas da cidade fazem parte do *corpus* de fontes reunidas ao longo da pesquisa; a primeira delas data de 1958 e a segunda de 1994. Neste intervalo de tempo a cidade cresceu, como era de se esperar, e os novos loteamentos (aos quais me refiro como “cidade nova”) foram abertos ainda durante o período em que Montalvão participava da administração pública – direta ou indiretamente. Inicialmente pretendia trabalhar apenas com a planta “original” (registrada em cartório em 1958), mas perceber os significativos acréscimos e substituições de nomeações que aparecem na planta mais recente me levou a fazer algumas comparações entre os dois mapas ¹⁹². As modificações que essas comparações evidenciam fazem parte da historicidade do projeto urbano de Montalvânia.

¹⁹⁰ MONTALVÃO, *Revista do Brasil Remoto*, n. 4, s/d, grifo meu. Cinco exemplares da revista foram publicados entre 1972 e 1975 (cf. Sr. Joaílson Carneiro de Moraes).

¹⁹¹ MONTALVÃO, entrevista a Bob Fernandes, *Jornal do Brasil*, *op. cit.*

¹⁹² Estas modificações, que podem ser vistas na planta de 1994, situam-se entre as décadas de 1960 e 1970, mas sem que tenha sido possível rastrear sua progressão com um mínimo de exatidão.



ELNOR

Prefeitura Municipal de Montalvânia, Levantamento Planimétrico, 1994.

PLANTA 2 - MONTALVÂNIA, 1994

Entre o começo da década de 1950 - quando do início dos loteamentos da fazenda adquirida para sediar Montalvânia - e 1958, foram abertas 38 vias, entre ruas e avenidas, e 4 praças, todas batizadas em homenagem aos “companheiros de tertúlias” de Montalvão. Posteriormente, com a abertura de novos loteamentos, foram acrescentados mais 20 vias e 2 praças, totalizando um rol final de 64 nomes.

No projeto urbanístico original a cidade ocupava a área próxima à barra do rio Poções, limitada por este a Leste e pelo rio Cochá a Norte (planta 1). A distribuição das ruas, na extremidade esquerda da planta, conflui para a praça Cristo Rei e, na extremidade direita, apresenta-se num traçado quadrangular, com ruas paralelas e transversais. É curioso notar que a parte “nova” da cidade, que se desenvolveu para Oeste, ou à esquerda da planta, apresenta este mesmo “paralelismo”, compondo o desenho atual da cidade com um centro radial e uma malha quadrangular nas duas extremidades (planta 2).

A análise das plantas, inspirada na análise de discurso¹⁹³, toma como ponto de partida a noção de que os nomes das ruas e praças de Montalvânia não têm significado em si mesmos, apenas no *texto* do qual fazem parte, o mapa, e meus esforços deram-se no sentido de buscar remeter este texto ao discurso que o fundamenta¹⁹⁴. Enquanto texto, o mapa possui uma série de enunciados, os nomes das ruas, que por sua vez pertencem a discursos diferentes, é do próprio Montalvão a apropriada imagem de um mosaico para se referir ao desenho da cidade com o rol de nomes escolhidos para compô-lo. Qual a ordenação desse aparente caos de referências históricas e teóricas, qual o sentido produzido pelo “mosaico” de Montalvânia, eis a principal questão suscitada pela planta da cidade.

Para tentar operar com esta aparente dispersão enunciativa, melhor dizendo, para buscar a costura dessa dispersão, procurei agrupar as diversas nomeações de acordo com os discursos dos quais pareciam provir. Identifiquei, desse modo, cinco grande categorias operacionais, cinco discursos de filiação das nomeações, construções guiadas, principalmente, pelas atividades desempenhadas pelos personagens representados nos nomes dos logradouros públicos.

A distribuição espacial de cada uma dessas categorias foi primeiro analisada individualmente e posteriormente em conjunto, à procura de possíveis conexões e/ou complementaridades entre elas. A observação da disposição de cada categoria no espaço

¹⁹³ A respeito da análise de discurso ver ORLANDI, Eni. *A Linguagem e seu Funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983 e, da mesma autora, *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

¹⁹⁴ “Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa”. ORLANDI, 1996:52, *op. cit.*

constitutivo da cidade demonstrou, em alguns casos, ser necessário subdividi-las de acordo com um atributo específico, um amplo divisor cronológico entre personagens da Antigüidade, que chamei de “clássicos”, e contemporâneos ou posteriores ao século XVI¹⁹⁵, que denominei “modernos”. Isto porque vários enunciados parecem estar dispostos em grupos, às vezes por associação a este atributo, às vezes em oposição, como veremos.

Discurso	Enunciado (1958)	Enunciado (1994)
Mítico-religioso	Buda, Zoroastro, Cristo Rei, Maomé.	Buda, Zoroastro, Cristo Rei, Maomé, Lao Tsé, Chuang Tsé, Mama Cocha, Adônis, Atlantes.
Literário	Plutarco, Homero, Byron, Balzac, Dante.	Plutarco, Homero, Aristóфанes, Byron, Balzac, Dante, Julio Verne.
Filosófico	Epicuro, Sócrates, Aristóteles, Tales, Confúcio, Platão, Hegel, Voltaire, Marx, Kant, Espinoza, Santayana.	Epicuro, Sócrates, Aristóteles, Heráclito, Anaxágoras, Confúcio, Platão, Diógenes, Plutarco, Hegel, Voltaire, Marx, Espinoza, Santayana, Freud, Nietzsche, Emerson, Montaigne, Kant, Rousseau, Comte, Schopenhauer, Gandhi.
Político-militar	Aníbal, Cícero, Alexandre, César, Cleópatra, Marco Aurélio, Licurgo, Sólon, Moisés, Salomão, Maquiavel, Montezuma, Napoleão.	Marco Aurélio, Licurgo, Sólon, Montezuma.
Científico	Pitágoras, Mme. Curie, Agassiz, Mendel, Galileu, Descartes, Copérnico, Pasteur.	Pitágoras, Arquimedes, Leucipo Filolau, Hiparco, Mme. Curie, Agassiz, Mendel, Galileu, Descartes, Copérnico, Pasteur Hertz, Haeckel, Faraday, Newton, Kepler, Einstein, Pascal, Darwin, Da Vinci.

Quadro de classificação dos personagens que nomeiam os logradouros públicos de Montalvânia por categoria discursiva

Os Discursos e seus Enunciados

a) O discurso mítico-religioso

No que identifiquei como discurso mítico-religioso, aparecem 6 personagens históricos que atuaram como lideranças espirituais e estabeleceram as bases de sistemas religiosos e 3 figuras míticas. Pertence a esta categoria a praça central, Cristo Rei, um dos enunciados definidores, segundo Montalvão, do sentido maior de seu desenho da cidade, mas também Maomé, Buda e

¹⁹⁵ A única exceção é Dante Alighieri (1265-1321).

Lao-Tsé. Este discurso talvez devesse ser denominado *da tolerância religiosa*, ele ressoa na distribuição de lotes, desde a fundação de Montalvânia, para instalação de várias seitas: a Católica, a Apostólica Brasileira, diferentes igrejas evangélicas e um centro espírita.

Ao se comparar as plantas de 1958 e a de 1994, uma diferença bastante significativa se destaca. No mapa original existem apenas personagens históricos, somente na “cidade nova” aparecem as figuras míticas, divindades e seres mitológicos. Estas nomeações são, provavelmente, consonantes com o período em que Montalvão dirige seu interesse a assuntos mítico-esotéricos; datam da década de 1970 vários textos e as publicações da *Revista do Brasil Remoto*, que registram suas idéias sobre as equivalências dos pensamentos mítico-religiosos de várias populações.

Entre os personagens míticos está Adônis, não casualmente nomeando a praça ao lado do Cemitério: o mito de Adônis, amante oriental de Afrodite, prende-se aos ritos simbólicos da vegetação, ao ciclo de morte e ressurreição da semente, ligado portanto à morte e à separação¹⁹⁶. Os outros dois enunciados míticos são Mama Cocha e Atlantes, este nomeando uma praça “envolvida” pela avenida Mama Cocha. Não encontrei nenhuma referência a Mama Cocha, talvez trate-se de uma construção do próprio Montalvão, inspirada em Pacha Mama, a deusa mãe-terra, divindade quéchua da fertilidade, e no rio Cochá. O nome deste rio que banha a cidade, apesar de ser Tupi, para Montalvão derivava de *cocha* (lago em quéchua) e sinalizava uma ligação anterior entre Montalvânia e o lago *La Cocha*, na Bolívia:

“Situou-se Montalvânia às margens do rio Cochá, onde fora o Mama Cocha ou Lago Matriz da Humanidade, no vale do Carinhonha ou Mar-dos-Caris (Karis=Cristos) (...)”¹⁹⁷

¹⁹⁶ Adônis era filho de Mirra (ou Esmirna) com seu pai Téias, rei da Síria. Tal paixão incestuosa foi concebida por Afrodite, em castigo à pretensão de Mirra em competir com sua beleza. Enganando o pai para unir-se a ele, Mirra foi descoberta por Téias após 12 noites consecutivas de amor. Para fugir à ira do rei, que pretendia matá-la, a jovem colocou-se sob a proteção dos deuses, que a transformaram na árvore que leva seu nome. Meses depois, a casca da árvore se abriu e dela nasceu Adônis. Encantada com a beleza da criança, Afrodite recolheu-a e confiou-a a Perséfone, para que a criasse. Essa, entretanto, encantou-se também com Adônis e recusou-se a entregá-lo a Afrodite. A disputa entre as deusas foi arbitrada por Zeus, que determinou que Adônis passaria um terço do ano com cada uma das duas e o restante onde lhe aprouvesse. Adônis seria morto mais tarde por um javali posto contra ele por Ártemis. A pedido de Afrodite, Zeus mais uma vez interferiu e transformou o rapaz em anêmona, flor da primavera, e consentiu ainda que ele ressurgisse quatro meses ao ano para viver ao lado de sua amante. A anêmona, findos os quatro meses da primavera, fenece e morre. Para perpetuar a memória de seu grande amor, foi instituída por Afrodite uma festa fúnebre, celebrada anualmente na entrada da primavera – o plantio dos *Jardins de Adônis*. Cf. BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1986, 1:218-220.

¹⁹⁷ MONTALVÃO, Revista do Brasil Remoto, n. 3, s/d.



Barbearia Montalvânia - Avenida Confúcio



Esquina da rua Hegel com avenida Santayana

Dos Atlantes, nativos da República Ideal, a ilha de Atlântida, veio, por sua vez, o segredo da juventude que Montalvão detinha, fórmula aprendida pela leitura das inscrições rupestres¹⁹⁸.

b) - O discurso literário

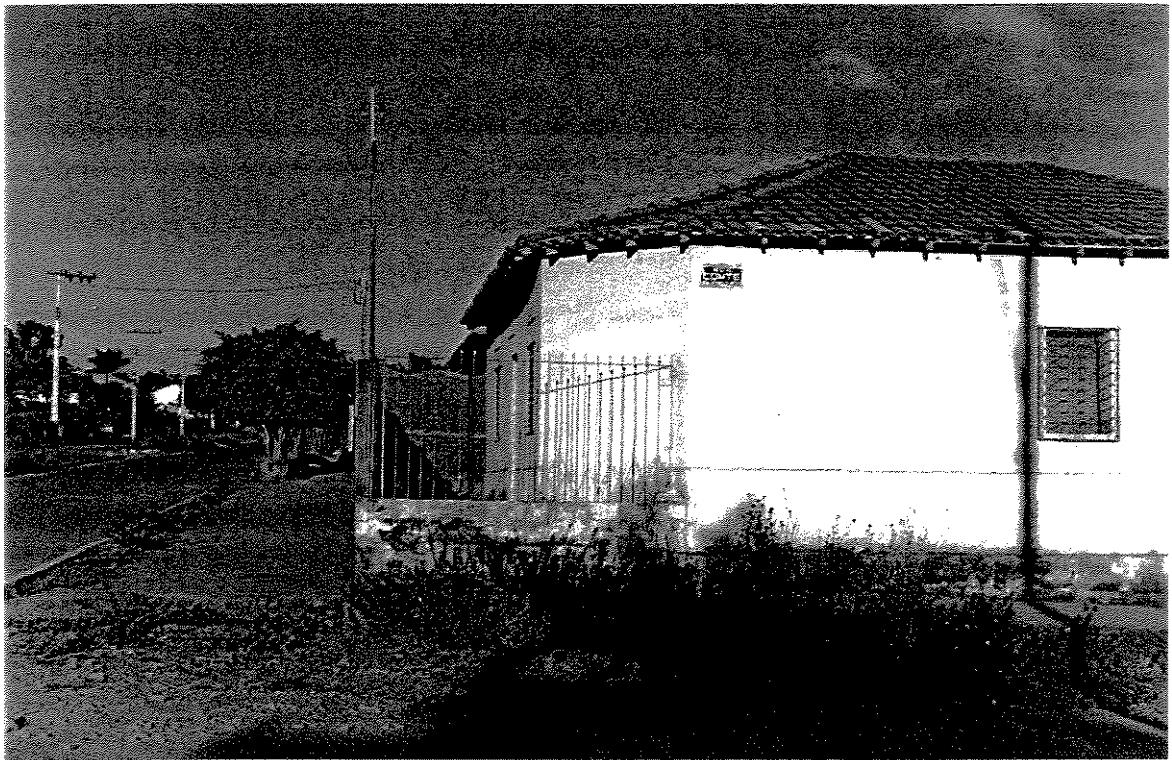
Representado por poetas e escritores; na planta de 1958 a distribuição espacial desses enunciados se dá nas laterais da trama confluyente para a praça Cristo Rei, concentrados à sua esquerda. Na “cidade nova” apenas uma rua, Júlio Verne, foi nomeada por esse discurso. Curiosamente, esta é a única categoria que não possui nenhum representante convergindo à praça central – seria um sinal da posição periférica ocupada pelas artes no pensamento de Montalvão? Com exceção dos escritores aqui agrupados, outras manifestações artísticas não aparecem na planta de Montalvânia, não existem ruas com nomes de escultores ou pintores.

Chama a atenção nesses enunciados o fato de grande parte desses personagens terem desempenhado um papel de fundadores ou grandes representantes de gêneros literários. Balzac e Dante com suas *Comédias*, sejam dos costumes no mundo terreno seja da vida após a morte; Byron e sua rebeldia mundana; Verne e suas antecipações técnicas; Plutarco, cujas biografias com comparações morais são única fonte histórica para muitos estadistas e generais gregos e romanos; Homero, o mais famoso poeta de todos os tempos e seus heróis de uma raça conquistadora.... O objeto das obras desses personagens é sempre o homem e sua natureza, certamente esse não é um discurso que faça referência às artes em geral, talvez não seja também propriamente literário mas *humanista*. Essa é uma possibilidade de interpretação para a presença desses enunciados na planta: talvez sejam autores de importância na formação humanista de Montalvão.

c) - O discurso filosófico

Composto na planta por grandes pensadores da Antigüidade ao século XX; é a categoria melhor representada. É o discurso filosófico que nomeia a principal artéria de Montalvânia, a Av. Confúcio, que corta toda a cidade no sentido SW/NE; a partir desta linha imaginária, na planta de 1958, todos os filósofos “clássicos” foram dispostos acima dela e os “modernos” abaixo.

¹⁹⁸ Antônio Montalvão, entrevista concedida a Pedro Jóia, Rádio Entre Rios, Montalvânia, 22/04/1992.



Rua Comte

Esta configuração, na planta original, opondo “clássicos” e “modernos”, com a avenida principal como divisor, se confirma em outras categorias, como veremos.

Se no discurso filosófico expresso no mapa da cidade em 1958 os personagens “clássicos” e “modernos” apareciam em mesmo número, na planta atual há uma diferença, são quatorze “modernos” para apenas nove “clássicos” – na “cidade nova”, inclusive, aparece apenas um filósofo da Antigüidade, Diógenes, todos os demais são ocidentais e “modernos”.

As nomeações das ruas de Montalvânia foram primeiro agrupadas nas categorias discursivas identificadas, só depois foi observada sua distribuição espacial. Estas observações, entretanto, acabaram por modificar um pouco a composição das categorias ao demonstrar que as atividades de alguns indivíduos poderiam ter representado para Montalvão um papel específico, diferente do que usualmente lhes é atribuído. É o caso de Gandhi, de quem eu tenderia a ressaltar sua atuação política, mas que, na planta, aparece associado ao discurso filosófico e numa área da cidade – os novos loteamentos – onde não existe nenhum representante do discurso político.

d) - O discurso político-militar

Representado por 13 elementos, entre imperadores, reis, legisladores, estadistas e militares, “clássicos” e “modernos” que aparecem apenas na “cidade velha”. Na planta de 1958 eles concentram-se em sua extremidade NE (à direita do mapa), neste local encontram-se 9 dos enunciados políticos. Napoleão, Maquiavel e Montezuma posicionam-se abaixo da linha imaginária (SW/NE) marcada pela Av. Confúcio e os demais, “clássicos”, ou se concentram na extremidade direita ou encontram-se acima da linha divisória. Quase todas as ruas nomeadas pelo discurso político nesta planta fazem ligação com uma outra correspondente, pertencente a esta mesma categoria, numa relação de encadeamento ou complementaridade.

Assim como Gandhi, Moisés também poderia ser vinculado a dois discursos, tanto o político-militar quanto o religioso, dada sua estreita relação com o judaísmo. Mais uma vez é a disposição espacial do enunciado que ajuda a resolver a questão, a avenida Moisés foi situada na região da cidade onde concentram-se apenas os enunciados políticos.

No mapa atual existem apenas 4 enunciados políticos, os demais foram substituídos – estas substituições serão discutidas juntamente com as relações entre as categorias discursivas.

e) - O discurso científico

Representado por físicos, químicos, naturalistas, matemáticos e astrônomos, também da Antigüidade ao século XX. Na planta original esses enunciados se dispõem de forma peculiar, quase todos (7 dos 8 representantes) se encontram no centro da cidade, próximos à praça Cristo Rei – esta é a única categoria que não aparece nos limites da cidade em 1958. Apesar de não ser o discurso mais freqüente nas nomeações, ele parece se destacar, concentrado na região da praça central. Seus enunciados não aparecem envolvendo ou limitando os outros, pelo contrário, dispõem-se no centro dos demais – discutirei adiante a importância simbólica do “centro”.

Nos novos loteamentos, a disposição das nove ruas nomeadas por cientistas é semelhante à das vias onde se expressa o discurso filosófico e há também apenas um representante “clássico”, Arquimedes.

Leonardo da Vinci aparece associado ao discurso científico e não a um discurso artístico, num caso análogo aos já discutidos. Montalvão aparentemente reteve não a obra artística de Da Vinci (não há, inclusive, nenhum pintor ou escultor no mapa) mas o conhecimento científico por ele produzido.

O Texto

Alguns elementos geográficos se destacam na organização espacial de Montalvânia, topofilicamente valorizados e carregados de simbolismo, como o rio e o morro. Uma elevação às margens do rio Cochá foi escolhida para abrigar a residência de Montalvão – mais de uma vez já tive a oportunidade de mencionar a importância do rio para ele. Localizado na periferia do centro de Montalvânia, do Monte Lopino (*Lopino* é um adjetivo derivado do primeiro sobrenome de Montalvão, Lopo) é possível ver todo o centro da cidade, assim como é possível ver a casa de qualquer ponto da região central. O Monte Lopino encontra-se *acima* e *além* dos limites do urbano, no ponto mais alto do núcleo original da cidade e na outra margem do rio, já na estrada

que faz a ligação com a Bahia. Ainda hoje, os moradores da cidade se referem ao lugar como a “casa lá de cima”, ou “a casa do morro”¹⁹⁹.

O morro aparece também na praça central, que teria sido o ponto de partida da cidade, previamente localizada em pequena elevação topográfica:

*“Você leva essa tampa de papelão, esse traçado aqui. Tem um morrinho lá embaixo, você segue a estrada que vai para o Cochá, saindo da casa de Manoel Rodrigues, aí você faz uma picada, lá na frente, assim mais ou menos 300 metros, tem um morrinho. Onde tem o morrinho você vai do lado esquerdo, ali você vai locar a praça. A praça lá vai ter o nome de Cristo Rei e vai ser o centro da cidade.”*²⁰⁰

Arquétipo de fundação, o simbolismo do “centro” está presente em toda uma série de crenças e mitologias onde a “Criação, em toda sua extensão, se efetuou a partir de um ‘centro’”²⁰¹. Local especial por natureza, o centro de Montalvânia congrega a praça, lugar de convívio e de lazer, ponto de encontro de jovens e adultos e local de brincadeiras infantis; os estabelecimentos comerciais e empresariais dos primeiros investidores da cidade (cuja presença foi questionada pela população inicial) e a prefeitura, lugar da administração pública, realizada por Montalvão através de “seus” prefeitos até meados dos anos de 1970. A praça é ainda o ponto de confluência de vários discursos presentes no mapa, para ela convergem ao menos um enunciado político, um religioso, um científico e um filosófico - como se deste centro se irradiasse conhecimento. Mas parece-me ser o discurso científico que prepondera na região central, seus enunciados dispõem-se apenas ali, no entorno da praça, enquanto os outros se dispersam em vários pontos do mapa.

O sentimento de posse de Montalvão sobre a cidade, que perdura por toda sua vida surgindo sempre nas referências à “sua” cidade, “sua” Montalvânia, não estimula a ver na prefeitura, localizada na praça, o marcador de uma administração “pública” e “democrática”. A prefeitura é, sim, um local de governo, de gerenciamento, de tomada de decisões, mas sempre sob a apreciação de Montalvão. A câmara municipal não se localiza na praça, nesta destaca-se apenas

¹⁹⁹ Imagens de verticalidade (o cetro, a árvore, a montanha, etc.) aparecem com frequência na mitologia política, particularmente associadas ao mito do Salvador (GIRARDET, *op. cit.*) Imagens de ascensão e de conquista vertical aparecem também no Montalvão piloto de aeronaves, durante seu auto-exílio, e no Montalvão “conselheiro moral”: “... as estruturas ascensionais – luz, pureza, domínio, vôo, leveza, etc. ... [induzem] a proezas aeronáuticas ou montanhistas, mas também de “retidão” moral”. DURAND, Gilbert. *A imaginação Simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1995:101.

²⁰⁰ Conforme depoimento do Sr. Valdemar Joaquim do Carmo.

o poder Executivo e por conseguinte o prefeito, virtual ou não, que o exerce²⁰². Que discurso é este simbolizado na configuração do centro da cidade, senão o de livre trânsito da população (pelo aspecto de convívio social das praças) pelas dimensões sagrada (a religiosidade nomeia a praça) e profana (os temidos capitalistas) promovido pelos atributos científico-filosóficos do demiurgo? É este “prefeito” que permite a harmônica relação da população com cada uma das esferas, garantindo a liberdade de culto, apesar de ser ele ateu quando da fundação da cidade, e afirmando que os habitantes mais pobres não seriam explorados pelos “capitalistas”, ao contrário, que se beneficiariam, eles também, com o “poder”.

A cidade pretendida por Montalvão, ordenada e “civilizada”, seria, antes de mais nada, cientificista: em seus projetos, faculdades e centros de pesquisa seriam criados e toda a população teria acesso à educação. Filósofos e cientistas emprestavam seus nomes a uma considerável parcela de vias públicas da cidade, como a anunciar o futuro de erudição e conhecimento que não tardaria.

Há uma modificação substantiva na ordenação geral da planta, quando tomadas e comparadas as duas versões, de 1958 e 1994. No mapa mais antigo o discurso científico aparece destacado em seu centro, mas muito influenciado pelo discurso filosófico, cujos enunciados tendem a dispor-se como um invólucro em torno a ele. Já o discurso político-militar concentra-se à direita da planta, praticamente isolado. Parece haver uma oposição entre o conjunto dos enunciados filosóficos (predominantemente à esquerda) e políticos (à direita), nenhuma nomeação filosófica aparece na área dos políticos, apenas uma científica – tratar-se-ia de uma disputa de influências do político e do filosófico sobre o científico? A idéia de uma oposição presente no mapa original parece se confirmar com algumas substituições posteriores. Dos treze enunciados do discurso político-militar em 1958, quatro são substituídos por representantes do discurso científico, dois por representantes do discurso filosófico, dois por representantes do discurso religioso e um por representante do discurso literário, no mapa de 1994²⁰³.

²⁰¹ “Toda a criação repete o ato cosmogônico por excelência: a Criação do Mundo. Por isso, tudo aquilo que é *fundado*, o é no Centro do Mundo (porque, como sabemos, a própria Criação foi feita a partir de um centro).” ELLIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70, 1978:33.

²⁰² Marilena Chauí chama a atenção para a tendência das classes populares a identificar o Estado apenas com o poder Executivo, reduzindo o Legislativo à impressão de que é corrupto e o Judiciário, injusto. “A identificação do Estado com o Executivo, a desconfiança em face do Legislativo [...] e o medo despertado pelo poder Judiciário [...] somados ao autoritarismo social e ao imaginário teológico-político, instigam o desejo permanente de um Estado “forte” para a “salvação nacional”. CHAUI, *op. cit.*, 2000:94.

²⁰³ As substituições são as seguintes: *Cícero*, orador e político romano, 106-43 a.c., por *Anaxágoras*, filósofo grego, 500-428 a.c.; *Alexandre*, militar macedônio, 356-323 a.c., por *Heráclito*, filósofo grego, séc. V a.c.; *César*, estadista romano, 100-44 a.c. por *Filolau*, astrônomo grego, séc. V a.c.; *Aníbal*, general cartaginês, 247-183 a.c. por *Haeckel*,

É o aspecto bélico e conflituoso da política que desaparece da planta, as nomeações que permaneceram têm em comum o fato de se referirem a personagens também conhecidos por atributos intelectuais e/ou filosóficos: Sólon, considerado o pai da democracia, conhecido como um dos “Sete Sábios da Antigüidade”; Marco Aurélio, o “Imperador Filósofo”; Montezuma, “o Sábio” e Licurgo, de cuja legislação em Esparta consta a exaltação da liberdade e da igualdade entre os homens. Todos os militares e aqueles que tiveram fim trágico (por execução ou suicídio) relacionado à disputas de poder são substituídos. Maquiavel, tão associado ao que há de sinistro e pérfido na política, cede lugar a Aristófanes, poeta cômico grego cuja obra dedicou-se, em grande parte, à apologia da paz!

Montalvão aconselhava distância de partidos e discussões políticas e se dizia empenhado em preparar “seu município” e “seu povo” para “viver sem paixões políticas”, como já vimos, num “apolitismo” que se manifesta, inclusive, na supressão de enunciados políticos do mapa da cidade. A política negada por ele refere-se aos procedimentos do jogo político, não há a negação da detenção do poder por um grupo ou uma pessoa e sim dos conflitos envolvidos e claramente manifestos nas situações em que os dirigentes podem ser substituídos - as eleições. Já em 1959, no V Congresso Nacional de Municípios, Montalvão, prefeito de Manga na época, defendia a federalização da justiça e da polícia, maior autonomia para o município e a extinção do excesso de partidos políticos, pontos que fizeram parte, em 1962, da plataforma política proposta em sua campanha à Câmara Federal²⁰⁴. Seu “antipluripartidarismo” sinaliza uma sociedade utópica em que todos os segmentos seriam igualmente bem representados por uma mesma autoridade, sem disputas ou conflitos ou, de outra forma menos utópica, seus segmentos seriam impedidos de se expressar politicamente. Uma sociedade assim pensada exclui o reconhecimento de suas divisões internas e das diferenças que são constitutivas do social e do político, ou, noutras palavras, esta é uma sociedade que exclui o espaço para a reinvenção constante da democracia²⁰⁵.

zoólogo alemão, 1834-1919; *Cleópatra*, rainha do Egito, 69-30 a.c. por *Hiparco*, matemático e astrônomo grego, 160-127 a.c.; *Maquiavel*, estadista e teórico político italiano, 1469-1527 por *Aristófanes*, poeta cômico grego, c. 455-c. 386 a.c.; *Napoleão*, militar, estrategista, imperador francês, séc. XVII/XVIII por *Leucipo*, atomista grego, 450-420 a.c.; *Salomão*, rei de Israel, 970-931 a.c. por *Lao Tsé*, chinês, fundador do taoísmo, séc. VI a.c.; *Moisés*, legislador, XII a.c. por *Chuang Tsé*, chinês, taoísta, c. de 300 a.c..

²⁰⁴ *Folheto de Propaganda Política*, 1962; *Carta ao Presidente Arthur da Costa e Silva*, 13/05/1969. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

²⁰⁵ “A democracia é invenção porque, longe de ser a mera conservação de direitos, é a criação ininterrupta de novos direitos, a subversão contínua do estabelecido, a reinstituição permanente do social e do político. (...) E desfaz as imagens da boa sociedade e do bom governo, da “comunidade ideal” transparente, virtuosa, sem conflitos, plenamente reconciliada consigo mesma, una e invencível. Imóvel, mais do que corpo, mineral”. CHAUI, Marilena. “Apresentação”. In: LEFORT, 1987, op. cit, p.11.

Resta discutir um dos casos limites de enunciados que poderiam ser atribuídos a mais de uma categoria discursiva: Karl Marx, que identifiquei como um enunciado filosófico e não político. Ora, a associação de Marx com o comunismo é por demais estreita para não ser considerada, principalmente levando-se em conta que Montalvão era acusado de comunista pelos coronéis de Manga na década de cinquenta por se autodenominar “socialista” e “coletivista”. A manutenção deste enunciado após a “limpeza apolítica” que transparece na planta de 1994 só se justificaria se Montalvão valorizasse a contribuição intelectual e teórica de Marx *apesar e acima* da revolução proletária que marca a chegada da sociedade sem classes. Por outro lado, a permanência dessa nomeação pode estar sinalizando o quão rasa e superficial era a relação de Montalvão com as obras dos ilustres personagens que batizam as vias públicas da cidade. Na ausência de conhecimento da teoria marxista, Marx seria apenas um grande pensador, de quem Montalvão ouviu falar, viu referências, mas não leu.

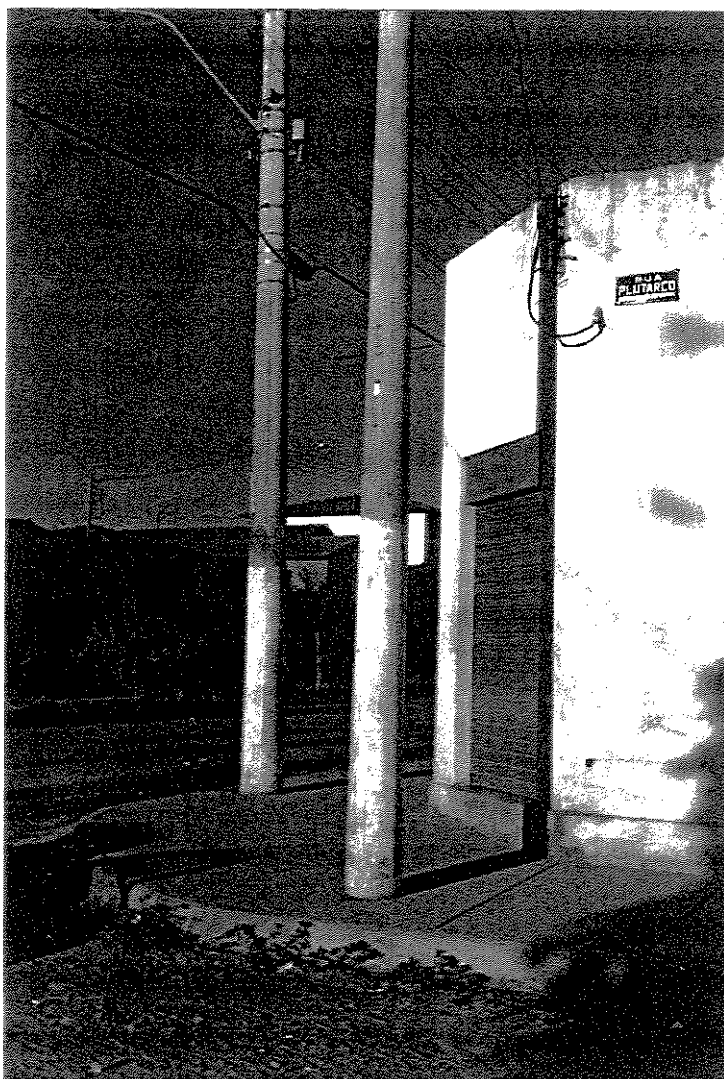
Com as substituições e os acréscimos dos novos loteamentos, o conflito entre os discursos político e filosófico cede terreno ao predomínio de um único discurso, científico-filosófico, que predomina na planta atual, disperso por toda a cidade, envolvendo todos seus espaços. Na “cidade nova”, inclusive, que praticamente só recebeu nomeações de cientistas e filósofos (nove de cada), o único literato que aparece é Júlio Verne, um dos precursores da ficção científica...

Este discurso científico-filosófico tem, ainda, um aspecto de “modernidade”. A parte nova da cidade, sinal de seu “desenvolvimento e progresso”, é, por excelência, o lugar dessa “modernidade”: dos seus vinte nomes de ruas que se referem a personagens históricos, apenas dois têm o atributo de “clássico”. Dos dezoito enunciados históricos restantes, todos “modernos”, onze são nomes de pesquisadores dos séculos XIX (a maioria) e XX. Era no século XIX, acreditava Montalvão, que devia ser buscado o início do “alvorecer da humanidade consciente”, com os “inspirados e iluminados pela inteligência cósmica”, cuja liderança “vem sempre adiante com os mestres capazes de instruir discípulos”²⁰⁶.

É o discurso científico que funciona como fio condutor dos vários discursos de Montalvão: Montalvânia guardava “uma nova civilização, uma nova mentalidade, um povo livre e independente, cuja religião é o respeito e cuja política é o trabalho”²⁰⁷. Os acontecimentos na origem de sua legitimidade e liderança - a criação da cidade e suas obras e conquistas para

²⁰⁶ MONTALVÃO, Antônio. *Alvorecer da Humanidade Consciente* (Síntese). Coleção Bíblia de Pedra de Montalvânia. Ed. Lemi, Belo Horizonte, 1981, 30 pgs.

²⁰⁷ Montalvão, *Estado de Minas*, 01/11/1958, *op. cit.*



Rua Plutarco



Rua Copérnico e Praça Cristo Rei - ao fundo

desenvolvê-la - vão dar origem a toda uma rede de significações imaginárias em torno de fenômenos como o progresso técnico e científico e a aceleração de transformações sociais, calçando a especificidade de Montalvão no saber de que é detentor.

Moderno e cientificista, o discurso expresso no mapa de Montalvânia é também extremamente masculino. Apesar da diversidade de enunciados presentes nas plantas, referências a diferentes atividades profissionais, correntes teóricas e momentos históricos, as nomeações guardam algo em comum: atualmente todas que pertencem a personagens históricos são masculinas, com exceção de Mme Curie²⁰⁸. Na configuração atual da cidade, Cleópatra, nomeação de uma praça na planta de 1958, foi substituída por Hiparco, matemático e astrônomo grego, e nenhum outro nome feminino foi acrescentado²⁰⁹. Chama a atenção a presença do nome da cientista polonesa, destoante no universo caracteristicamente masculino de que fala o mapa. Mme Curie, além de suas descobertas científicas, é conhecida por sua determinação e autocontrole; quem sabe seu nome conste no rol dos cientistas homenageados por Montalvão apenas por suas importantes descobertas e seu sexo não tenha sido relevado, quem sabe esta tenha sido uma concessão ao sexo “frágil”. Conforme diversas entrevistas com moradores antigos da cidade, Montalvão dizia que sua opção em batizar as vias públicas de Montalvânia com estes personagens estava relacionada também ao despertar a curiosidade dos habitantes para estas figuras ilustres, estimulando seu interesse em conhecer suas vidas e obras. Considerando então este aspecto também pedagógico dos enunciados, o silenciamento sobre a mulher desdobra-se numa ocultação da participação feminina na história. Essa ocultação não produz um sentido novo, apenas reforça os já existentes, enraizados no imaginário da sociedade sertaneja do início do século XX. Uma sociedade centrada no homem que não cessa de afirmar sua autoridade e domínio apesar da atuação feminina, objetiva e positiva, mas confinada a agir nas brechas e

²⁰⁸ A cientista polonesa de origem pobre, responsável pela descoberta do Polônio e do Rádio, foi três vezes agraciada com o prêmio Nobel de química. Sua segunda premiação foi também a primeira vez que um mesmo cientista recebeu o Nobel por duas vezes; ela foi ainda a primeira mulher a ocupar uma cadeira de professor na Sorbonne, em 1906, aos 39 anos. Marie Curie foi indicada ao cargo em substituição a seu marido e companheiro de pesquisas, Pierre Curie, morto em um atropelamento. Cf. *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo/Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1987. Consta que sua primeira aula deu-se menos de um mês após o trágico falecimento de Pierre Curie e que suas exposições retomaram o ponto exato onde ele havia parado, surpreendendo os alunos e colegas professores com sua determinação e controle.

²⁰⁹ Não enquanto personagem histórico, já que na “cidade nova” aparecem Mama Cocha e os Atlantes, designação coletiva da população de Atlântida.

meandros da dominação masculina, onde o macho se impõe como o único elemento forte e provedor²¹⁰.

A maioria das cidades guarda em seus endereços referências a cidadãos honoráveis, história local, acontecimentos e personalidades de um passado heróico... Por estas nomeações manifesta-se uma discursividade oficial responsável por organizar uma memória de acontecimentos que se repetem e se reiteram em enunciações diferentes, em locais diferentes, definindo, no espaço da cidade, o que deve ser lembrado, o que é memorável e o que não é²¹¹. A discursividade expressa na planta de Montalvânia não faz referência à sua própria historicidade, os enunciados se dirigem ao futuro, ao progresso e ao desenvolvimento prometidos, também “fabulosos tesouros escondidos”, não pretendem louvar pessoas ou feitos do passado da cidade. Mas que passado? Montalvânia nasceu do “nada”, Montalvão a fez “surgir por encanto”, sem vínculo algum com a realidade anterior que não fosse ele próprio. Nesta planta não existe uma memória organizada, coletiva; nenhum de seus nomes de ruas tem uma relação minimamente próxima com a população, são completamente dissociados de suas vidas, de seu cotidiano. Não existem referências a personalidades locais, regionais ou mesmo nacionais, o personagem que aparece na planta mais “próximo” dos moradores é Cristo.

A distância existente entre a relação dos habitantes de Montalvânia com seu espaço urbano e entre eles e os enunciados que constituem este espaço salta aos olhos. Em uma das visitas que fiz à cidade, solicitei a uma série de moradores (transeuntes anônimos, alguns dos entrevistados e estudantes do curso de magistério) que me fizessem um desenho de uma área qualquer do centro da cidade, dispondo as ruas e praças com seus respectivos nomes²¹². Os desenhos deixam claro como os nomes são confundidos. Em alguns croquis os nomes aparecem escritos corretamente, mas colocados no lugar errado, às vezes distante do local onde realmente ficam. Em outros, quando os nomes aparecem, a maioria deles está grafada de modo incorreto; várias ruas foram

²¹⁰ Uma belíssima reflexão a este respeito encontra-se no filme *Eu, Tu, Eles* de Andrucha Waddington (Brasil, 2.000). A trajetória de Darlene, que se envolve ao mesmo tempo com três homens, dá-se numa pequena e tradicional comunidade sertaneja. Os quatro vivem juntos na casa do personagem com quem ela é oficialmente casada, um tipo rude e autoritário que permanece todo o tempo relacionando-se com a protagonista nos velhos moldes de submissão feminina, numa recusa, ou incapacidade, em admitir objetivamente sua independência, apesar de claramente submetido a ela.

²¹¹ GUIMARÃES, Eduardo. *Nomes de Ruas – um estudo da designação (o corpus de Cosmópolis – SP)*. Campinas: UNICAMP (DL-IEL/LABEUB), s/d.

²¹² Sobre a imagem mental que os habitantes têm de sua cidade ver LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1988. O autor busca a qualidade do ambiente visual da cidade americana a partir da análise da imagem que seus moradores formam dela. Esta imagem surge resultante de um processo bilateral entre o meio ambiente, que sugere distinções e relações, e o observador, que as seleciona, organiza e lhes atribui significado. A cidade considerada por Lynch é o objeto da percepção de seus cidadãos.

desenhadas sem indicação de seus nomes, mas com alguma construção que indique qual seja ela – uma igreja, a farmácia ou loja do fulano de tal, uma ponte, uma escola Estas nomeações informais do espaço público, derivadas de descrições espaciais, fazem parte de um discurso espontâneo e cotidiano de relação da população com os endereços de trânsito, trabalho e moradia. Em Montalvânia essa espontaneidade flui com mais facilidade dada a dificuldade, para grande parte da população, às vezes em até pronunciar seu próprio endereço – os nomes Freud e Nietzsche, por exemplo, lidos com pronúncia aportuguesada. Buscam-se então outras referências que sejam facilmente reconhecíveis para identificar as ruas, transformando informalmente os endereços em rua da Caixa D'água; rua da Igreja; rua da Ponte...

Mas se individualmente as nomeações não fazem muito sentido para os habitantes de Montalvânia, o texto que elas compõem é prenhe de significados diversos, dependendo do olhar que se lança a ele. Motivo de orgulho, ponto de partida da “progressista cidade científica e filosófica” que queria seu fundador; sinal de engodo, tentativa de iludir a população humilde com uma erudição que Montalvão na verdade não possuía; manifestação de sua criatividade e genialidade... Ou, ainda, mais uma mostra de sua loucura, que resultou hoje num triste quadro onde grandes nomes da história da humanidade prostram-se à beira do rio Cochá a observar o esgoto que escorre à céu aberto...

4.4 – “Tertúlias Filosóficas” – discurso científico e imaginário político

Segundo uma lenda regional, muito presente na primeira metade do século XX, uma enorme fortuna foi enterrada em uma das várias cavernas das redondezas de Manga pelo emboaba Nunes Viana. Conforme relatos, a infância de Montalvão, como a de inúmeros outros garotos, foi marcada por excitantes aventuras em busca dessa incalculável riqueza escondida.

Décadas depois, Montalvão descortinaria, pela “via do saber”, esse tesouro imaginário; entre 1967-69 a prefeitura de Montalvânia contratou um morador local, João “Geólogo” Vieira, para localizar grutas e cavernas que guardassem registros de ocupação humana na pré-história - arte rupestre, na maioria das vezes. “Justo” é um adjetivo que não define o acordo de Montalvão com seu “caçador de tesouros”: João passava a semana no mato, correndo as serras de bicicleta até onde o cerrado permitia, a pé daí a diante, comendo pão com sardinha e dormindo ao redor do fogo. O pagamento era feito não por dia de trabalho mas por descoberta, e ainda assim havia uma

hierarquia de valores: quanto mais numerosas as pinturas ou gravuras rupestres do sítio arqueológico maior o pagamento devido. João Geólogo é até hoje o guia turístico da cidade, orgulhoso do vultoso trabalho de reconhecimento que realizou na década de sessenta para “aprofundar os conhecimentos que beneficiariam outros além de Montalvão”²¹³.

Estes sítios arqueológicos, à medida que eram visitados por Montalvão, eram cadastrados, descritos e, conforme o caso, escavados pelo arqueólogo amador. Cavernas que outrora povoavam com ouro e pedras preciosas suas fantasias de menino eram agora submetidas a um meticuloso “crivo científico” e revelavam suas verdadeiras riquezas: restos de megafauna extinta e vestígios de ocupação humana pretérita.

No início da década de 1970 foram editados cinco números da *Revista do Brasil Remoto*, publicação do Instituto Filantropo Cochanino, de circulação regional, onde Montalvão divulgava o “álbum mnemônico”, o “milénar acervo histórico” de Montalvânia. A revista era dedicada aos sítios arqueológicos da região e aos resultados das pesquisas de Montalvão. Coube a ele a responsabilidade pelas prospecções e escavações arqueológicas realizadas no município em 1974 e 1976-7; Montalvão, através da prefeitura, garantiu a realização dos trabalhos dando suporte à equipe de arqueólogos da Missão Franco-Brasileira de Pesquisas Arqueológicas, por ele contatada. Nessas ocasiões foram visitados os quase 100 sítios localizados entre os anos de 1967-70 por João Geólogo. O interesse de Montalvão pelo patrimônio pré-histórico do município levou-o ainda a criar a Secretaria de Turismo e, vinculado a ela, o Patrimônio Histórico de Montalvânia, com o objetivo de preservar e explorar turisticamente os sítios arqueológicos e espeleológicos da região. O interesse maior de Montalvão era fazer conhecido o numeroso conjunto de sítios decorados nas redondezas da cidade, mais um atrativo de Montalvânia.

Apesar de toda a teia mítica que se desenvolve a seu redor, e com seu incentivo, o salvacionismo de Montalvão não é miraculoso ou sobrenatural, é terreno e iminente, seu Paraíso estava ali, ao lado de Manga, a algumas horas de cavalgada; a mudança na vida coletiva não se daria com ajuda de deus ou outra força sobrenatural²¹⁴. Seu projeto é fundamentalmente humano, a construção da cidade é obra racional, pensada em detalhes pelo fundador que “traçou seus pensamentos em forma de cidade”²¹⁵. A estrada para Brasília, motivo de orgulho para Montalvânia, uniu, por força de vontade e trabalho humano, as duas cidades. Com uma pequena

²¹³ Conforme depoimento do Sr. João “Geólogo” Vieira.

²¹⁴ Não num primeiro momento. Mas como foi visto no cap. 1, um elemento extraterreno e extra-humano foi introduzido posteriormente, a partir dos anos de 1970, em seu discurso.

²¹⁵ Montalvão, *Estado de Minas*, 01/11/1958, op. cit.

verba do governo federal e um trator posto à disposição pelo Estado, a obra foi levada a cabo com trabalho voluntário de moradores da região. Foram eles que, com o próprio suor, e sob a liderança de Montalvão, cortaram o cerrado e ligaram a cidade ao símbolo maior do progresso e do desenvolvimento nacionais.

A erudição do autodidata Montalvão é um elemento diferenciador que o distancia e ao mesmo tempo o valoriza na comunidade; seus vastos conhecimentos o qualificam como superior, alguém cuja inteligência encontrava-se acima da capacidade de compreensão das pessoas comuns, acentuando assim a oposição entre sua erudição e a ignorância de seu rebanho, daí seu papel de conselheiro e condutor moral. É este saber que lhe permite “ler” as inscrições rupestres, “ver” com clareza os problemas da população e as medidas para solucioná-los e até “prever” acontecimentos benéficos para a região:

“Montalvânia foi na verdade uma das *primeiras células vivas de Brasília...*
.... ela se fez *preunciando* seus liames com o futuro Distrito Federal. Conforme minha *previsão bastante antecipada*, seríamos ponto intermediário da ligação Brasília-Salvador...”²¹⁶

A cidade desenvolvida e progressista, cuja população conviveria harmonicamente e sem conflitos de espécie alguma, não é mais sonho, atinge agora o status de *previsão*, previsão esta sustentada pelo prestígio do conhecimento²¹⁷. Findado seu mandato na prefeitura de Manga, o objetivo de Montalvão era retirar-se para Montalvânia e ali continuar suas

“tertúlias com aqueles verdadeiros amigos que nunca me desampararam e deram seus nomes às artérias de minha cidade.”²¹⁸

No *Dicionário Aurélio* a palavra “tertúlia” é definida como assembléia literária, mas também reunião de familiares ou amigos. Assim, as “tertúlias filosóficas” de Montalvão dão

²¹⁶ *Carta ao Governador de Goiás, Ludovico de Almeida*, 03/05/1957, grifo meu. Arquivo pessoal de Antônio Montalvão.

²¹⁷ “Entre a projeção utópica e o passado imaginado, a idéia de *progresso* comanda a representação do tempo em direção ao futuro (...) O progresso, no singular, passa a representar o movimento geral e irresistível da realização dos grandes valores e o aperfeiçoamento do espírito humano.” BRESCIANI, Maria Stella M. Razão e Paixão na Política. In: MONTEIRO, J. & BLAJ, I. (orgs.). *História e Utopias*. São Paulo: Associação Nacional de História, 1996:19. É preciso lembrar também que na história milenarista o *tempo do fim*, descrito pelo profeta Daniel, é o tempo do aumento da ciência e multiplicação dos saberes, precedido por terríveis abominações e sucedido pela salvação final dos justos. Cf. CHAUI, *op. cit.*, 2000:72.

²¹⁸ *Estado de Minas*, 01/11/1958.

mostras de sua auto valorização intelectual: com elas ele iguala-se a seus “pares”, os grandes cientistas, filósofos, literatos, lideranças políticas e religiosas de todos os tempos...

Para os moradores da cidade a erudição de Montalvão era superdimensionada, só uma inteligência muita aguda poderia levar alguém que tinha cursado apenas o primário a tanto conhecimento. Montalvão falava ao povo de mitologias, de tradições cristãs, de botânica, geografia.... usando seus conhecimentos para demonstrar o valor da região e da população. A diretoria inicial do Instituto Filantrópico Cochanino, entidade que existiu por trinta anos, compunha-se de personalidades eminentes da cidade, como políticos, professores, profissionais liberais, etc. Entretanto, ainda hoje não está claro para os ex-sócios quais as funções e atribuições da entidade. Os membros reuniam-se esporadicamente em “saraus científicos” onde Montalvão fazia palestras e apresentava seus projetos para a cidade.

A atividade política, sabemos, é toda ela permeada e mediada pelo discurso, é através dele que se expressam e se debatem parâmetros como participação no espaço público, propostas de mudança social e projetos de futuro comum²¹⁹. O apelo das idéias de “democracia”, “progresso”, “modernidade” e “desenvolvimento”, tão relacionadas à cidade por Montalvão e tão apregoadas ao longo de sua atuação política, está em muito relacionado à sua imagem de “civilizador”, pelo saber que detinha. O entendimento dessas noções pela população dá-se por oposição ao cotidiano experimentado em Manga; a todas essas idéias são associados atributos como educação e conhecimento ao alcance de todos. Montalvânia era “moderna e progressista” também porque rapidamente superou Manga em número de escolas e população alfabetizada; era “democrática” por ter uma maior população que lia e escrevia - portanto maior número de eleitores – e não sujeita a coronéis; seu “desenvolvimento” era devido ao número crescente de pessoas que estudavam e “se enricavam de cultura”²²⁰. Ao contrário dos coronéis de Manga, “que mantinham o povo analfabeto”²²¹, Montalvão teria se empenhado em educar e “civilizar” sua cidade. São principalmente as qualidades mentais atribuídas a Montalvão que fazem dele o guia da cidade e de seus habitantes rumo ao futuro.

Discutindo o papel do discurso científico nos mitos políticos modernos, Baczkó conclui que a ciência vem substituir a dimensão cósmica presente nos mitos “primitivos”. Esta

²¹⁹ Ou, conforme Foucault, o discurso é o próprio objeto da luta política: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar.” FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996:10.

²²⁰ Conforme depoimento do Sr. Leonardo Lessa Marinho.

²²¹ Idem.

substituição vem de par com a modernidade à qual pertencem estes mitos; modernidade como tempo de transição em que se opera a instalação, no imaginário, da representação da autonomia do social e do político, não mais obra de interferência divina e sobrenatural, mas fundados sobre si mesmos²²²; esta representação da autonomia do social, para o pensador polonês, dá-se com o auxílio da reordenação do mundo oferecida pela utopia²²³.

Mas o mito político do Salvador, quando desdobrado, ou projetado, na imagem da virtuosa Cidade sem males, alcançada sob a condução do guia – e, no caso, “fabricada” por ele – o coloca na origem do social, como seu fundador, o que imediatamente abre uma gigantesca brecha para a instituição de uma dominação autoritária. O outro futuro que se descortina, novo e glorioso, só existe porque personificado, porque descontentamentos e apelos encontram nele lugar de acolhimento e meio de expressão. O mito é também estratégia política, ele pode fundamentar e legitimar práticas autoritárias de poder, em maior ou menor grau. Para exemplificar basta lembrar de toda a urdidura mítica em torno de Hitler ou Stalin, ou ainda da ditadura militar brasileira, responsável por levar “este país que vai pra frente” a seu destino de glórias e grandezas...

O espaço social pensado e planejado por Montalvão é, principalmente, um espaço “seu” - em última instância, o projeto de um lugar de dominação exclusiva. Sem conflitos de classe, sem paixões políticas, sem ameaças à dominação vigente, harmônico em si e por si. O que impulsiona o ser humano, sabemos, são suas paixões e seus desejos, acesos na imaginação, para onde se dirige a linguagem simbólica; as relações sociais são possibilitadas pelo prolongamento da existência individual através da auto-imagem e da imagem do outro, prolongamento que se dá na imaginação por vias simbólicas²²⁴. O apelo de Montalvão é sustentado pela crença em si como porta voz dos desejos e anseios da população, crença coletiva, já que eficaz, partilhada inclusive por ele mesmo. Sua autovalorização demonstra sua fé na missão que assume e, principalmente, em sua capacitação para tal.

A “democrática” Montalvânia pretendida traz, intrínseca à sua idealização, a negação da democracia: sem conflitos, estática. Veladamente ou não, o autoritarismo se encontra no discurso de um futuro traçado de antemão: a possibilidade de qualquer outro projeto que não o definido é

²²² Baczko, 1985 (b), *op. cit.* pág. 376s.

²²³ “A invenção utópica se mostra cúmplice da invenção do espaço democrático. De fato, é apenas com a invenção desse espaço que a sociedade se dá a representação de ser fundada apenas sobre ela mesma, sobre sua “vontade” livremente expressa e fundadora de sua ordem. De pronto, este espaço se oferece como um espaço social a modelar, a gerar, a reinventar.” BACZKO, B. *Les Imaginaires Sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984:144.

descartada e vista como traição²²⁵. Ao mesmo tempo em que Montalvânia é o grande agente da mudança proposta por Montalvão, ele nega à cidade sua dinâmica própria, há uma trajetória pré-traçada em cuja rota não são admitidos desvios. Ao espaço social fundado e planejado por ele é negada a autonomia da auto-modelagem e reinvenção constante...

Para que um mito político personalizado em uma liderança carismática se sustente, é necessário cada vez mais, à medida que o mito se sofisticava, que esta liderança continue dando provas de sua eficiência, continue sendo benéfica para o grupo. Caso contrário, dilui-se o carisma, desvanece-se o mito. Montalvão perderá progressivamente o apoio da população de Montalvânia a partir do momento em que surge um desacordo entre suas propostas e promessas e a realidade vivida pela cidade a partir da década de setenta.

²²⁴ BACZKO, op. cit. 1985 (a), p. 301.

²²⁵ MIGUEL, 1997, op. cit. p. 241.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em abril de 1992 Montalvão foi encontrado morto na rede, na varanda de sua casa, rendido durante o sono por um ataque do coração. Morreu de súbito, sozinho como vinha estando há um bom número de anos. Nesses últimos tempos, sem companhia dos familiares ou amigos, sem dinheiro, Montalvão saía pouco de casa, mal era visto pelas ruas da cidade, vivia de favores e caridade de alguns poucos habitantes de Montalvânia. Quando descia ao mercado para buscar provisões, retornava à Casa do Morro empurrando ele mesmo o carrinho com os mantimentos; apesar de seus já idos 70 anos, poucas eram as ofertas de ajuda. Por esses tempos quase não se diziam elogios a seu respeito, mais comuns eram os comentários sobre sua provável loucura, seus caprichos, suas esquisitices.

A reclusão de Montalvão teve como marco inicial as eleições municipais de 1976 para prefeito, onde venceu Laurindo Ferreira, membro da oposição política, e que veio a lhe suceder como prefeito de Montalvânia. Para a posse de Laurindo a prefeitura teve que ser aberta à força pela polícia, já que Montalvão tinha lacrado o prédio e se recusava a permitir que o candidato vencedor assumisse antes que suas denúncias de fraude fossem confirmadas. O resultado final do pleito, que dava vitória a Laurindo²²⁶, foi mantido e seu grupo manteve-se na situação em Montalvânia até 1996.

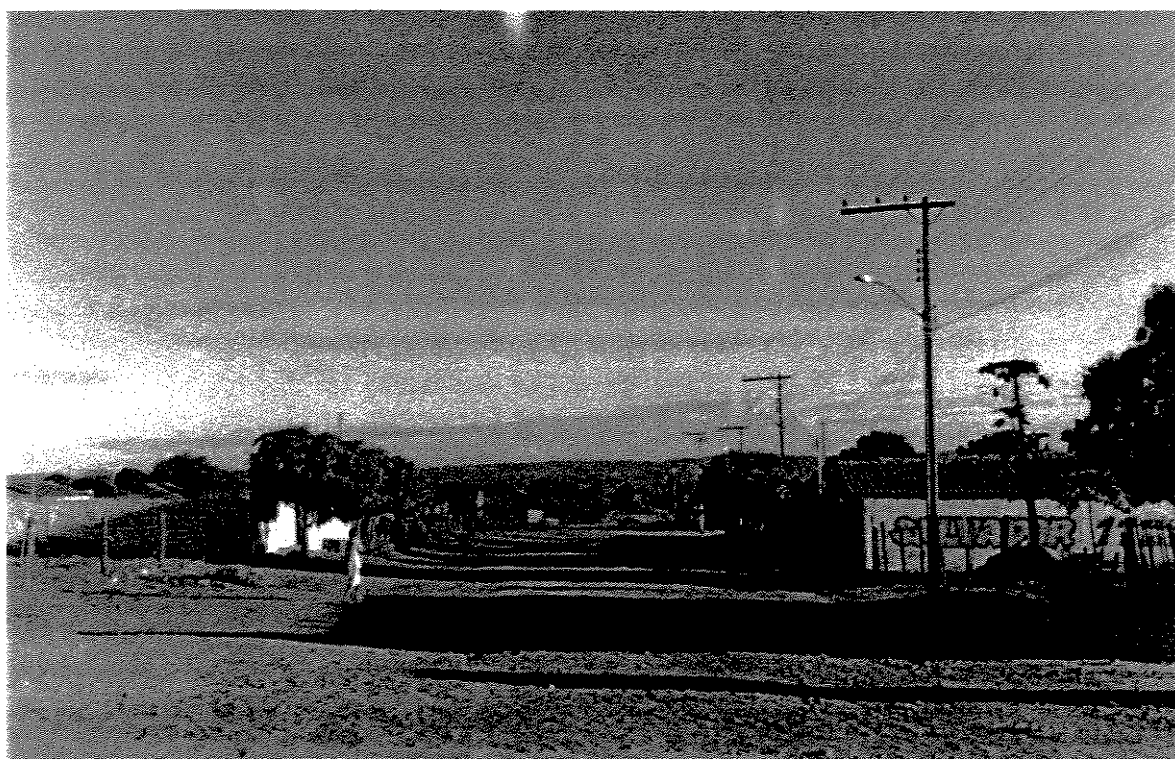
A partir do início dos anos 70, há um crescente movimento de rejeição à liderança de Montalvão que irá fortalecer a oposição e garantir sua vitória nas eleições. Com a “perda da política”, Montalvão afastou-se pouco a pouco da família e dos amigos. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 1987, o padre da cidade, Guilherme Michels, refere-se a esta derrota política como a perda, por Montalvão, de sua criação, o que teria motivado sua fuga para “um mundo próprio, onde sua cidade lhe pertence eternamente e ele é o centro do universo”²²⁷. Ao mesmo tempo em que se intensificava esse afastamento, criava-se a imagem, principalmente entre a população mais jovem, de Montalvão como um velho cheio de manias excêntricas.

²²⁶ Denúncia de irregularidades no pleito municipal de 1976: seção eleitoral criada irregularmente, diplomação ilegal de candidatos da Arena-2, desaparecimento de processos de qualificação eleitoral e aliciamento e compra de votos. *Acórdão 2/77*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral.

²²⁷ Bob Fernandes, *Jornal do Brasil*, *op. cit.*



Esquina das ruas Da Vinci e Comte



Periferia central de Montalvânia

De acordo com relatos, a campanha de Laurindo, candidato a prefeito pela oposição, primava pelo clientelismo, pela explícita troca de votos por favores materiais. Nesses relatos, essa característica surge como elemento que diferencia os dois políticos: Laurindo, o que prometia vantagens individuais e Montalvão, o que prometia vantagens coletivas. Mas vimos como Montalvão era um político clientelista, como também trocava favores por votos - Montalvânia era a síntese desses favores. Mas seu clientelismo era mascarado pelo messianismo político e sua projeção espacial, a utopia da Cidade Ideal. Sinal da eficácia do mito enquanto estratégia política, os lotes, empregos etc., proporcionados por Montalvão aos moradores da cidade, não eram percebidos como favores trocados pelos votos que essa população lhe deu em 1958, para a prefeitura de Manga, em 1962, para a Câmara Federal, ao longo desses anos para seus candidatos em outras instâncias... Mas a vivência coletiva do mito tem limites, pode dissolver-se se a liderança não mantém o prestígio necessário para tal, se trai seus seguidores.²²⁸

Recorrendo-se mais uma vez aos Censos Demográficos do IBGE, o que se vê, para a década de 1960, expresso no Censo de 1970, é uma equiparação da população dos municípios vizinhos de Manga e Montalvânia na casa dos 25.000 habitantes. Estes anos são, diria, os anos gloriosos de Montalvânia, logo após sua emancipação em 1962, período de efervescência e entusiasmo geral com o promissor futuro da cidade. Durante a década seguinte, 1970, a população de Montalvânia cai para aproximadamente 18.000 habitantes, enquanto a de Manga sobe para 33.000²²⁹. A região, friso novamente, devido ao rio São Francisco, sempre funcionou como um corredor de acesso ao interior do país, cenário de grande circulação de pessoas. Pessoas que, a partir de meados de 1970, passaram a se estabelecer cada vez menos em Montalvânia. A própria população da cidade iniciou um processo de retirada que resultou, num espaço de 10 anos, na evasão de aproximadamente 7.000 pessoas.

O resultado destas décadas de ausência de investimentos e recursos bem aplicados, de dirigentes corruptos e ineptos, é a Montalvânia de hoje: um dos municípios mais pobres e economicamente menos desenvolvidos do Polígono das Secas, com população atual em torno de quinze mil habitantes, problemas de saneamento básico, desemprego e moradia, sempre às voltas com escândalos financeiros envolvendo seus políticos. A cidade ainda sofre com a evasão

²²⁸ “Se por muito tempo não há provas do carisma, se o agraciado carismático parece abandonado por seu deus ou sua força mágica ou heróica, se lhe falha o sucesso de modo permanente e, sobretudo, se sua liderança não traz nenhum bem estar aos dominados, então há a possibilidade de desvanecer sua autoridade carismática” (WEBER, *op. cit.* p. 159).

²²⁹ Recenseamentos Gerais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – anos de 1970 e 1980.

continua de investidores, lojas e empresas foram fechadas; a única indústria que possuiu, algodoeira, mudou-se para outra região; apenas uma das quatro agências bancárias que a cidade comportou funciona hoje em Montalvânia. As únicas ruas asfaltadas da cidade são as do centro, asfaltadas por Montalvão ainda na década de 1970. Este quadro vem se desenvolvendo, segundo moradores, há mais de trinta anos, quando Montalvânia ainda era “de” Montalvão. Por todas estas questões, pelo fracasso de seus projetos para a cidade, ele passou a ser identificado por muitos com o atraso e o conservadorismo.

Nos anos 50, Montalvão se adequava melhor, com suas propostas “modernas” e progressistas e práticas clientelísticas, à satisfação das aspirações da população local do que os coronéis; foi também esta adequação que permitiu sua emergência como liderança. Ele foi eleito por migrantes e por outros eleitores que anteriormente compunham a clientela dos coronéis Bembém e João. Pessoas que, na possibilidade de escolha entre manter no poder os coronéis e eleger Montalvão, optaram pelo segundo. Optaram por quem lhes parecia mais vantajoso. Não foi uma escolha unânime, apenas 3.4% de votos de diferença, muito menos súbita: a identificação de Montalvão com o salvador político construiu-se ao longo da década de 1950, arregimentando seguidores aos poucos. Há relatos de seus “dons” se manifestando desde o início da década, mas só em 1958 ele consegue se eleger.

À medida que suas ações em Montalvânia vão tendo repercussão, na medida em que ele efetivamente realiza benfeitorias, Montalvão vai conquistando adeptos. Paralelamente, a trama mítica vai tomando forma; aí sim pode-se falar de manipulação, pelo que há de estratégia política no mito, mas de certa forma o mito é estratégia de mão dupla. Estratégia do dominante, pelo mascaramento de propostas e intenções políticas, mas também “estratégia” do grupo que vive o mito. O campo de possibilidades de escolha de dirigentes políticos que se descortina com a ascensão gradual de Montalvão se constrói por vias imaginárias na dinâmica social dos grupos antes dominados pelos coronéis – tanto Bembém e João quanto os outros tantos mandões das localidades de origem da população migrante. É nessa dinâmica que se define e se sofisticava o mito político que efetivamente dá a Montalvão o *status* de opção política. Obscurecimento e mascaramento de proposições políticas, solução imaginária para descontentamentos, o mito é também manifestação de conflito e de resistência. É no momento de eleger o Salvador que se expressa a recusa aos antigos dirigentes.

Todo mito político contém uma visão global e estruturada do presente e do futuro coletivos, mesmo que essa visão possa parecer parcial ou limitada²³⁰. Ora, a mensagem política veiculada por Montalvão trazia, explicitamente, uma proposta de reordenação da realidade, o desenho de algo novo a partir do já existente, o que conquistou grande adesão. Mas “as virtudes do Salvador não são benéficas em si, mas por sua capacidade de transformar o mundo”²³¹, e o que acontece se esta transformação não se dá? Utopia e mito fundem-se novamente; se por um lado o líder carismático precisa dar provas constantes do carisma, se sua liderança precisa ser benéfica para seus seguidores, por outro, a liderança que se legitima pela utopia pode ser contestada em nome dessa mesma utopia²³².

As utopias ganham em “realismo” na medida em que se inscrevem nas expectativas de um grupo social e na medida em que se colocam como idéias que orientam e mobilizam as esperanças e solicitam as energias coletivas²³³. Frustadas as expectativas, esmorecendo-se as esperanças em Montalvânia, acumulando-se os problemas da cidade - os mesmos, diga-se de passagem, de Manga e uma série de outras pequenas cidades do Sertão - evidencia-se a “traição” do Salvador. Se a mobilização da população a favor e em torno de Montalvão em muito se deu graças à cidade criada por ele, este desacordo entre o futuro anunciado e o que foi alcançado, que poderia apenas ameaçar sua liderança se fosse substituído por outra idéia-guia cujo valor simbólico tivesse também o poder de alimentar e legitimar sua dominação, acabou por derrotá-lo e fazer com que, como bem disse Padre Michels, Montalvão “perdesse sua criação”.

As primeiras histórias sobre Antônio Montalvão, ouvi num ponto qualquer da calçada da rua Zoroastro, em 1993, um ano após sua morte. Naquele momento, essas lembranças ainda tinham como toada a loucura que o teria acometido no fim da vida. O que se relatava ao visitante curioso eram detalhes excêntricos de sua figura nos últimos anos: seu hábito de falar com os gatos, seus “contatos” com discos voadores e espíritos, suas interpretações da arte rupestre local... Falas sempre permeadas por frases do tipo “acho que ele já estava louco”. De lá para cá sua imagem tem se modificado ao sabor dos jogos da memória: em cada uma das inúmeras viagens

²³⁰ GIRARDET, *op. cit.*

²³¹ MIGUEL, 1997, *op. cit.*

²³² “A utopia comporta para o poder um risco de se tornar uma referência a partir da qual é possível questionar a realidade, comparando-a com as promessas e os valores proclamados”. BACZKO, 1985(b), *op. cit.*, pág. 385.

²³³ Idem, pg. 393.

que fiz a Montalvânia nos últimos anos percebo um pouco das transformações que vêm sendo operadas nas relações dos habitantes da cidade com seu fundador. A excentricidade do final de sua vida e outras características que poderiam desmerecê-lo, como seu temperamento forte e autoritário, pouco a pouco são retidas pelo filtro afetivo na memória em construção do Herói. Se muito já se falou das incoerências, da ininteligibilidade e das esquisitices de Montalvão, hoje é quase unanimidade: ele foi um visionário, um homem à frente de seu tempo, alguém incompreendido. Se ele já foi dado como o culpado pelos problemas que a cidade enfrentava, hoje o lamento traça o percurso inverso: Montalvânia perdeu-se depois que seu fundador abandonou a administração do município.

O lançamento da imagem de Montalvão ao passado, ao tempo da lembrança, inaugura uma nova etapa do percurso mítico. O Montalvão dos anos cinquenta, guerreiro destemido da harmonia e felicidade de seu povo, divide hoje seu nobre espaço na memória da população com o Montalvão dos anos oitenta, o sábio que continuava buscando, desta feita com seus óculos de leitura e a máquina de escrever, o futuro glorioso a que sua Cidade estava destinada.

*"Só um mundo novo nós queremos: o que
tenha tudo de novo e nada de mundo."
Mia Couto – Cada Homem é uma Raça*

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ORAIS

- Afonso Gomes Ribeiro
- Agostinho Lacerda Pinto
- Antônio Marinho
- Diana Soares Nunes
- Joaílson Carneiro de Moraes
- João Vieira
- José Olímpio Soares
- José Vieira de Sá
- Kátia Montalvão
- Leonardo Lessa Marinho
- Maria Pereira
- Raymundo Pastor
- Valdemar Joaquim do Carmo
- Zelito Montalvão

IMPRESSAS

Jornais e Revistas

- *Boletim Informativo da Prefeitura Municipal de Manga*, Manga (18/08/1959)
- *Noticioso Cochanino*, Montalvânia (04/1962)
- *Via Cochanina*, Montalvânia (20/10/1967)
- *Montalvânia em Notícias*, Montalvânia (04/1993)
- *Revista do Brasil Remoto*, Montalvânia (1970/1975)
- *O Jornal de Montes Claros*, Montes Claros (23/08, 10 e 27/09/1952)
- *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte (08 a 12/04/1945)
- *Estado de Minas*, Belo Horizonte (26/03/1960, 28/03/1961)
- *Diário do Congresso Nacional*, Brasília (20/08/1970)
- *Diário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais*, Belo Horizonte (27/04/1960)
- *Correio Brasiliense*, Brasília (18/08/1986)
- *Diário de Minas*, Belo Horizonte (06/07/1957)
- *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (03/05/1987)
- *Folha de São Paulo*, São Paulo (11/09/1994 - 26/03/2000)

Folhetos de propaganda política:

- 1954 (PR) – À Prefeitura Municipal de Manga (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)
- 1958 (coligação UDN/PR/PSP) – À Prefeitura Municipal de Manga (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)

- 1962 (PSP) – À Câmara Federal (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)

Leis e decretos

Câmara Municipal de Manga

- (08/11/1960) Ata da 1ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Manga

Prefeitura Municipal de Montalvânia

- (01/03/1963) Ata Solene de Instalação do Município de Montalvânia
- (28/10/66) Código de Postura do Município
- (12/04/73) Concessão de títulos de Cidadão Cochanino
- (15/03/1974) Criação da Secretaria de Turismo
- (15/03/1974) Criação do Patrimônio Histórico de Montlvânia

Processos Legislativos

- Processo 19/1958 - *Emancipação do distrito de São Sebastião de Poções* (Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais)
- Projeto 384/1960– *Constitui Comissão Especial de Inquérito para apurar ocorrências no município de Manga* (Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais)
- Resolução do projeto 928/1960 - *Constitui CPI composta de cinco deputados para apurar os fatos em Manga*(Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais)
- Processo 15/1962 - *Emancipação do distrito de Montalvânia* (Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais)
- Acórdão no. 2/1977 (Arquivo do Tribunal Reginal Eleitoral de Minas Gerais)

Correspondência

- (02/05/1955) Carta do Sr. Esdras Acióli à Loja Maçônica de Diamantina (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)
- (03/05/1957) Carta de Antônio Montalvão ao Sr. José Ludovico de Almeida, governador do estado de Goiás (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)
- (19/04/1960) Carta de Antônio Montalvão ao Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)
- (24/06/1960) Carta de Antônio Montalvão ao General Civil Deputado Vasco Filho (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)
- (13/05/1969) Carta de Antônio Montalvão ao Sr. Ministro Abgard Renault (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)
- (13/05/1969) Carta de Antônio Montalvão ao Presidente Arthur da Costa e Silva (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)
- (11/06/1976) Carta de Antônio Montalvão ao Conselho Nacional de Segurança (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)

- (28/04/1976) Carta de Antônio Montalvão ao General Comandante da 4ª Brigada de Infantaria (Arquivo Pessoal – Antônio Montalvão)
- (15/05/1981) Carta de Antônio Montalvão a Zelito Montalvão. (Arquivo Pessoal - Zelito Montalvão)

Outros

- *Estatuto do Instituto Filantropo Cochano*. Montalvânia, 1960
- *Ata de Fundação da Academia Biocósmica e de Belas Artes*. Belo Horizonte, 1990.
- Entrevista de Antônio Montalvão à Radio Entre Rios. Montalvânia, 22/04/1992.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Referência

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1991.

Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo/ Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1987.

FERREIRA, Jurandir Pires (org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1959, vol. 26.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recenseamentos Demográficos (décadas de 1930 a 1970)*. Rio de Janeiro: IBGE.

SOARES, Órris. *Dicionário de Filosofia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Instituto Nacional do Livro, 1968.

Livros, Teses e Periódicos

Anais do I Congresso Estadual de Algodão. Departamento de Estatística Econômica, Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais. Montes Claros, 1957.

Resultados das Eleições Municipais de 1958. Tribunal Regional Eleitoral – Departamento de Estatística. Belo Horizonte: 1958.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Mennocchio e Riviére: criminosos da palavra, poetas do silêncio. *Resgate, Revista de Cultura*. Campinas, n.º 2: 48-55, 1991.

ANSART, Pierre. Os Imaginários Sociais. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, v. II.

BACZKO, Bronislaw . *Les Imaginaires Sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

_____. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaudi* (Antropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 5:296-332, 1985.

_____. Utopia. *Enciclopédia Einaudi* (Antropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 5:296-332, 1985.

- BALANDIER, Georges. *As dinâmicas Sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976.
- BENEVIDES, Maria Victória M. A União Democrática Nacional. FLEISCHER, David V. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Cadernos da UnB. Brasília, Editora UnB, 1981, vol. 1.
- BIGNOTTO, Newton. A Ação Fundadora e Construção Contínua da Liberdade. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOITO JR., Armando. *O Golpe de 1954: A Burguesia contra o Populismo*. SP, Brasiliense, 1982.
- BONAZZI, Tiziano. Mito Político. In: BOBBIO, Norberto et alli (org.). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da UnB, 1995, v. II: 754-762.
- BORGES, Vavy Pacheco. A “História da República”: um objeto, alguns temas, alguns conceitos. *Primeira Versão*. Campinas: IFCH/UNICAMP, no. 31 – 1991.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL / Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1986, vol.1.
- BRASIL, Olavo. Os Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-64. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- BRESCIANI, M. S.; SAMARA, E. M. & LEWKOWICS, I. (orgs.). *Jogos da Política: Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set/91 – ago./92.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Razão e Paixão na Política. In: MONTEIRO, J. & BLAJ, I (orgs.). *História e Utopias*. São Paulo: Associação Nacional de História, 1996.
- BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos – planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMMACK, Paul. O “Coronelismo” e o “Compromisso Coronelista”: uma crítica. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte, no. 5, 1979:1-20.
- CAMPELLO de SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. SP, Alfa-Ômega, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, (20): 153-194, 1966.

_____. Coronelismo. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1930-1983. Rio de Janeiro: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas/Forense Universitária, 1980.

_____. *Formação das Almas - Imaginário e República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 40, no. 2, 1997: 229-250.

_____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

_____. *Pontos e Bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CARVALHO, Orlando M. Os Partidos Políticos em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, V. 1 (2): 99-115, 1957.

_____. A Formação dos partidos Políticos em Minas Gerais. FLEISCHER, David V. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Cadernos da UnB. Brasília, Editora UnB, 1981, vol. 2.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Domaines de l'homme – les carrefours du labyrinthe II*. Paris: Éditions du Seuil, 1986.

CHAUI, Marilena. *Brasil, Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Raízes Teológicas do Populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. SP, Brasiliense, 1994.

CHAUL, N.F. A Construção de Goiânia e a transferência da Capital. Goiânia: Cegraf/UFG, 1988.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo Utopias e Realidade - uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

- COELHO, Levindo. Depoimento de um Velho Político Mineiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, V. 1 (2): 116-131, 1957.
- COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e Populismo: Ademar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política – patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DURAND, Gilbert. *A Imaginação Simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- _____. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- _____. *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- ESCHWEGE, W. L. Von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1979.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (organizadoras). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FLEISCHER, David V. As Origens Sócio Econômicas e Regionais das Lideranças partidárias em Minas. FLEISCHER, David V (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Cadernos da UnB. Brasília, Editora UnB, 1981.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *Negara – o Estado teatro no século XIX*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GUIMARÃES, Eduardo. Nomes de Ruas – um estudo da designação (o corpus de Cosmópolis – SP). Campinas: UNICAMP (DL-IEL/LABEUB), s/d.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais – morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- GOMES, Angela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil. *Tempo – Dossiê Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, vol. 1 n.º 2, 1996: 31-58.
- GOMES, Nilcéa M. *Tramas do Tempo: cultura popular e política entre trabalhadores rurais*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1995, tese de doutoramento.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- INCISA, Ludovico. Populismo. In: BOBBIO, Norberto et alli (orgs). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da UnB, 1995, v. II: 980-986.
- JAGUARIBE, Hélio (org.). *Sociedade, Estado e Partidos na Atualidade Brasileira*. RJ, Paz e Terra, 1992.
- _____. Política de Clientela e Política Ideológica – ensaio de interpretação da situação política brasileira. *Digesto Econômico*, no. 66, 1950.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. O Coronelismo ainda é uma Questão Historiográfica? *História e Cidadania. XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP; ANPUH, 1998, V.2: 505-515.
- JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH – Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 1996.
- KOFES, Suely. *Uma Trajetória, em Narrativas*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998, tese de livre docência.
- KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LACERDA, Carlos. *Desafio e Promessa – o Rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Record, 1964.
- LADOSKI, Waldemar. Evolução das Instituições Políticas em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 14: 85-110, 1962.

- LANTERNARI, Vittor. Milênio. *Enciclopédia Einaudi* (Religião-Rito). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 30:303-324, 1994.
- LE GOFF, Jacques. Escatologia. *Enciclopédia Einaudi* (Memória - História). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1: 425-457, 1984.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A Estrutura dos Mitos. *Antropologia Estrutural I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Pensando o Político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LINS, Wilson. O Médio São Francisco. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.
- LOPREATO, Cristina da Silva. *A Eleição dos Excluídos - a existência do místico Galdino*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - IFCH, 1986. Dissertação de Mestrado.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, departamento de História, tese de doutoramento, 1996.
- MAFFEY, Aldo. Utopia. In: BOBBIO, Norberto et alli (org.). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da UnB, 1995.
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A Noiva do Trabalho: uma capital para a república. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH – Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Em Busca da Harmonia Perdida: mito e discurso político*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- _____. Em torno do Conceito de Mito Político. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 41, no. 3, 1998: 635-661.
- MONTALVÃO, Antônio. *Alvorecer da Humanidade Consciente* (Síntese). Coleção Bíblia de Pedra de Montalvânia. Ed. Lemi, Belo Horizonte, 1981, 30 pgs.
- MONTALVÃO, Antônio. *Cordeiro Vestido de Lobo – antificação das ficções sonambúlicas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1973.

- MONTEIRO, Norma de Góes. A Revolução de 30: Vargas e sua luta pela hegemonia política em Minas. *VI Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1987.
- MORAES, Walfredo. Jagunços e Heróis. Salvador: Edições GRD, 1973.
- OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático. FLEISCHER, David V. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Cadernos da UnB. Brasília, Editora UnB, 1981, vol. 1.
- ORLANDI, Eni. *A Linguagem e seu Funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ORLANDI, Eni. *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996, tese de doutoramento.
- PAULA, Hermes de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Montes Claros, 1957.
- PERELMUTTER, Dayse & ANTONACCI, Maria Antonieta. Ética e História Oral. *Revista Projeto História*. São Paulo: Educ - Editora da PUC - SP. Nº 15, 1997.
- PROUS, André & RIBEIRO, Loredana. (orgs.). *Arquivos do Museu de História Natural – Arqueologia do Alto-Médio São Francisco, Região de Montalvânia*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. XVII/XVIII, Tomo I, 1996.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL. Tomo III, vol. 8, 1977.
- _____. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- _____. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- RIBEIRO, Renato Janine. A Política como Espetáculo. In: DAGNINO, Evelina (org). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. SP, Brasiliense, 1994.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade. *Enciclopédia Einaudi* (Região). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 8, 1986.
- SANDRE, Italo de. Carisma. In: BOBBIO, Norberto et alli (org.). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da UnB, 1995.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. RJ, Campus, 1982.

- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, G. Ary Dillon. A Formação dos Partidos Nacionais. FLEISCHER, David V. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Cadernos da UnB. Brasília, Editora UnB, 1981, vol. 1.
- _____. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- _____. Evolução e Crise do Sistema Partidário. FLEISCHER, David V. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Cadernos da UnB. Brasília, Editora UnB, 1981, vl. 1.
- SAMUEL, Raphael & THOMPSON, Paul (eds.). *The Myths we Live by*. London and New York: Routledge, 1993.
- SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- STARLING, Heloisa. *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1999.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado – história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- VALLADARES, Benedicto. *Tempos Idos e Vividos – memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- VASCONCELOS, João Gualberto M. *A Invenção do Coronel – ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1995.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato*. São Paulo: Ed. Hucitec/História Social, USP, 1997.
- VOLDMAN, Danièle. Definições e Usos. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1991, v.1.
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

